



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

RELATÓRIO ANUAL

- EXERCÍCIO DE 2016 -

Brasília-DF, abril de 2017

SUMÁRIO

1	COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS	7
1.1	ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:.....	7
1.1.1	CENÁRIO ECONÔMICO	7
1.1.2	DESTAQUES INTERNACIONAIS	11
1.2	COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS INTERNAS:.....	13
1.2.1	TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA – SELIC	13
1.2.2	TAXA REAL DE JURO – 2016.....	13
1.2.3	TAXAS DE INFLAÇÃO	14
1.2.4	TAXA DE CÂMBIO.....	15
1.2.5	INDICADORES ECONÔMICOS FINANCEIROS – 2016.....	16
1.3	PERFORMANCE DO PLANO I - BD DESCONTADA DA META ATUARIAL - 1994 A 2016	16
1.3.1	ATIVO TOTAL SOB GESTÃO DA SÃO FRANCISCO	18
1.3.1.1	EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL CONSOLIDADO.....	18
2	PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD.....	18
2.1	PREVIDENCIAL.....	18
2.1.1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	21
2.1.2	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	26
2.2	ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS.....	27
2.2.1	ENQUADRAMENTO.....	27
2.2.2	RENTABILIDADE.....	28
2.2.2.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA.....	28
2.2.2.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	28
2.2.2.3	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	29
2.2.2.4	SEGMENTO DE IMÓVEIS.....	29
2.2.2.5	SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/PARTICIPANTES.....	29
2.2.3	DETALHAMENTO POR SEGMENTO	30
2.2.3.1	RENDA FIXA.....	30
2.2.3.2	RENDA VARIÁVEL	32
2.2.3.3	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES - FIA'S.....	33
2.2.3.4	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	39
2.2.3.5	IMÓVEIS	42
2.2.3.6	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS.....	44
2.2.4	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS.....	47
2.2.4.1	AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	47
2.2.4.2	JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE IMÓVEIS	48
2.2.4.3	JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	48
2.2.4.4	JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	49
2.2.5	OPERAÇÕES CURSADAS NO EXERCÍCIO DE 2016:.....	50
2.2.6	DURATION DO PLANO.....	51
2.2.7	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO:.....	53
2.2.8	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA DO PLANO - INSTRUÇÃO PREVIC Nº 5, DE 01.11.2013:.....	55
2.3	CONTÁBIL	56
2.3.1	NOTAS EXPLICATIVAS	59
2.3.1.1	GESTÃO PREVIDENCIAL.....	59
2.3.1.2	GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	59
2.3.1.3	GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	59
2.3.1.4	GESTÃO PREVIDENCIAL.....	65
2.3.1.5	GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	66
2.3.1.6	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	66
2.3.1.7	PATRIMÔNIO SOCIAL	66
2.3.1.8	FUNDOS.....	67
2.3.2	FATO RELEVANTE 1:.....	68
2.3.3	FATO RELEVANTE 2:.....	69
3	PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV	71
3.1	PREVIDENCIAL.....	71
3.1.1	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E INSTITUTOS (CODEPREV).....	71
3.2	INVESTIMENTO	73
3.2.1	RENTABILIDADE.....	75
3.2.2	OPERAÇÕES CURSADAS	76

3.2.3	DURATION	77
3.2.4	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA DO PLANO – INSTRUÇÃO PREVIC Nº 5, DE 01.11.2013:	78
3.2.5	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	79
3.3	CONTÁBIL	80
3.3.1	NOTAS EXPLICATIVAS	82
3.3.1.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	82
3.3.1.2	GESTÃO ADMINISTRATIVA	82
3.3.1.3	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	82
3.3.1.4	GESTÃO PREVIDENCIAL	84
3.3.1.5	GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	84
3.3.1.6	PATRIMÔNIO SOCIAL	84
3.3.1.7	FUNDOS	85
4	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	86
4.1	ADMINISTRAÇÃO	86
4.2	INVESTIMENTO	93
4.2.1	ENQUADRAMENTO	93
4.2.2	RENTABILIDADE	94
4.2.3	OPERAÇÕES CURSADAS	96
4.2.4	DURATION	96
4.2.5	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA DO PLANO – INSTRUÇÃO PREVIC Nº 5, DE 01.11.2013:	97
4.2.6	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	98
4.3	CONTÁBIL	99
4.3.1	ENQUADRAMENTO	99
4.3.2	CUSTEIO101	
4.3.3	NOTAS EXPLICATIVAS	102
4.3.3.1	ATIVO REALIZÁVEL	102
4.3.3.1.1	GESTÃO ADMINISTRATIVA	102
4.3.3.1.2	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	102
4.3.3.2	PASSIVO REALIZÁVEL	105
4.3.3.2.1	GESTÃO ADMINISTRATIVA	105
4.3.3.3	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	105
4.3.3.3.1	GESTÃO ADMINISTRATIVA	105

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.	BRASIL – PIB / VARIAÇÃO DO PIB DOS PAÍSES	8
GRÁFICO 2.	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO / MÉDIA DE DESEMPREGADOS POR ANO	9
GRÁFICO 3.	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	10
GRÁFICO 4.	PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA	10
GRÁFICO 5.	TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA - SELIC - PERÍODO: 2015X2016	13
GRÁFICO 6.	ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS – 2016	14
GRÁFICO 7.	COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2015 X 2016	15
GRÁFICO 8.	DESEMPENHO ACUMULADO	17
GRÁFICO 9.	EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL	18
GRÁFICO 10.	SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES	18
GRÁFICO 11.	SEGREGAÇÃO POR SEXO – PARTICIPANTES ATIVOS	19
GRÁFICO 12.	ASSISTIDOS E PENSIONISTAS	19
GRÁFICO 13.	ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – ANUAL	20
GRÁFICO 14.	ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – FAIXA ETÁRIA	20
GRÁFICO 15.	PERCENTUAL POR GRUPO DE FILIADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL	21
GRÁFICO 16.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS NORMAIS – EM MIL REAIS	21
GRÁFICO 17.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS EXTRAORDINÁRIAS – EM MIL REAIS	22
GRÁFICO 18.	CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ATIVOS – EM MIL REAIS	22
GRÁFICO 19.	CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ASSISTIDOS – EM MIL REAIS	23
GRÁFICO 20.	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES – EM MIL REAIS	23
GRÁFICO 21.	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS	24
GRÁFICO 22.	COMPARATIVO DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS	24
GRÁFICO 23.	COMPARATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES ATIVOS X PATROCINADORA – VALORES ACUMULADOS – EM MIL REAIS	25
GRÁFICO 24.	COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	25

GRÁFICO 25.	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS POR TIPO DE BENEFÍCIO.....	26
GRÁFICO 26.	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS.....	26
GRÁFICO 27.	RECEITAS X DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS.....	27
GRÁFICO 28.	ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO.....	27
GRÁFICO 29.	RENTABILIDADE ACUMULADA NO ANO POR SEGMENTO X META ATUARIAL - %.....	29
GRÁFICO 30.	RENTABILIDADE NOMINAL - SEGMENTO DE RENDA FIXA - NO TRIMESTRE.....	31
GRÁFICO 31.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL.....	32
GRÁFICO 32.	DISPERÇÃO RISCO X RETORNO.....	34
GRÁFICO 33.	DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE FUNDOS SEGUNDO AS RENTABILIDADES OBTIDAS.....	35
GRÁFICO 34.	DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL.....	35
GRÁFICO 35.	TRACKING ERROR X RETORNO.....	35
GRÁFICO 36.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS.....	39
GRÁFICO 37.	PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO.....	40
GRÁFICO 38.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE IMÓVEIS.....	42
GRÁFICO 39.	ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS - IMÓVEIS.....	43
GRÁFICO 40.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO.....	45
GRÁFICO 41.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE.....	46
GRÁFICO 42.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES.....	46
GRÁFICO 43.	EVOLUÇÃO DA DURATION.....	52
GRÁFICO 44.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS - REALIZADO X PROJETADO.....	54
GRÁFICO 45.	CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO INVESTIMENTO E FORMAÇÃO DE FUNDO - REALIZADO X PROJETADO.....	54
GRÁFICO 46.	RENTABILIDADE EM 2016.....	65
GRÁFICO 47.	SOCIAL.....	71
GRÁFICO 48.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS.....	71
GRÁFICO 49.	ADESÃO.....	71
GRÁFICO 50.	PARTICIPANTES POR LOCALIDADE.....	72
GRÁFICO 51.	ASSISTIDOS POR LOCALIDADE.....	73
GRÁFICO 52.	ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO.....	74
GRÁFICO 53.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO.....	76
GRÁFICO 54.	EVOLUÇÃO DA DURATION - 4º TRIMESTRE DE 2016.....	77
GRÁFICO 55.	RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO.....	84
GRÁFICO 56.	DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA.....	86
GRÁFICO 57.	RECURSOS RECEBIDOS.....	86
GRÁFICO 58.	DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS.....	87
GRÁFICO 59.	DESPESAS REALIZADAS.....	87
GRÁFICO 60.	DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA.....	88
GRÁFICO 61.	INDICADORES DE DESEMPENHO COMPARADO.....	89
GRÁFICO 62.	PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS.....	90
GRÁFICO 63.	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	94
GRÁFICO 64.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO.....	95
GRÁFICO 65.	EVOLUÇÃO DA DURATION.....	96
GRÁFICO 66.	RENTABILIDADE ACUMULADA NO ANO.....	104

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.	BALANÇO PATRIMONIAL.....	56
QUADRO 2.	DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO.....	56
QUADRO 3.	DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO.....	57
QUADRO 4.	DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS.....	57
QUADRO 5.	DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO.....	58
QUADRO 6.	DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO.....	58
QUADRO 7.	GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	59
QUADRO 8.	COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS DE RENDA FIXA POR VENCIMENTO – 2015.....	61
QUADRO 9.	COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS DE RENDA FIXA POR VENCIMENTO – 2016.....	61
QUADRO 10.	FUNDOS DE INVESTIMENTOS – 2015.....	62
QUADRO 11.	FUNDOS DE INVESTIMENTOS – 2016.....	62
QUADRO 12.	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES – FIA.....	63
QUADRO 13.	FUNDOS DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS.....	63
QUADRO 14.	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS.....	63

QUADRO 15.	SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	64
QUADRO 16.	PROVISÕES PARA PERDA	64
QUADRO 17.	DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	70
QUADRO 18.	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - ACUMULADA 2016.....	78
QUADRO 19.	BALANÇO PATRIMONIAL	80
QUADRO 20.	DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	80
QUADRO 21.	DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	80
QUADRO 22.	DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS.....	81
QUADRO 23.	DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO II - CODEPREV	81
QUADRO 24.	ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO	88
QUADRO 25.	CUSTEIO – BASE DE CÁLCULO E LIMITES LEGAIS.....	91
QUADRO 26.	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	91
QUADRO 27.	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - ACUMULADA 2016.....	97
QUADRO 28.	ENQUADRAMENTO	99
QUADRO 29.	DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	99
QUADRO 30.	DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO I - BD	100
QUADRO 31.	DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO II – CODEPREV	100
QUADRO 32.	AVALIAÇÃO DO CUSTEIO TOTAL	101
QUADRO 33.	VALORES APURADOS DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO.....	101
QUADRO 34.	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	102
QUADRO 35.	DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	103
QUADRO 36.	FUNDOS DE INVESTIMENTOS	103
QUADRO 37.	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	104
QUADRO 38.	RENTABILIDADE – PGA - ACUMULADA.....	105
QUADRO 39.	PROVISÃO PARA PERDA.....	105
QUADRO 40.	RECEITAS X DESPESAS ADMINISTRATIVAS	106
QUADRO 41.	GESTÃO ADMINISTRATIVA POR CENTRO DE CUSTO.....	107
QUADRO 42.	RATEIO DO CUSTEIO POR PLANO DE BENEFÍCIO.....	108

APRESENTAÇÃO

Este Relatório Gerencial apresenta as informações acumuladas de 2016 até o **4º Trimestre**. Foi elaborado pela Diretoria Executiva com dados produzidos pelas áreas administrativas organizacionais da **Fundação São Francisco de Seguridade Social – SÃO FRANCISCO**, subordinadas diretamente a cada Diretoria. Possui como objetivo dar conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal sobre as atividades desenvolvidas, e ainda apresentar os resultados acumulados alcançados no trimestre, comparando-os com outros exercícios nos mesmos períodos de tempos.

Os relatórios gerenciais trimestrais são os veículos destinados a atender os determinantes da Resolução CGPC Nº 13, de 01/10/04, em especial os seguintes:

***Art. 7º:** A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão.*

***Parágrafo único.** A EFPC deve manter estrutura suficiente para administrar seus planos de benefícios, evitando desperdícios de qualquer natureza ou a prática de custos incompatíveis.*

***Art. 16.** Observado o disposto em normas específicas, as políticas de investimento, as premissas e hipóteses atuariais estabelecidas para períodos de tempo determinados devem ser divulgadas aos patrocinadores, instituidores e empregados da EFPC e aos participantes e assistidos dos planos de benefícios, de modo a propiciar o empenho de todos para a realização dos objetivos estabelecidos.*

***§ 1º** O orçamento da EFPC, segregado por plano de benefícios, deve ser elaborado considerando as especificidades de cada plano.*

***Art. 17.** Sem prejuízo do disposto em normas específicas, a comunicação com os participantes e assistidos deve ser em linguagem clara e acessível, utilizando-se de meios apropriados, com informações circunstanciadas sobre a saúde financeira e atuarial do plano, os custos incorridos e os objetivos traçados, bem como, sempre que solicitado pelos interessados, sobre a situação individual perante o plano de benefícios de que participam.*

***Parágrafo único.** A divulgação dos custos a que se refere o caput deve abranger os gastos referentes à gestão de carteiras, custódia, corretagens pagas, acompanhamento da política de investimentos, consultorias, honorários advocatícios, auditorias, avaliações atuariais e outras despesas relevantes.*

O material dele constante permite aos Conselhos o acompanhamento periódico das atividades e resultados produzidos pela gestão da entidade e dos Planos de Benefícios sob a gestão da Fundação. Fornece subsídios para conhecimento e avaliação dos riscos assumidos e dos resultados alcançados vis-à-vis o que foi planejado, e também, demonstra qual o comportamento, comparativamente, aos trimestres iguais de exercícios anteriores.

A estrutura do relatório foi ajustada antevendo a aprovação do Plano de Benefício Saldado, o que representará um novo plano sob a gestão da São Francisco. Dessa forma a sua estrutura segue a seguinte ordem: **(i)** Apresentação; **(ii)** Aspectos gerais; **(iii)** Os Planos de Benefícios BD e CODEPREV; e, **(iv)** PGA - Plano de Gestão Administrativo.

Brasília – DF, abril de 2016.

Diretoria-Executiva

1 COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

1.1 ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:

1.1.1 Cenário Econômico

Findo o exercício de 2016, os brasileiros presenciaram no decorrer de todo o ano o acirramento da crise econômica e instabilidade política. O país foi marcado pelas incertezas macroeconômicas; pela busca da identidade dos políticos brasileiros; a participação iminente do poder judiciário na vida da sociedade e o forte combate a corrupção nos poderes.

Na política não foi um ano fácil. **(i)** O país passou por um processo de julgamento e confirmação do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff o que alçou a esse cargo o Vice-Presidente Michel Temer; **(ii)** A queda e cassação do Presidente da Câmara; **(iii)** A firme participação do Supremo Tribunal Federal - STF na vida cotidiana da população na guarda da Constituição pelos Poderes da República e **(iv)** A retomada dos protestos de ruas pelo povo, fazendo-se valer o direito democrático conquistado pela população.

O país continuou ao longo do 4º trimestre de 2016 vivenciando os protestos de rua e a busca da consolidação de um novo governo. O Brasil foi palco da contínua insatisfação da população com as novas delações da Operação Lava-Jato.

Com a ascensão de Michel Temer a Presidência da República, o mercado financeiro e de capitais no médio e longo prazo, manteve-se atento às decisões do novo governo, vislumbrando a retomada do processo de confiança dos investidores internos e externos, para que o país pudesse sair no menor prazo possível da condição essencialmente política observada ao longo do ano e retomasse o caminho do crescimento econômico.

O processo político vivenciado ao longo de 2016 imputou ao Brasil, elevado reflexo na economia interna, gerando incertezas e ampliando a ausência de confiança dos agentes macros, impelindo forte recessão ao país e um caminho de difícil retomada do crescimento econômico.

“Na segunda e última pesquisa da **Confederação Nacional da Indústria - CNI / IBOPE** de Avaliação do Governo, realizada entre 1º e 4 de dezembro de 2016, com a participação de 2.002 pessoas, em 143 municípios, com a margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos, mostrou os seguintes percentuais: **(i)** ótimo/bom: 13%, contra 14% em outubro. Em julho, este percentual foi de 13%; **(ii)** regular: 35%, contra 34% em outubro; **(iii)** ruim/péssimo: 46%. Em outubro, este percentual foi de 39% e **(iv)** não sabem/não respondeu: 6%. Em outubro, este percentual foi de 12%”.

“Na pesquisa foi incluído o item **“Confiança”**: 72% da população dizem não confiar no presidente Michel Temer, ante 68% em outubro; outros 23% dizem confiar, ante 26% em outubro e 5% não sabem ou não responderam, ante 6% em outubro”. A pesquisa foi realizada antes de vir a público a delação do ex-executivo da **Odebrecht Engenharia e Construção**, que citou ter acertado o repasse de R\$ 10,0 milhões ao PMDB durante reunião com Temer com o Presidente a Odebrecht, no Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente – **Fonte: CNI**.

Em 13.12.2016, praticamente no encerramento das atividades do Congresso Nacional no exercício, em uma sessão tumultuada, o Senado Federal aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece um **teto para os gastos públicos** pelos próximos 20 (vinte) anos. Assim, a PEC passa a existir como Lei e deve ser executada. Com isso os gastos públicos a partir de agora, só poderão aumentar de acordo com a inflação do ano anterior.

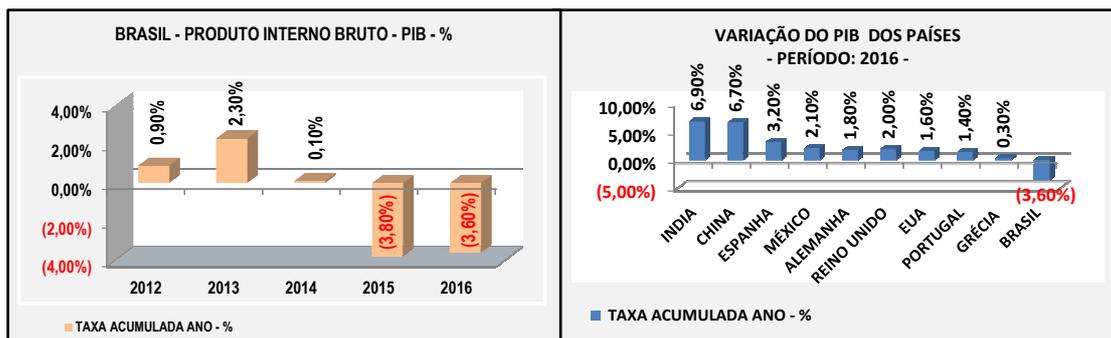
“Para a Indústria, 2016 foi um ano de muitas dificuldades. Os indicadores de atividade industrial mostraram expressivas quedas na comparação com 2015. O faturamento real recuou 12,1% e as horas trabalhadas, 7,6%. Os dados de mercado de trabalho também foram negativos: na comparação com 2015, o emprego caiu 7,5%, a massa salarial, 8,6% e o rendimento médio 1,2%. A utilização da capacidade instalada (UCI) permaneceu baixa ao longo de todo o ano, 2 pontos percentuais abaixo da média de 2015 e 4,9 pontos percentuais abaixo da média entre 2003 e 2014”.

“De positivo, destaca-se que o emprego cresceu em termos dessazonalizados pela primeira vez após 23 meses. Adicionalmente, as horas trabalhadas cresceram pelo segundo mês consecutivo. O faturamento manteve-se praticamente estável”. Por outro lado, a **Utilização da Capacidade Instalada-UCI** encerrou 2016 em seu menor nível desde o início da séria dessazonalizada, em 2003: 76%. O percentual médio da UCI em 2016 foi de 2,00 pontos percentuais abaixo do registrado em igual período de 2015 e 4,9 pontos percentuais abaixo do percentual médio registrado entre 2003 e 2014. **Fonte: Confederação Nacional da Indústria-CNI / Relatório de Indicadores Econômicos – Dezembro de 2016.**

Encerrado o quarto trimestre de 2016, segundo o **Fundo Monetário Internacional - FMI**, conforme relatório divulgado, a recuperação da economia brasileira será lenta. A estimativa do FMI é que o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB em 2017 será de apenas 0,2%, contra 0,5% previstos em outubro de 2016. A expectativa do órgão está baseada na recuperação do investimento e na estabilização do consumo, além das reformas do governo na área fiscal, como a implementação de um teto de gastos para o setor público e o envio da reforma da previdência ao Congresso Nacional - **Fonte: Jornal Valor – 24.01.2017.**

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, o Produto Interno Bruto - PIB brasileiro registrou uma queda de 3,60% em 2016, contra 3,80% registrado em 2015. O resultado veio abaixo do intervalo das estimativas dos analistas, que esperavam uma queda entre 3,90% e 3,80%. O país emendou o segundo ano seguido de queda acentuada. É a mais longa recessão pela qual o Brasil já passou. O país nunca havia registrado dois anos seguidos de encolhimento da economia, segundo a atual pesquisa do IBGE, que começa em 1996. As principais quedas no ano ficaram por conta dos segmentos: (i) Agropecuária - queda de 6,60%; (ii) Indústria - 3,80% e (iii) Serviços – 2,70%. Ainda segundo o IBGE, o PIB de 2016 totalizou R\$ 6,266 trilhões contra R\$ 5,904 trilhões registrado em 2015. **(Fonte: IBGE – 07.03.2017).**

GRÁFICO 1. BRASIL – PIB / VARIAÇÃO DO PIB DOS PAÍSES



Fonte: Dados Gráficos - Austing Rating

Neste contexto, podem-se enumerar os próximos desafios do Governo, com objetivo de retomar a confiança e processar as reformas necessárias, buscando recuperar a pior crise econômica da história do país e imputar a pretensa reforma fiscal:

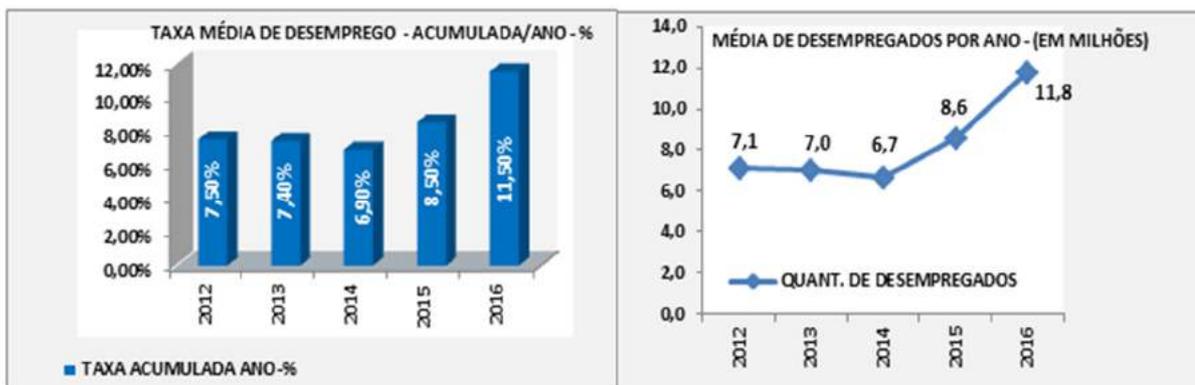
- (i) Já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJ em 14.12.2016, a admissibilidade da proposta de **Reforma da Previdência (PEC nº 287/16, do Executivo)**, o governo deve acelerar o processo, para impedir que o déficit aumente, dado que em 2016 alçou o valor de R\$ 152,2 bi, e

(ii) **A Reforma Trabalhista** pretendida pelos empresários, onde mexem com os sindicatos e os partidos. Por outro lado, o mercado de trabalho encontra-se fragilizado, sem sinais que evidencie possível reversão em 2017.

Ademais, o Brasil encerrou o 4º trimestre de 2016 com um cenário “**Político e Econômico**” favorável aos objetivos do governo: queda nos índices de inflação e juros. No entanto, o momento remete-se a uma mudança no comportamento dos agentes, onde se vislumbra possível reversão no processo de recuperação da economia brasileira no médio prazo. No entanto, espera-se um tratamento especial para os indicadores que ainda preocupam o Executivo e toda a população, com vistas a reverter o processo de queda das atividades produtivas do país. Destacam-se sinteticamente os principais pontos de preocupação interna, não só do Poder Executivo, mas, também, dos empresários que representam os setores produtivos do país:

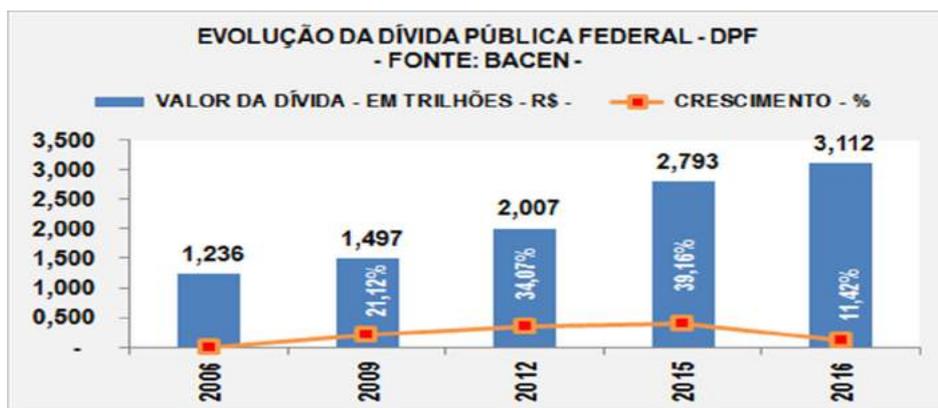
(i) **A redução da atividade econômica, com elevado índice de desemprego no período considerado:** no 4º trimestre de 2016 a taxa de desemprego segundo os números publicados pelo IBGE alçou 12,00% contra 11,8% registrada no 3º trimestre, atingindo 12,3 milhões de brasileiros. Em média, o Brasil fechou 2016 com 11,8 milhões de desempregados, aumento de 37,20% na comparação com 2015, quando eram 8,6 milhões, registrando o fechamento de 3,2 milhões de empregos formais. Conforme gráficos abaixo, a Taxa de Desemprego em 2016, em média, foi de 11,50%, a maior desde 2012. Em 2015, a taxa média havia sido de 8,50% - **Fonte: IBGE.**

GRÁFICO 2. TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO / MÉDIA DE DESEMPREGADOS POR ANO



(ii) **Trajatória de Alta da Dívida Pública Federal - 2016:** O estoque da Dívida Pública Federal - DPF brasileira, que inclui os endividamentos internos e externos do governo bate novo recorde, registrando alta de 2,30% no 4º trimestre de 2016, saindo de R\$ 3,00 trilhões em setembro para R\$ 3,11 trilhões em dezembro de 2016. Com este resultado, o crescimento da DPF acumula no ano uma alta de 11,42%, quando a dívida encontrava-se em R\$ 2,793 trilhões em 2015. - **Fonte: BACEN.**

GRÁFICO 3. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

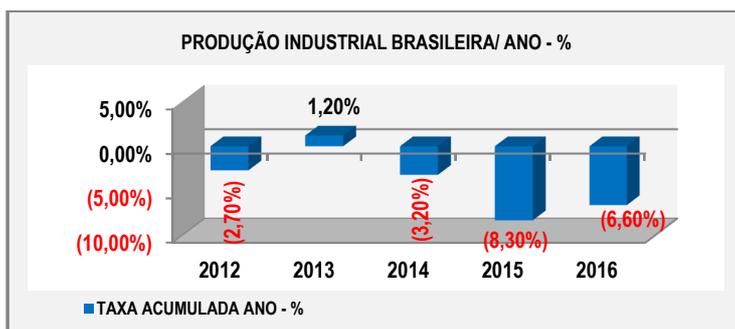


Comentários:

O crescimento registrado no estoque da Dívida Pública Federal em 2016 é alvo de estudos e tratamentos especiais por parte da Autoridade Monetária, com objetivo de gerar maior confiança frente aos investidores (Privados e Institucionais) que sustentam o lastro dos Títulos Públicos Federais, evitando no médio e longo prazo estresses de liquidez no mercado financeiro.

(iii) **Comportamento do Setor Industrial:** Segundo o IBGE, a indústria brasileira encolheu 16,9% entre 2014 e 2016. Na comparação com o mês de dezembro de 2015, a produção industrial apresentou queda de 0,1%, pelo 34º mês consecutivo. Em 2016, o Setor Industrial registrou queda acumulada de 6,60%. Esta é a terceira queda anual consecutiva. Em 2014 o Setor havia apresentado queda de 3,00% e em 2015 de 8,20%. A queda na taxa básica de juros iniciada pelo BACEN no final de 2016 e um ambiente favorável nas reformas econômicas (Reforma da Previdência e a PEC dos gastos) são eventos essenciais para viabilizar os avanços no setor industrial que, aos olhos do órgão federal, projeta um crescimento de 1,50% em 2017. O Gráfico a seguir apresenta o comportamento do setor no período de 2012 a 2016:

GRÁFICO 4. PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA



Comentários:

Segundo pesquisas da Confederação Nacional da Indústria-CNI, “no ano de 2016, apenas 40% das empresas que planejavam investir realizaram investimentos conforme planejado. Esse percentual é o menor desde o início da série, em 2010, quando a realização de investimentos como o planejado ocorreu em 65% das empresas”.

(iv) **Resultado Primário do Governo do Governo Central - 2015/2016** - com a atividade econômica o governo fechou as suas contas em 2016 no vermelho. Em termos reais, o resultado primário passou de déficit de R\$ 122,8 bi em 2015 para déficit de R\$ 155,5 bi em 2016 - **Fonte: BACEN:**

TABELA 1. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO - 2015 X 2016

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO - 2015 x 2016 - (Em R\$ milhões)			
INSTITUIÇÕES	2015	2016	% Real - (IPCA)
Governo Central	(122.761,9)	(155.515,9)	26,7
Tesouro e BACEN	(27.956,6)	(3.305,3)	(88,2)
Previdência Social	(94.805,4)	(152.210,5)	60,6

Perspectivas 2017:

O cenário macroeconômico para 2017 é ainda desafiador. O mercado trabalha com expectativas positivas para o PIB já no primeiro trimestre. O balanço de riscos para a economia brasileira está mais favorável neste início de ano, na avaliação do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre - FGV). Pontos importantes são observados na economia e devem fazer a diferença nos próximos meses:

- **A desinflação:** Aliada às expectativas mais ancoradas para os próximos anos, dão confiança ao BACEN de que, “ao menos por enquanto” não será necessário reduzir o ritmo de queda da Taxa Básica de Juros – Selic. Segundo os analistas Top 5, aqueles que mais acertam as projeções não alteraram as previsões de médio prazo para a Taxa Selic em 2017, de 9,50% a.a., mas reduziram a aposta para 2018, de 9,38% a.a. para 9,25%. Esse grupo também diminuiu as expectativas para o avanço do IPCA de 2017 de 4,10% para 4,05% e de 2018 de 4,30% para 4,24% - **Fonte: Jornal Valor - 01.03.2017.**
- **Indicadores de Atividades da Indústria:** Segundo a *Confederação Nacional da Indústria - CNI*, a confiança do empresário industrial e do consumidor inicia o ano em alta. O Ibre estima que a produção de dezembro cresceu 3,2% ante novembro, feito os ajustes sazonais, influenciada principalmente pela indústria automotiva, mas não só por ela. Segundo a instituição, o setor extrativo mineral também vem mostrando maior dinamismo, o qual se projeta um PIB Industrial para 2017, um crescimento de 1,1% na média - **Fonte: CNI e Jornal Valor - 27.01.2017.**

Portanto, o Brasil continuará em 2017 a passar e experimentar momentos difíceis, complexos e desafiadores na área econômica. Porém, as previsões para o ano são bem mais favoráveis e factíveis segundo os agentes econômicos. No escopo geral da economia, o país continuará praticando taxas de juros ainda elevadas; inflação oficial abaixo do centro da meta (4,50%) e abaixo do teto máximo estabelecido (6,50%); volatilidade cambial; recuperação lenta e gradativa do mercado de trabalho e consequente aumento da renda média, com boas perspectivas para 2017/2018.

1.1.2 Destaques Internacionais

- **Estados Unidos:** No decorrer do 4º trimestre de 2016, o mercado financeiro e de capitais foi marcado pela volatilidade motivada pelo cenário global, por meio do monitoramento do Comitê e Política Monetária do Banco Central Americano (FOMC), que elevou a taxa de juros de referência em um quarto de ponto percentual, para 0,5% e 0,75% a.a., contra o intervalo de 0,25% e 0,50% a.a. praticado até meados de dezembro de 2016. Ademais, o FED prevê agora

três aumentos dos juros nos Estados Unidos para 2017, em vez de dois inicialmente previstos. “As projeções de evolução dos juros foram incluídas no novo quadro macroeconômico divulgado pelo FED na sua última reunião de 2016. Este é o primeiro quadro macroeconômico do Banco Central Americano desde a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais de 8 de novembro de 2016”. O PIB dos Estados Unidos alçou 2,10% em 2016, acima em relação à projeção feita na reunião de setembro, quando a estimativa foi de 1,80%. Além disso, em 2017, a economia do país deve crescer, também, 2,10%, enquanto a previsão de expansão para 2018 permaneceu em 2,0% e a de 2019 subiu para 1,90%, contra 1,8% estimado anteriormente. Em relação ao emprego, as autoridades do FED esperam progresso nos postos de trabalho nos próximos anos. A instituição acredita que a taxa de desemprego, que atualmente está em 4,6%, termine o ano de 2016 em 4,7%. - **Fonte: Informe FED - Agência Estado - 14.12.2016.**

- **China:** Segundo informações da **Agência Nacional de Estatísticas**, a economia da China cresceu 6,8% no 4º trimestre de 2016 na comparação com o ano anterior, ligeiramente mais do que o esperado, sustentada por gastos governamentais mais altos e empréstimos bancários recordes que provocaram preocupações sobre um aumento explosivo da dívida. Com esse resultado, a segunda maior economia do mundo expandiu 6,7% em 2016, ritmo alinhado com a meta oficial do governo de 6,5 a 7%, mas ainda no ritmo mais lento em 26 anos. Segundo os economistas consultados pela Reuters esperavam que a China apresentasse crescimento de 6,7% tanto no quarto trimestre quanto no ano. A economia expandiu 6,7% no terceiro trimestre. Embora a China apresente uma base econômica mais sólida do que nesse mesmo momento do ano passado, ela enfrenta crescentes incertezas em 2017, com o boom imobiliário mostrando sinais de enfraquecimento e o impacto de medidas de estímulo anterior devendo diminuir. O Produto Interno Bruto - PIB aumentou 1,7% entre outubro e dezembro na comparação com o trimestre anterior, contra crescimento de 1,8% entre julho e setembro. Os analistas esperavam que o crescimento trimestral desacelerasse para 1,7%.

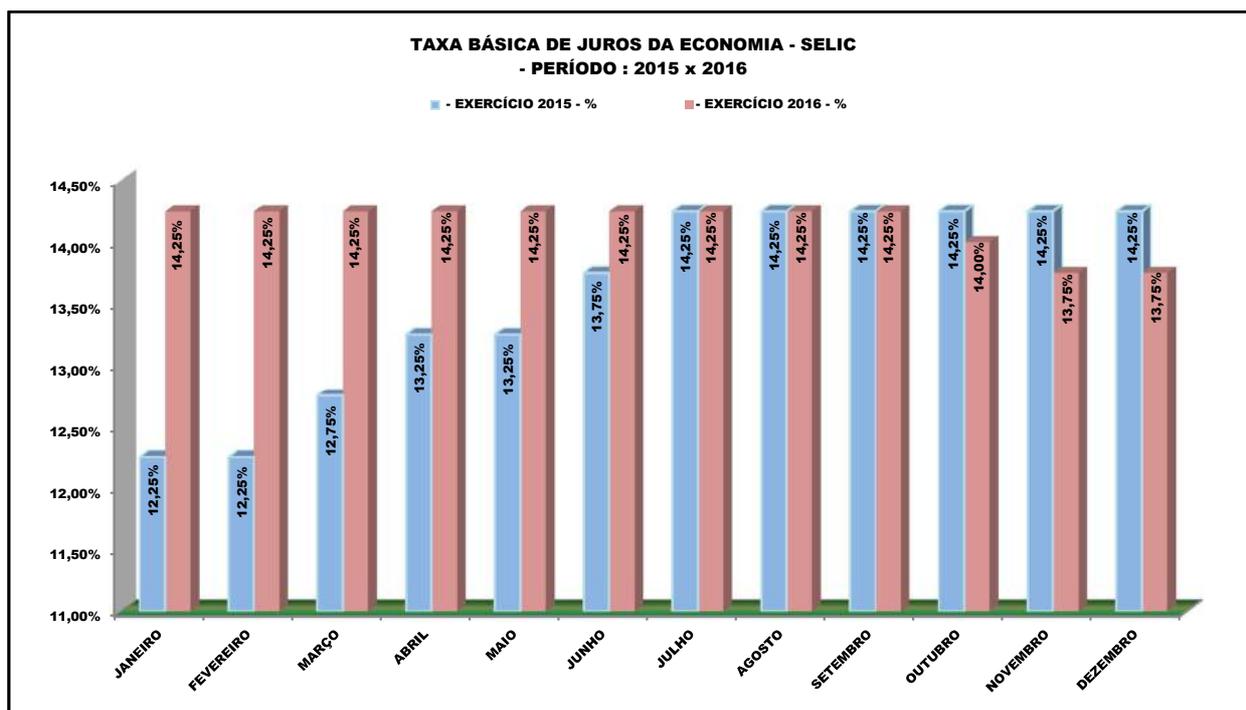
- **Zona do Euro:** a atividade econômica mantém crescimento robusto no quarto trimestre. Em novembro, a produção industrial da região apresentou crescimento de 1,5% na margem, variação bem acima do esperado (0,6%). Em termos anuais, o crescimento acelerou de 0,8% para 3,2% entre outubro e novembro. A leitura do indicador revelou que a expansão foi espraiada entre setores e países. De modo geral, a tendência altista da indústria está em linha com a melhora na percepção dos agentes econômicos diagnosticada nos indicadores antecedentes. Para o PIB do quarto trimestre na região, mantemos nossa previsão de crescimento de 0,4% na margem, ante variação de 0,3% no trimestre anterior”. **Fonte: Informe Econômico BRAM - 03.01.2017.** Ademais, findo o exercício de 2016, para, ainda, sobre a Zona do Euro o futuro do “Brexit” - A saída do Reino Unido da União Europeia, dado que nenhum país membro deixou a união política e econômica de 28 países - que desde o seu início só tem expandido. A saída aprovada em 23 de junho, por meio de plebiscito, foi interpretada pelas Agências e o mercado como um duro golpe ao projeto europeu, cujas origens remontam ao pós-2ª Guerra Mundial. No 1º trimestre de 2017, será apresentada ao Parlamento a primeira leva de emendas proposta ao projeto de lei que visa dar a primeira-ministra, o direito de notificar a União Europeia sobre a intenção do país de se separar do bloco. Os Analistas e o mercado financeiro aguardam com apreensão as decisões internas, vis-à-vis as consequências que poderão acarretar para o mercado mundial, frente às empresas que atuam nos setores financeiro e produtivo daquele país. As consequências financeiras para o país ainda são inalcançáveis aos olhos de qualquer análise neste momento.

1.2 COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS INTERNAS:

1.2.1 Taxa Básica de Juros da Economia – SELIC

O Comitê de Política Monetária - COPOM, em sua última reunião de 2016, realizada nos dias 29 e 30 de novembro, decidiu baixar a Taxa Básica de Juros da Economia-Selic de 14,25% ao ano, sem viés, para 13,75% ao ano, um corte de 0,25% ponto percentual, e voltou a sinalizar a possibilidade de intensificar a distensão monetária, dependendo do quanto o crescimento mais fraco da economia ajudar a abaixar a inflação e da continuidade do ambiente de abundância de capitais para economias emergentes. O colegiado presidido por Ilan Goldfajn (Presidente do BACEN) cita explicitamente que está de olho na evolução de suas próprias projeções de inflação e nas expectativas de mercado e de dois fatores de risco, um positivo e outro negativo, que podem influenciar o caminho do índice de preços à meta de 4,50% em 2017 e 2018. O lado positivo destaca - “o ritmo de desinflação nas suas projeções pode se intensificar caso a recuperação da atividade econômica seja mais demorada e gradual que a antecipada”. Do lado dos riscos negativos - “o colegiado destaca que, para de fato o PIB fraco baixar ainda mais a inflação, depende de ambiente externo adequado”. “No comunicado, o COPOM afirma que as incertezas sobre a implementação da Política Monetária dos Estados Unidos e a Política Econômica do Presidente eleito Donald Trump podem por fim ao período de liquidez extraordinária para economias emergentes”. - **Fonte: Jornal Valor - 01.12.2016.**

GRÁFICO 5. TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA - SELIC - PERÍODO: 2015X2016



1.2.2 Taxa Real de Juro – 2016

Encerrado o exercício de 2016, mesmo com a decisão do **Comitê de Política Monetária - COPOM** em sua última reunião, realizada nos dias 29 e 30 de novembro, proporcionando um corte de 0,25% ponto percentual na Taxa Básica de Juros da Economia - Selic, reduzindo-a para 13,75% a.a., o Brasil encerrou o ano sendo o país com juros reais mais altos do mundo. O juro real (descontada a inflação) brasileiro encerrou o exercício de 2016 em 7,46% a.a. “Pelos últimos levantamentos realizados, a Rússia encontra-se em segundo lugar com (4,27% a.a.), seguida pela Colômbia (3,61% a.a.), Argentina (2,55% a.a.), China (2,30% a.a.) e México (1,35% a.a.)” - **Fonte: Site BBC Brasil - 19.10.2016.**

1.2.3 Taxas de Inflação

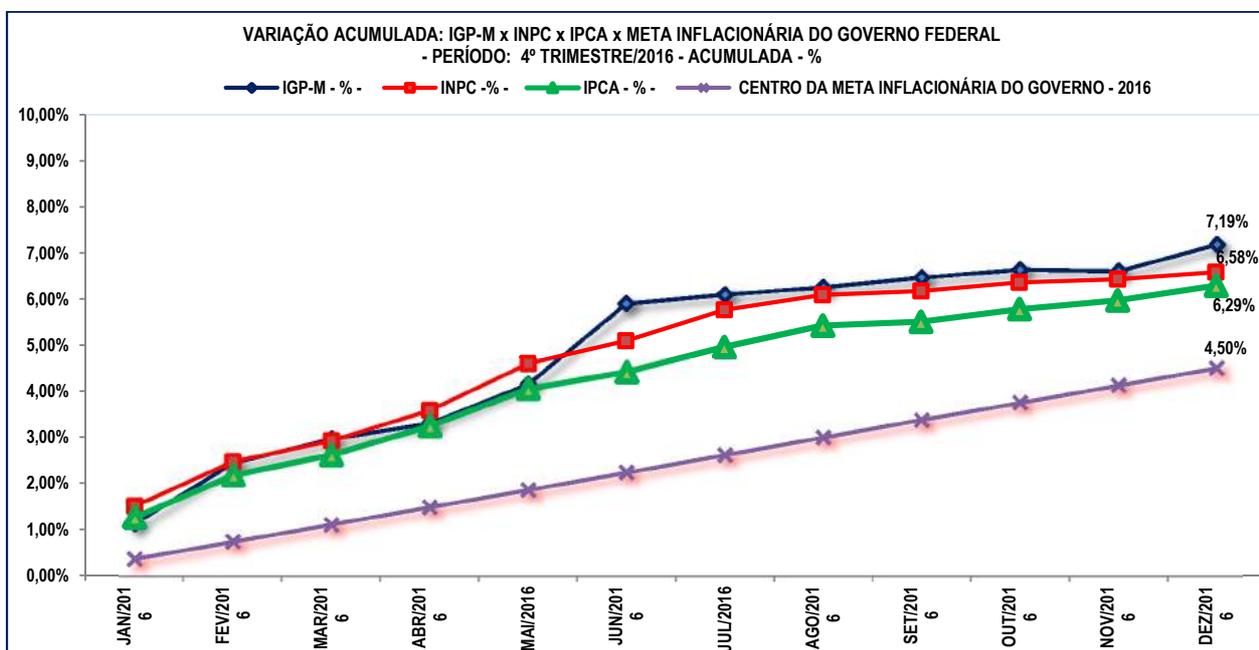
Segundo publicação do IBGE, o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** (índice oficial de inflação do Governo Federal), em dezembro foi o mais baixo para esse mês desde 2008, quando o índice alçou 0,28%. Em 2016, o índice acumulou alta de 6,29%, ficando abaixo dos acumulados de 2015 (10,67%) e de 2014 (6,41%).

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** de dezembro subiu 0,30% e superou os 0,18% de novembro em 0,12 ponto percentual. Mesmo assim, esse foi o IPCA mais baixo para um mês de dezembro desde 2008 (0,28%). Já em dezembro de 2015, o IPCA atingiu 0,96%, maior taxa para um mês de dezembro, desde 2002 (2,10%).

Após recuar de 0,26% para 0,18% de outubro para novembro, o IPCA voltou a subir (0,30%) sob forte influência da aceleração dos **grupos de Alimentação e Bebidas** (de -0,20% em novembro para 0,08% em dezembro), **Despesas Pessoais** (de 0,47% para 0,10%) e **Transportes** (de 0,28% para 1,11%) - **Fonte: IBGE.**

De acordo com as previsões do BACEN (Focus - Relatório de Mercado - 11.11.2016), a inflação deve perder força em já em 2017, com expectativas de alta nos preços de 4,93%, acima, portanto, do centro da meta (4,50% a.a.), porém, abaixo do teto da meta (6,50% a.a.) estabelecido pelo Governo. Por outro lado, o mercado tem plena convicção de que, a queda observada no IPCA em 2016 não foi fruto de um ambiente interno organizado. A queda do índice de 10,67% em 2015 para 6,29% em 2016 deveu-se exclusivamente pelo aprofundamento da recessão e do desemprego.

GRÁFICO 6. ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS – 2016



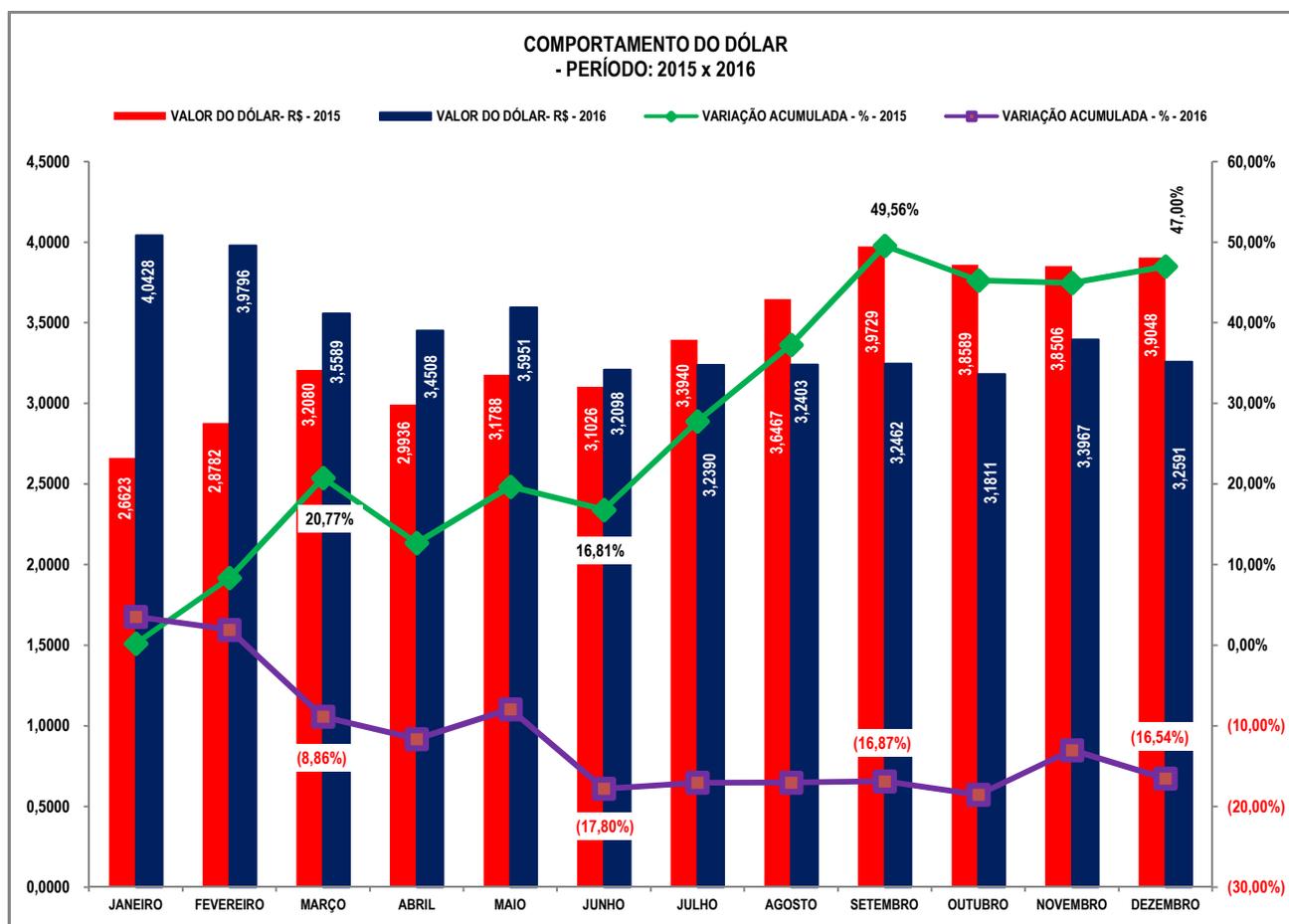
Observa-se que no decorrer do exercício de 2016, persiste o descolamento entre as variações dos índices INPC (utilizado para ajustar os valores das aposentadorias) e o IPCA (utilizado na apuração dos valores das NTN-B), em patamar acima dos historicamente observados até 2014. Como se observa no gráfico, as variações dos índices, no encerramento do 4º trimestre de 2016, deixam visível ser necessário que os investimentos atrelados em IPCA utilizem dos juros reais 0,29% para empatar com a variação do INPC.

1.2.4 Taxa de Câmbio

O preço do dólar (ptax) no mercado brasileiro fechou o 4º trimestre de 2016 valendo R\$ 3,2591 contra R\$ 3,2492 no 3º trimestre, registrando uma alta de 0,30% no trimestre. Com este resultado, a moeda americana registrou uma queda acumulada no ano de 16,54%, ante uma valorização de 47,00% em 2015, resultando substancial valorização do real.

No decorrer do 4º trimestre o mercado temia a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, motivando forte arrancada da moeda, pressionando a inflação. Num primeiro momento, isso veio acontecer e, no decorrer do mês de dezembro, a moeda americana alçou o valor de R\$ 3,47, mas, desde então, o dólar só fez cair, encerrando o mês de dezembro de 2016 com uma queda de 4,05%, registrando expressiva desvalorização no ano (16,54%). Ressalte-se que, as perspectivas ainda de queda da moeda americana levaram os analistas e o mercado financeiro a prever que a inflação poderá ceder com maior intensidade em 2017 e 2018.

GRÁFICO 7. COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2015 X 2016



1.2.5 Indicadores Econômicos Financeiros – 2016

TABELA 2. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS – 2016

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2016														
ATIVOS DE MERCADO	ACUMULADO 2015	VARIÇÕES NOMINAIS - 2016												NOMINAL NO ANO
		jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	
IBOVESPA	(13,30%)	(6,79%)	5,91%	16,97%	7,70%	(10,09%)	6,30%	11,22%	1,03%	0,80%	11,23%	(4,65%)	(2,71%)	38,91%
IBrX-50	(13,08%)	(6,47%)	5,65%	16,41%	7,24%	(10,18%)	6,27%	10,95%	0,93%	0,86%	11,10%	(4,73%)	(2,80%)	36,82%
US\$ (PTAX) %	47,01%	3,53%	(1,56%)	(10,57%)	(3,04%)	4,18%	(10,72%)	0,91%	0,04%	0,18%	(2,01%)	6,78%	(4,05%)	(16,54%)
CDI	13,23%	1,05%	1,00%	1,16%	1,05%	1,11%	1,16%	1,11%	1,21%	1,11%	1,05%	1,04%	1,12%	13,99%
TAXA SELIC	13,28%	1,06%	1,00%	1,16%	1,06%	1,11%	1,16%	1,11%	1,22%	1,11%	1,05%	1,04%	1,12%	14,03%
POUPANÇA	8,09%	0,63%	0,60%	0,72%	0,63%	0,65%	0,71%	0,66%	0,76%	0,66%	0,66%	0,64%	0,69%	8,30%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO		VARIÇÕES NOMINAIS - 2016												
IGP-M (FGV)	10,54%	1,14%	1,29%	0,51%	0,33%	0,82%	1,69%	0,18%	0,15%	0,20%	0,16%	(0,03%)	0,54%	7,19%
IGP-DI (FGV)	10,68%	1,53%	0,79%	0,43%	0,36%	1,13%	1,63%	(0,39%)	0,43%	0,03%	0,13%	0,05%	0,83%	7,15%
INPC (IBGE)	11,28%	1,51%	0,95%	0,44%	0,64%	0,98%	0,47%	0,64%	0,31%	0,08%	0,17%	0,07%	0,14%	6,58%
IPC-SP (FIPE)	10,69%	1,37%	0,89%	0,97%	0,46%	0,57%	0,65%	0,35%	0,11%	(0,14%)	0,27%	0,15%	0,72%	6,55%
IPCA (IBGE)	10,67%	1,27%	0,90%	0,43%	0,61%	0,78%	0,35%	0,52%	0,44%	0,08%	0,00%	0,18%	0,30%	6,29%
META ATUARIAL (*)	17,07%	1,35%	1,96%	1,40%	0,89%	1,09%	1,43%	0,92%	1,09%	0,76%	0,53%	0,62%	0,52%	13,30%
TAXA INDICATIVA (**)	15,17%	1,80%	1,24%	0,73%	0,93%	1,27%	0,76%	0,93%	0,60%	0,37%	0,46%	0,36%	0,43%	10,31%
REFERÊNCIA (***)	17,40%	1,96%	1,40%	0,89%	1,09%	1,43%	0,92%	1,09%	0,76%	0,53%	0,62%	0,52%	0,59%	12,44%
DOLAR PTAX (VENDA) US\$	3,9048	4,0428	3,9796	3,5589	3,4508	3,5951	3,2098	3,2390	3,2403	3,2462	3,1811	3,3967	3,2591	-

(*) INPC (com defasagem) + 5,5% a.a.
(**) INPC+3,5% a.a.
(***) INPC (sem defasagem) +5,5% a.a.

Chama-se a atenção para a contínua recuperação do mercado acionário no exercício de 2016, com alta de 38,91% e 36,82%, medido pelos índices **IBOVESPA** e **IBrX-50**, respectivamente, bem como a valorização do real ante o dólar, com a cotação da moeda caindo 16,54%.

1.3 PERFORMANCE DO PLANO I - BD DESCONTADA DA META ATUARIAL - 1994 a 2016

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano I/BD. As variações foram obtidas dos registros constantes do **Demonstrativo Atuarial - DA**, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 1994 a 2016. Fica evidente que nos últimos 22 (vinte e dois) anos a **rentabilidade se mantém acima da Meta Atuarial**. Os resultados desfavoráveis observados no gráfico no período de 2007 a 2015, que retiraram parte dos ganhos acumulados, foram, em sua maioria, motivados pelo desempenho do mercado bursátil. No entanto, no encerramento de 2016, esses ganhos mantiveram-se acima de 50% em relação à meta atuarial. Assim sendo, pode-se concluir que os problemas que levaram ao aumento do custeio do Plano são de natureza estrutural.

GRÁFICO 8. DESEMPENHO ACUMULADO

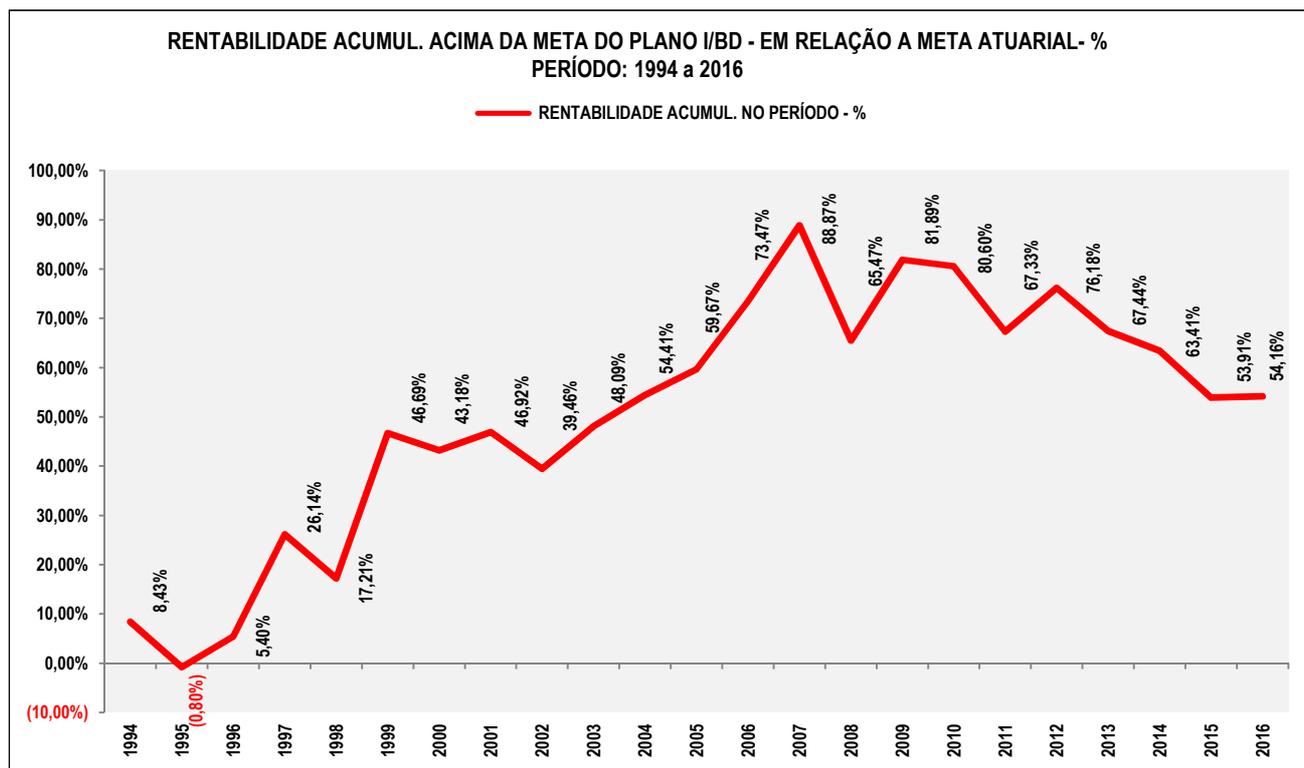


TABELA 3. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE DO PLANO I/BD - ACUMULADA

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO X RENTABILIDADE DO PLANO I - BD - 1994 a 2016 -							
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ - (1)	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - % - (2)	META ATUARIAL DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 6% a.a. (3)	RENTABILIDADE REAL DO PLANO - % - (4)	JUROS REAIS ATUARIAL DO PLANO - % - (5)	RENTABILIDADE ACIMA DA META ATUARIAL - MÊS - (2/4) - % - (6)	RENTABILIDADE ACIMA DA META ATUARIAL ACUMULADA NO PERÍODO - % - (7)
1993	14.565.818						
1994	21.834.499	1001,84%	916,18%	14,94%	6,00%	8,43%	8,43%
1995	27.999.976	18,35%	29,36%	(3,02%)	6,00%	(8,51%)	(0,80%)
1996	37.005.152	24,43%	17,11%	12,63%	6,00%	6,25%	5,40%
1997	49.328.578	32,06%	10,35%	26,85%	6,00%	19,67%	26,14%
1998	50.632.967	2,39%	10,19%	(1,50%)	6,00%	(7,08%)	17,21%
1999	72.879.060	43,39%	14,57%	32,66%	6,00%	25,15%	46,69%
2000	78.882.804	9,12%	11,80%	3,46%	6,00%	(2,40%)	43,18%
2001	93.063.916	18,81%	15,78%	8,77%	6,00%	2,62%	46,92%
2002	106.172.413	13,25%	19,31%	0,62%	6,00%	(5,08%)	39,46%
2003	136.519.774	26,87%	19,48%	12,56%	6,00%	6,19%	48,09%
2004	161.911.021	16,93%	12,14%	10,53%	6,00%	4,27%	54,41%
2005	189.435.292	15,79%	11,98%	9,61%	6,00%	3,40%	59,67%
2006	226.260.110	18,25%	8,84%	15,16%	6,00%	8,65%	73,47%
2007	275.690.468	20,94%	11,08%	15,41%	6,00%	8,88%	88,87%
2008	274.494.972	(0,44%)	13,64%	(7,13%)	6,00%	(12,39%)	65,47%
2009	332.699.574	21,38%	10,42%	16,52%	6,00%	9,93%	81,89%
2010	367.881.588	11,93%	12,73%	5,25%	6,00%	(0,71%)	80,60%
2011	375.114.375	4,29%	12,56%	(1,79%)	6,00%	(7,35%)	67,33%
2012	435.829.532	18,25%	12,31%	11,61%	6,00%	5,29%	76,18%
2013	448.946.925	6,37%	11,92%	0,51%	5,75%	(4,96%)	67,44%
2014	473.598.929	8,96%	11,65%	2,96%	5,50%	(2,41%)	63,41%
2015	504.816.103	10,11%	16,91%	(0,64%)	5,50%	(5,82%)	53,91%
2016	548.050.368	13,53%	13,34%	5,68%	5,50%	0,17%	54,16%
ACUMULADA NO PERÍODO.....		27323,84%	17688,74%	479,20%	275,71%	54,16%	
Observação: Juro Atuarial = 6,00% a.a. até 2012; 5,75% a.a. em 2013 e 5,50% a.a. até o presente.					DESVIO PADRÃO	9,03%	

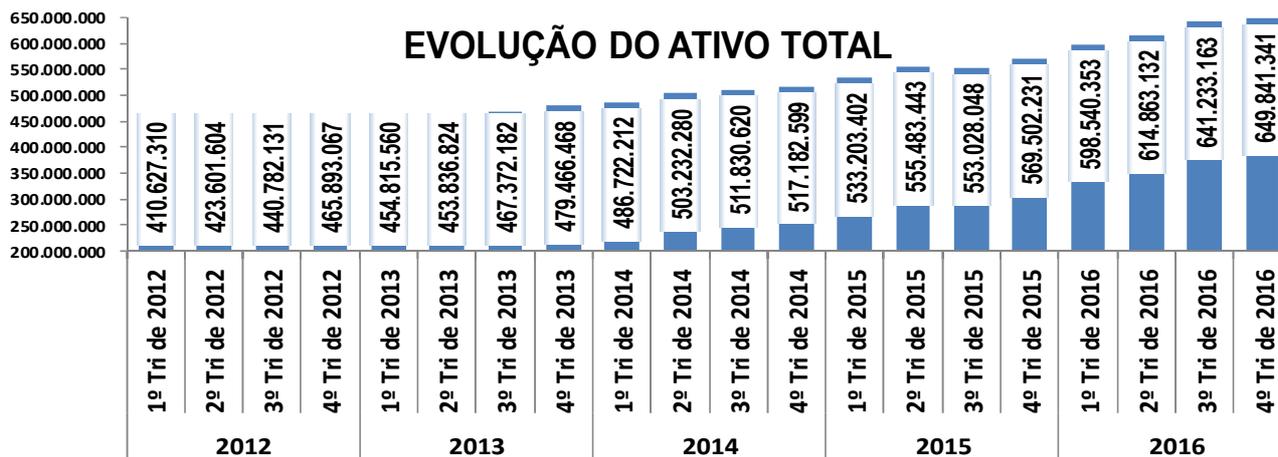
O comportamento acumulado de desempenho de 54,16% acima da meta atuarial no período, incluindo-se aí a recuperação do mercado bursátil no decorrer de 2016, medida pelo IBRX-50, é fruto de estratégias conservadoras adotadas pelos gestores, pois, sempre foi entendimento de que o objetivo do investimento do plano não era o de buscar máximas, mas manter sempre a meta como padrão de desempenho adequado.

1.3.1 Ativo Total sob Gestão da SÃO FRANCISCO

1.3.1.1 Evolução do Ativo Total Consolidado

Encerrado o 4º trimestre de 2016, o Ativo Total Consolidado (Planos I, II e PGA) atingiu o montante de R\$ 649,8 milhões, contra R\$ 641,2 milhões alçado no 3º trimestre, registrando um crescimento de 1,34% no período, acumulando no ano de 2016, um crescimento de 14,11%, contra 10,12% alcançado em 2015.

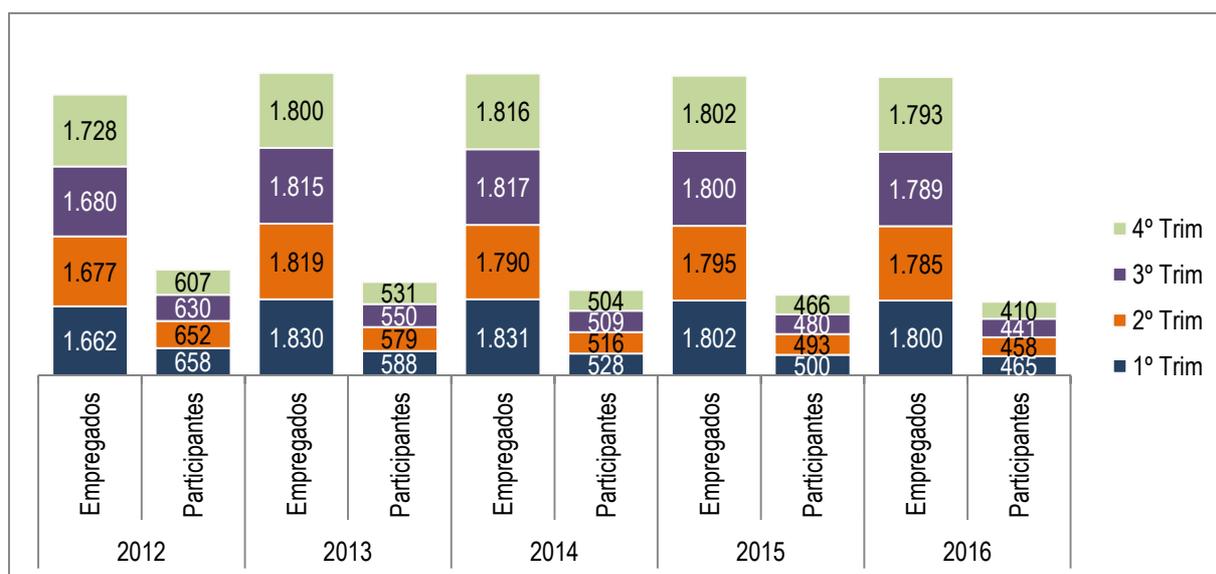
GRÁFICO 9. EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL



2 PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD

2.1 PREVIDENCIAL

GRÁFICO 10. SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES



A redução do número de participantes se deve, principalmente, a desligamentos do Plano, por requerimento de participantes. Em 2016, 48 participantes ativos se desligaram do plano e permaneceram na

Patrocinadora; 3 requereram suplementação de aposentadoria e 5 desligamentos ocasionados por morte de participante ativo.

GRÁFICO 11. SEGREGAÇÃO POR SEXO – PARTICIPANTES ATIVOS

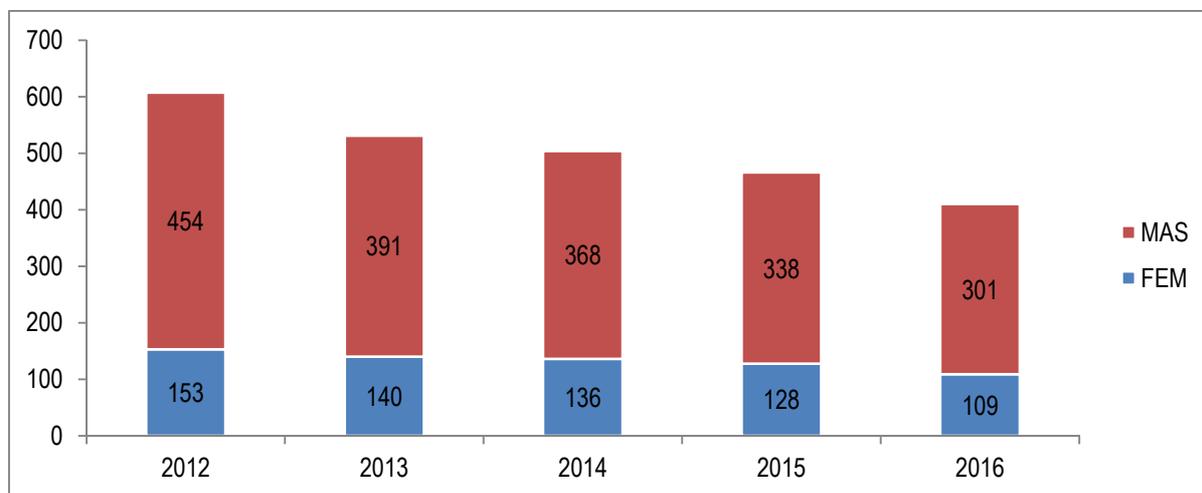
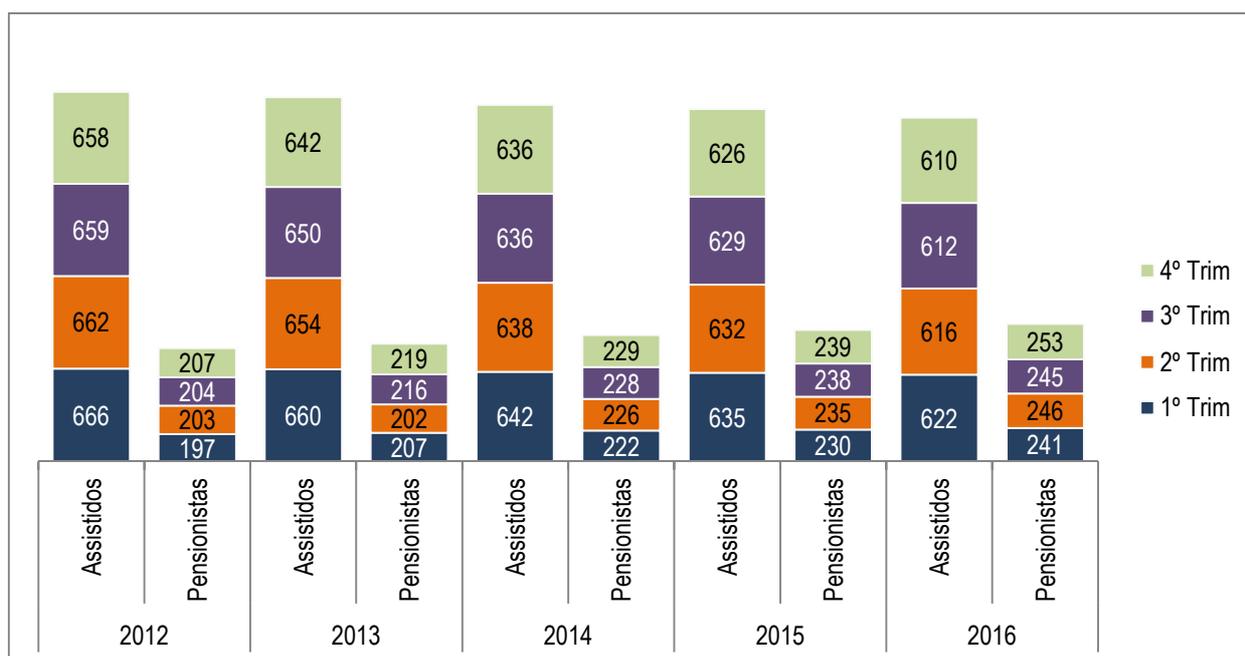


GRÁFICO 12. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS



Em 2016, houve as seguintes ocorrências: concessão de 3 benefícios de suplementação de aposentadoria; 19 encerramentos, por falecimento, de benefícios de suplementação de aposentadoria; 17 concessões de benefício de suplementação de pensão por morte; encerramento, por falecimento, de 3 benefícios de pensão.

GRÁFICO 13. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – ANUAL

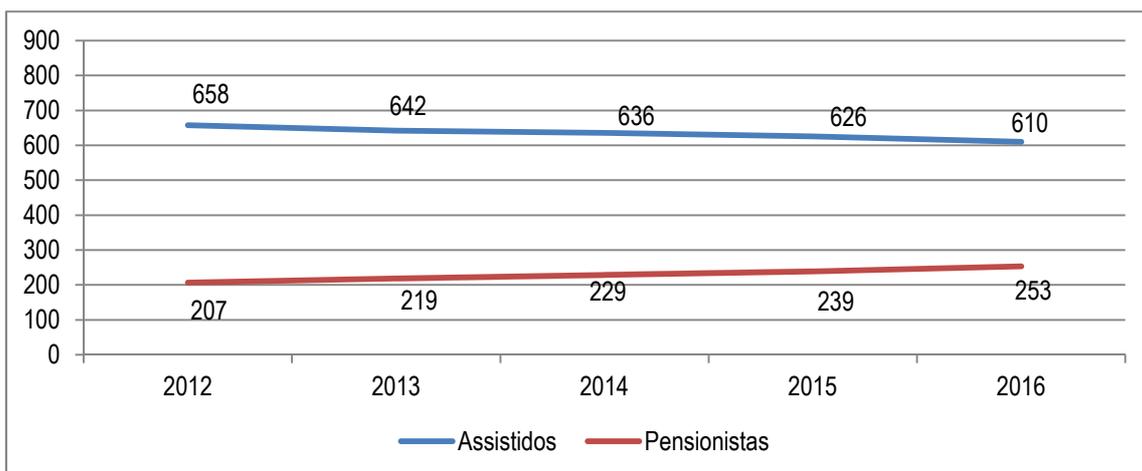
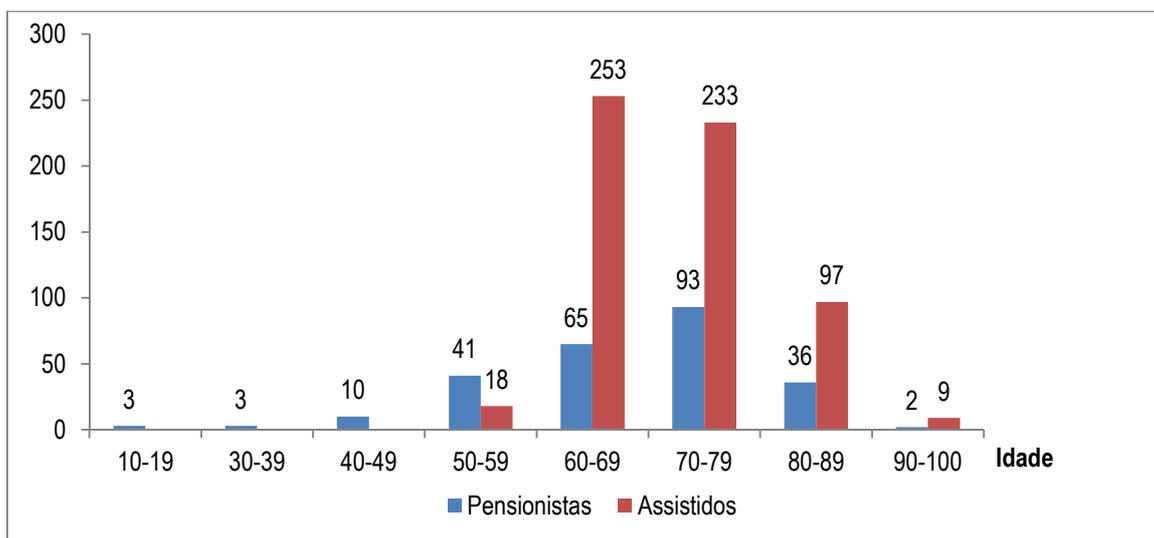


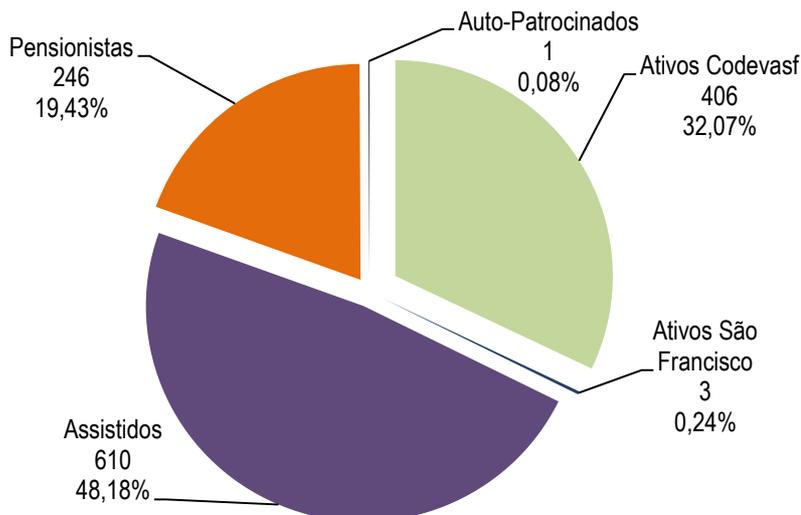
GRÁFICO 14. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – FAIXA ETÁRIA



Observamos que na categoria de pensionistas estão os dependentes inscritos no Plano de Benefícios I e são eles:

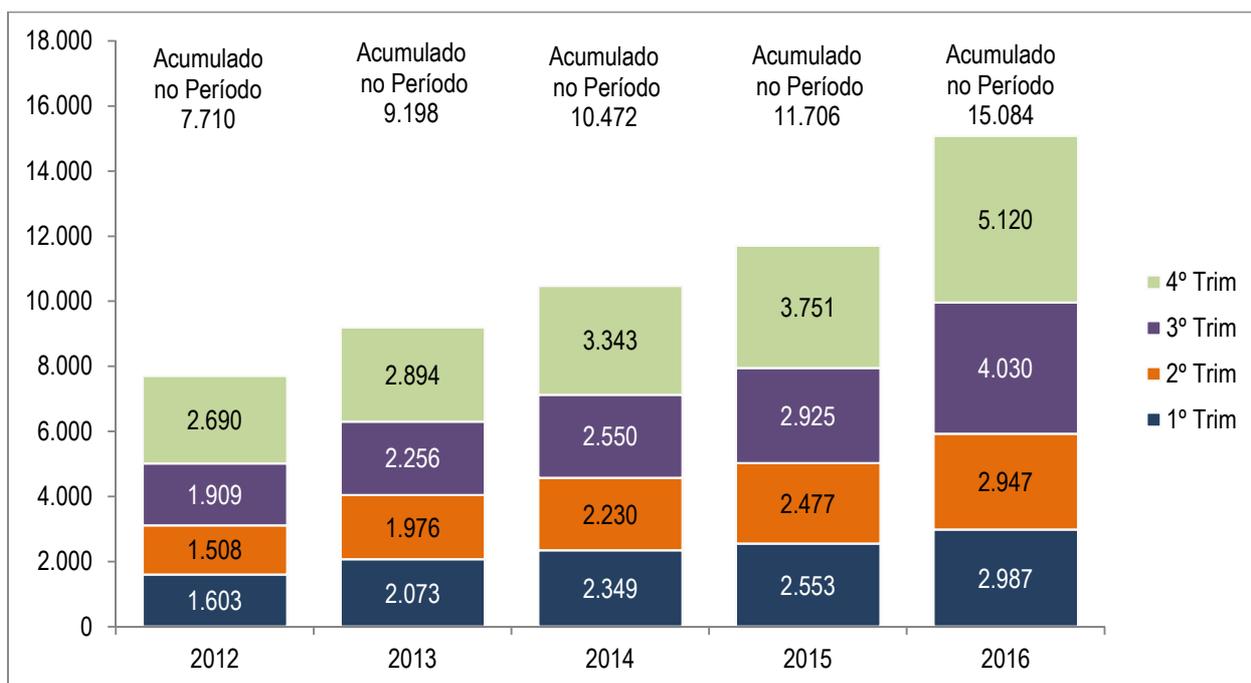
1. O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado menor de 21 anos; ou na falta destes
2. Os pais; ou na falta destes
3. O irmão não emancipado menor de 21 anos ou inválido.

GRÁFICO 15. PERCENTUAL POR GRUPO DE FILIADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL



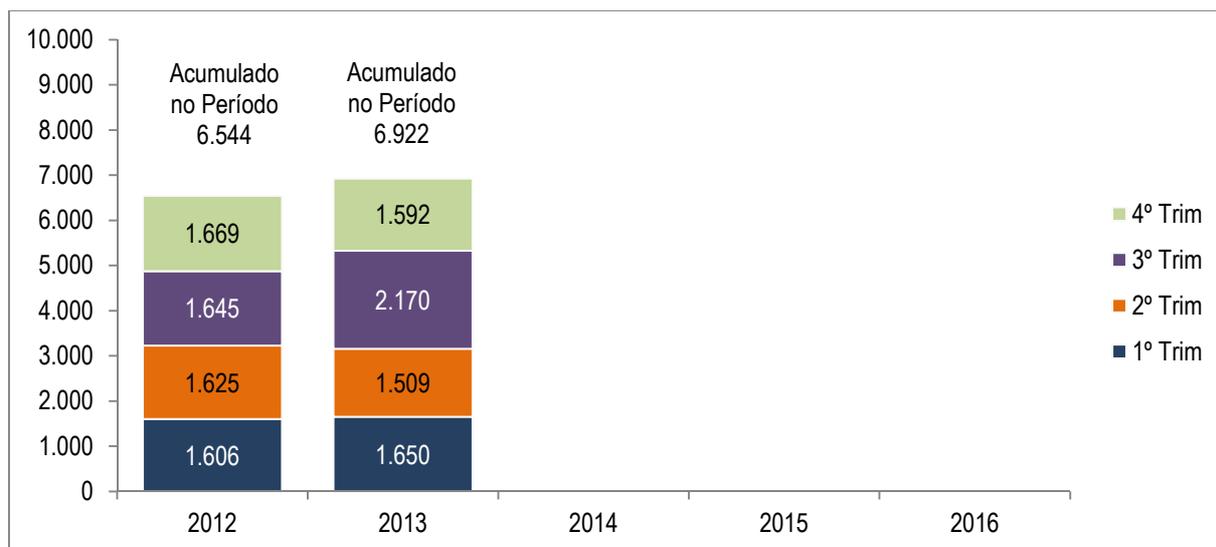
2.1.1 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 16. CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS NORMAIS – EM MIL REAIS



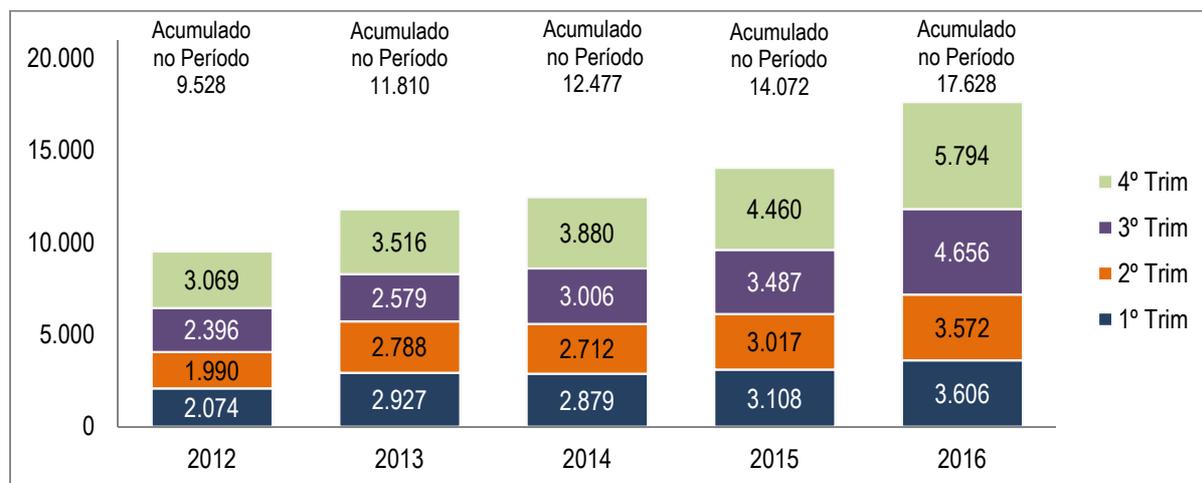
O crescimento das contribuições patronais, no 3º trimestre, deve-se ao ajuste na contribuição normal e ao reajuste salarial da Codevasf. No 4º trimestre, foram consideradas as contribuições patronais sobre o 13º salário no valor de R\$ 1.238 mil.

GRÁFICO 17. CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS EXTRAORDINÁRIAS – EM MIL REAIS



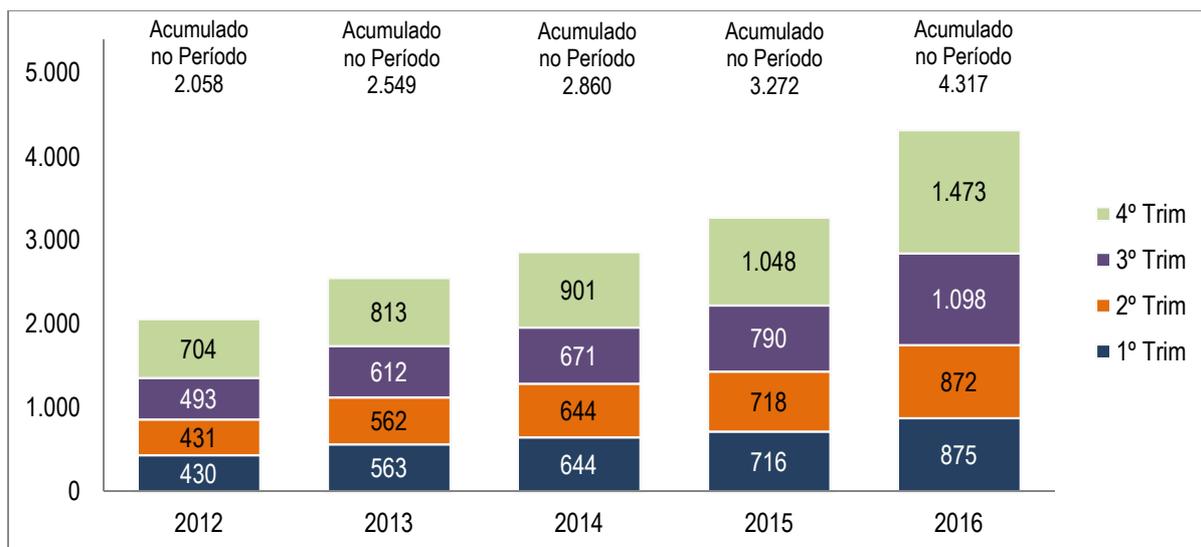
Em dezembro de 2013 foi paga a última parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado dos participantes fundadores, decorrente de compromisso firmado em contrato entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO.

GRÁFICO 18. CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ATIVOS – EM MIL REAIS



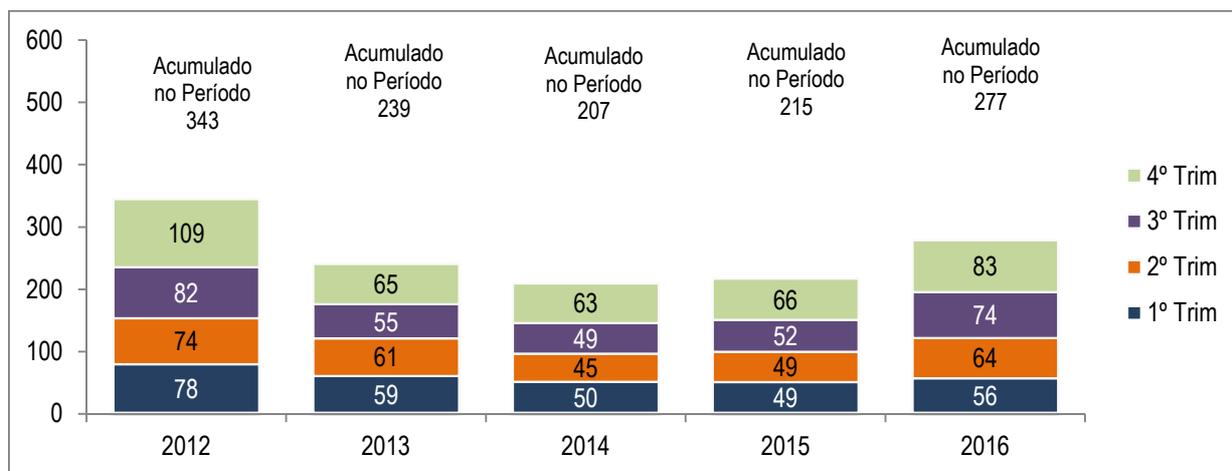
O crescimento das contribuições de participantes ativos, no 3º trimestre, deve-se ao ajuste na contribuição normal e o reajuste salarial da Codevasf. No 4º trimestre, foram consideradas as contribuições de participantes sobre o 13º salário no valor de R\$ 1.404 mil.

GRÁFICO 19. CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ASSISTIDOS – EM MIL REAIS



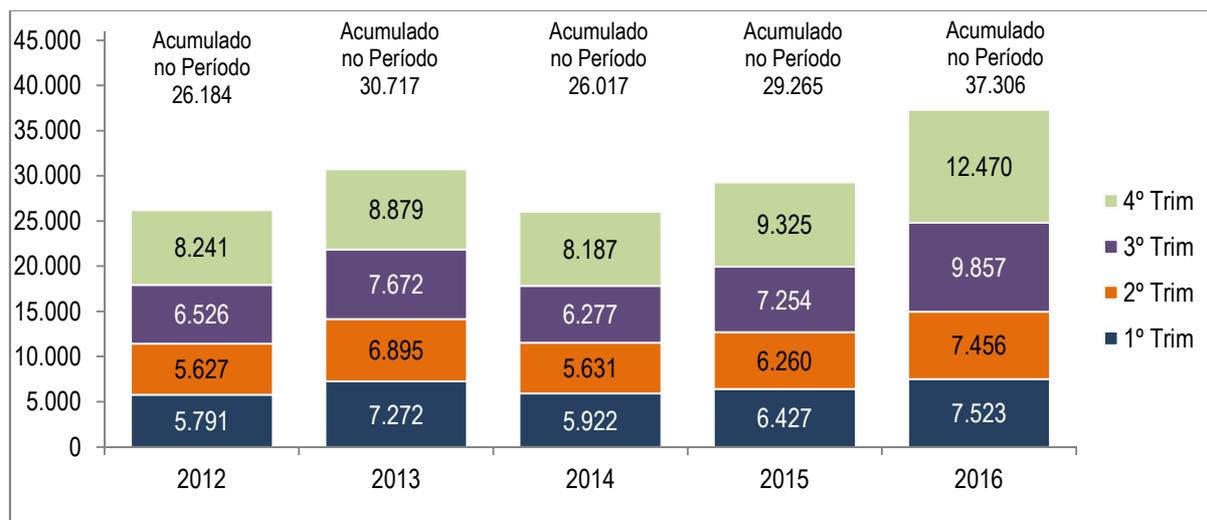
O crescimento das contribuições dos assistidos, no 3º trimestre, deve-se ao ajuste nas contribuições normais. No 4º trimestre, foram consideradas as contribuições de participantes assistidos sobre o 13º salário no valor de R\$ 368 mil.

GRÁFICO 20. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES – EM MIL REAIS



Os valores de “outras contribuições” correspondem às parcelas de joia atuarial e autopatrocinados.

GRÁFICO 21. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS



A partir de 2014 não há a parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado dos participantes fundadores, conforme explicado abaixo do gráfico 17. O crescimento das receitas previdenciárias no 3º trimestre deve-se ao ajuste nas contribuições normais e ao reajuste salarial da Codevasf. No 4º trimestre, foram consideradas as contribuições sobre o 13º salário no valor de R\$ 3.029 mil.

GRÁFICO 22. COMPARATIVO DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS

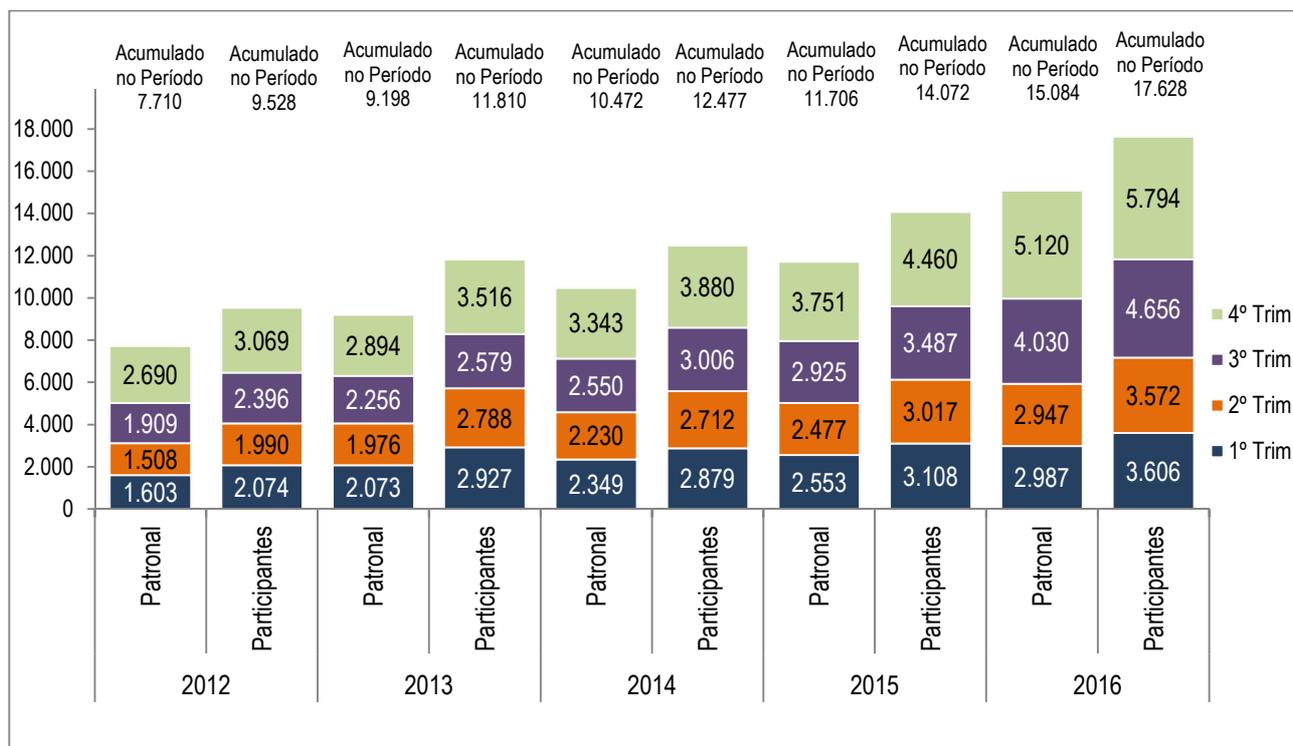
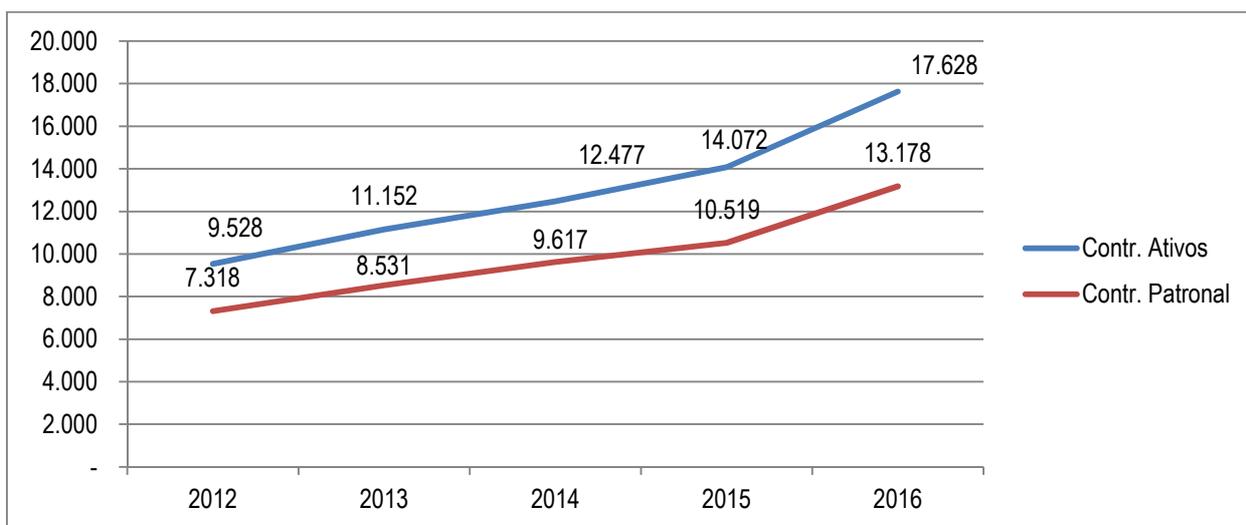
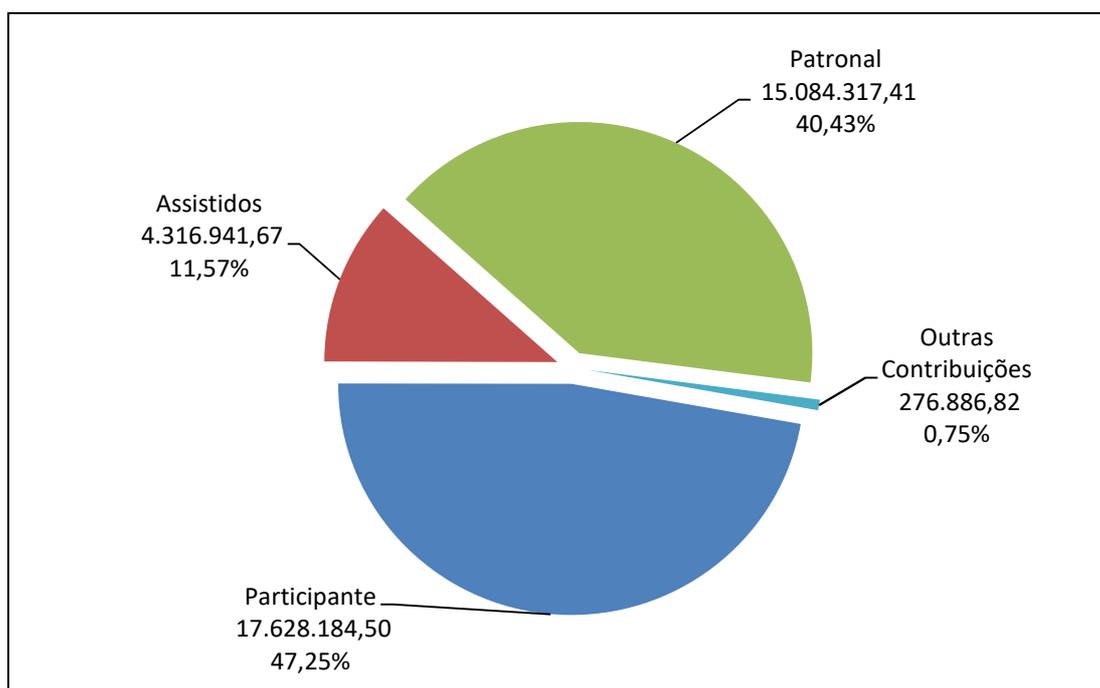


GRÁFICO 23. COMPARATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES ATIVOS X PATROCINADORA – VALORES ACUMULADOS – EM MIL REAIS



Em média, sobre a contribuição total, verifica-se que a contribuição patronal equivale a 42,78% e a contribuição do participante a 57,22%.

GRÁFICO 24. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS



2.1.2 Despesas Previdenciárias

GRÁFICO 25. DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS POR TIPO DE BENEFÍCIO

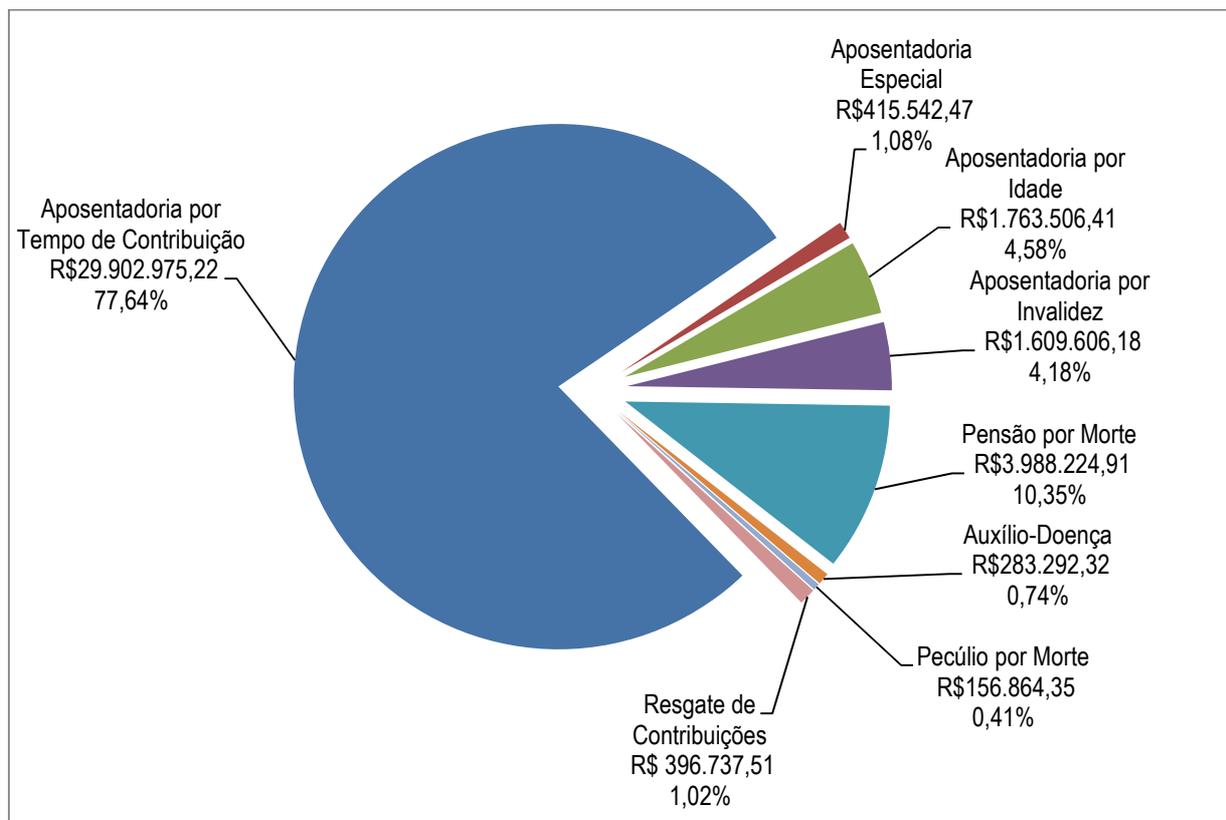
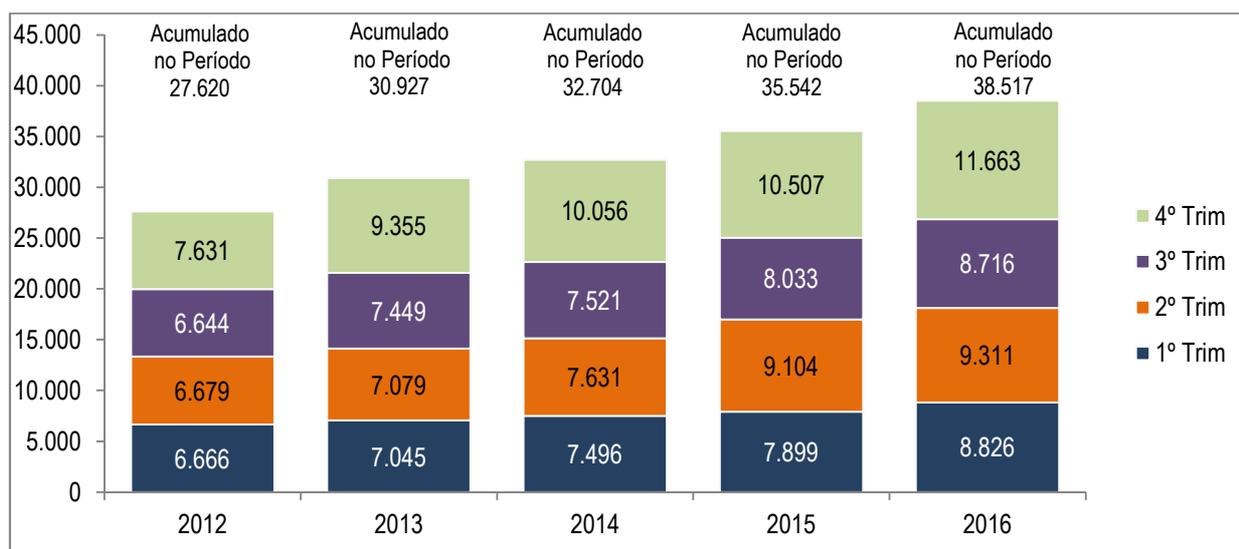
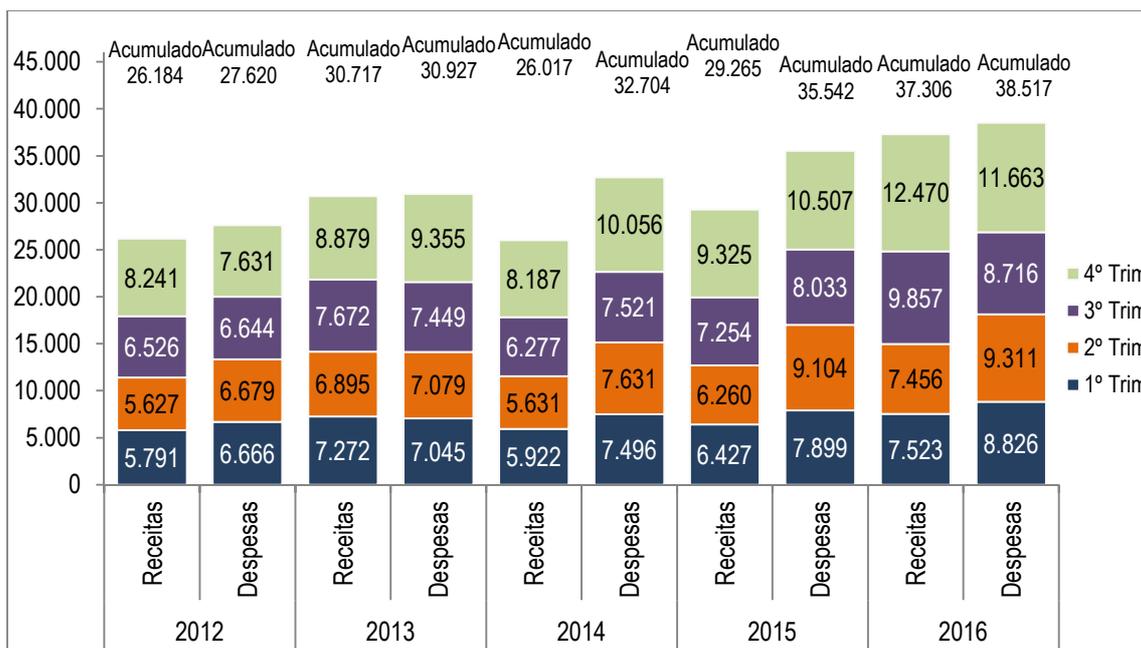


GRÁFICO 26. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS



O crescimento das despesas previdenciárias corresponde à variação da inflação. No 4º trimestre, foram consideradas as despesas sobre o Abono-Anual no valor de R\$ 2.927 mil.

GRÁFICO 27. RECEITAS X DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS



2.2 ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

2.2.1 Enquadramento

A estrutura de investimento do Plano, considerando as alocações nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Investimentos no Exterior, Imóveis e Operações C/ Participantes, encontrava-se no encerramento do 4º Trimestre de 2016 em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2016/2020, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Seu valor total em 31.12.2016 de R\$ 592.970.516,90 contra R\$ 528.408.637,58 em 31.12.2015, registra um crescimento nominal no período de 12,22%, podendo ser observada no gráfico e quadro a seguir:

GRÁFICO 28. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

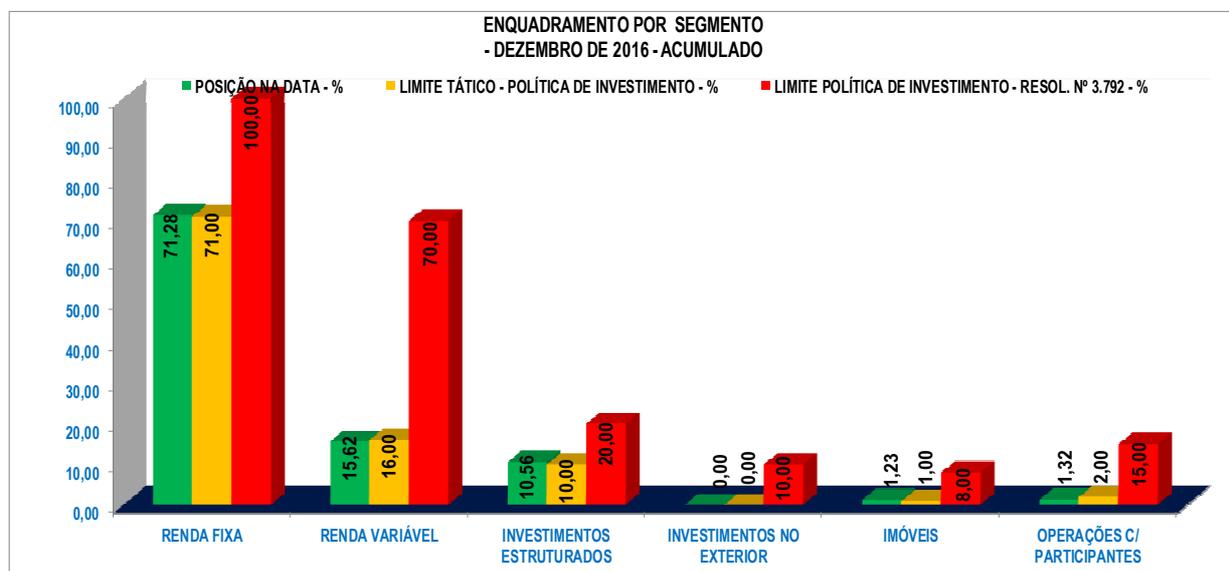


TABELA 4. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2015 x 2016 - PLANO DE BENEFÍCIO I - BD							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31.12.2015		31.12.2016		LIMITES TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN MÁXIMO - %	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %
	VALOR	% DE ALOCAÇÃO	VALOR	% DE ALOCAÇÃO			
	- R\$ -		- R\$ -				
RENDA FIXA	372.582.451,09	70,51	422.675.447,94	71,28	71,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	76.213.517,36	14,42	92.606.516,13	15,62	16,00	70,00	70,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	64.501.968,77	12,21	62.597.321,82	10,56	10,00	20,00	20,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	1,00
IMÓVEIS	7.236.885,49	1,37	7.268.300,02	1,23	1,00	8,00	2,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	7.873.814,87	1,49	7.822.930,99	1,32	2,00	15,00	5,00
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	528.408.637,58	100,00	592.970.516,90	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	2.322,93	↑ 12,22%	4.522,54				
(-) Exigível de Investimentos	-233.735,00		-270.577,54				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	528.177.225,51		592.704.461,90				

2.2.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do Plano de Benefícios I - BD, no 4º trimestre de 2016 foi de 1,16% contra uma variação negativa de 3,77% registrada no 3º trimestre. Esse resultado acumula no ano de 2016 um desempenho positivo de 13,47%, que descontada da Meta Atuarial de 13,30%, registra desempenho positivo de 0,17%.

2.2.2.1 Segmento de Renda Fixa

Apresentou, no 4º trimestre, rentabilidade de 2,00% contra meta atuarial de 1,67% - 0,33% acima da meta. Com este resultado o Segmento acumulou no ano rentabilidade de 14,28%, contra a meta de 13,30%, superando-a em 0,98%.

Como o maior volume de investimento é o de NTN-B, importante salientar que, enquanto o INPC que corrige o passivo dos Planos, variou 6,58% no ano, o IPCA, tomado pela variação com aniversário no dia 15 de cada mês, apresentou variação de 6,29%, ou seja, variação entre os índices de 0,29% em desfavor do segundo. No entanto, a carteira respondeu satisfatoriamente, pois a rentabilidade foi suficiente para superar a exigência atuarial e ainda para cobrir a divergência dos índices.

2.2.2.2 Segmento de Renda Variável

Apresentou no 4º trimestre, rentabilidade negativa de 1,61%, contra o *Benchmark* positivo de 2,88%, variando 1,27% abaixo do referencial no período considerado. Constituído pelos FIA's, o **Segmento de Renda Variável** registrou rentabilidade positiva no ano de 21,49%, ante o desempenho positivo da Bolsa de Valores de 36,82% medida pelo índice **IBrX-50 (benchmark)**. O comportamento do segmento foi menor em 15,33% do que seu referencial.

É importante lembrar que a alta acentuada do *benchmark* registrada no exercício de 2016, foi diretamente relacionada às apostas quanto à probabilidade de haver ou não o *impeachment* da presidente Dilma. Na medida em que o processo se desenrolou no 3º e se confirmando no 4º trimestre, as bolsas anteciparam os acontecimentos, assim, principalmente as ações de estatais, com maior força as da Petrobras, experimentaram altas substanciais. Nesse processo, por conservadorismo, as carteiras não fizeram grandes alocações nas empresas estatais, mantendo baixa alocação. Assim, o resultado foi que muito poucos gestores na indústria de fundos foram capazes de replicar o resultado do índice.

2.2.2.3 Segmento de Investimentos Estruturados

A carteira de **Investimentos Estruturados** apresentou resultado anual negativo de 0,03%. Esse resultado foi influenciado diretamente pelo fraco desempenho dos ativos integrantes da carteira, com destaque para o Energia PCH/FIP - Projeto Juruena.

2.2.2.4 Segmento de Imóveis

O Segmento de **Imóveis** apresentou rentabilidade negativa de 2,74% no ano, abaixo da meta de 13,30%, devido às despesas arcadas pelo plano com a vacância do empreendimento e as suas depreciações lançadas.

2.2.2.5 Segmento de Operações C/Participantes

O Segmento de **Operações com Participantes** apresentou rentabilidade acumulada no ano de 24,74%, superando a meta em 11,44%.

GRÁFICO 29. RENTABILIDADE ACUMULADA NO ANO POR SEGMENTO X META ATUARIAL - %

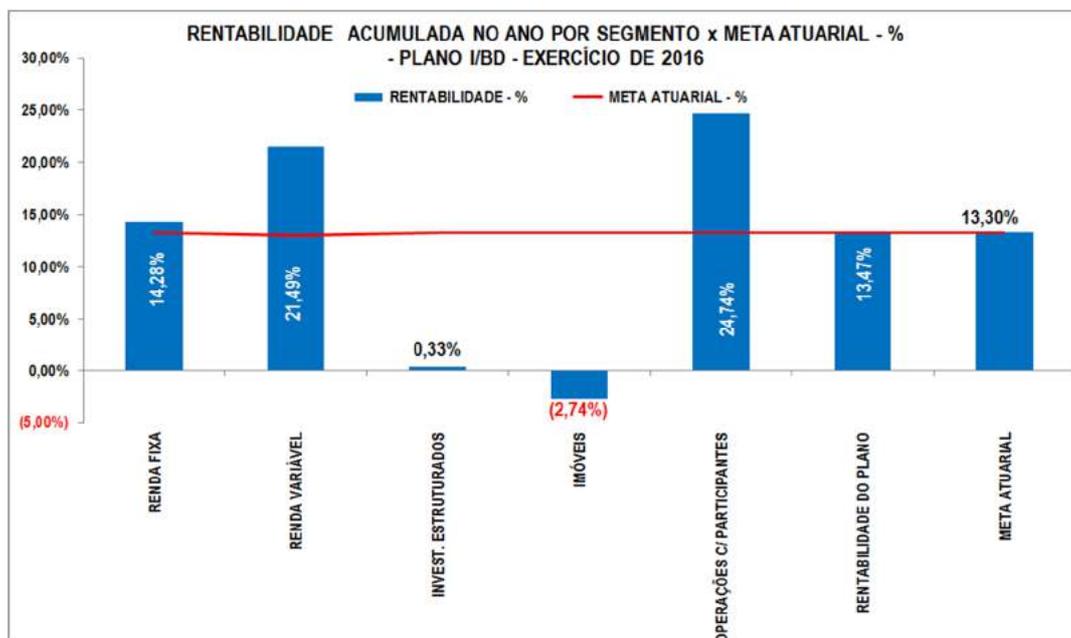


TABELA 5. RENTABILIDADE ACUMULADA - %

RENTABILIDADE DO PLANO I - BD - ACUMULADA - % -				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2016			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,15%	2,00%	14,28%	14,28%
RENDA VARIÁVEL	(2,56%)	(1,61%)	21,49%	21,49%
INVEST. ESTRUTURADOS	0,01%	(0,41%)	0,33%	0,33%
IMÓVEIS	(0,45%)	(0,62%)	(2,74%)	(2,74%)
OPERAÇÕES C/PARTICIPANTES	1,34%	4,06%	24,74%	24,74%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,42%	1,16%	13,47%	13,47%
META ATUARIAL	0,52%	1,67%	13,30%	13,30%
DIVERGÊNCIA	(0,10%)	(0,51%)	0,17%	0,17%

2.2.3 Detalhamento por Segmento

2.2.3.1 Renda Fixa

Nesse segmento estão alocados 71,28% do total dos Ativos de Investimentos:

TABELA 6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

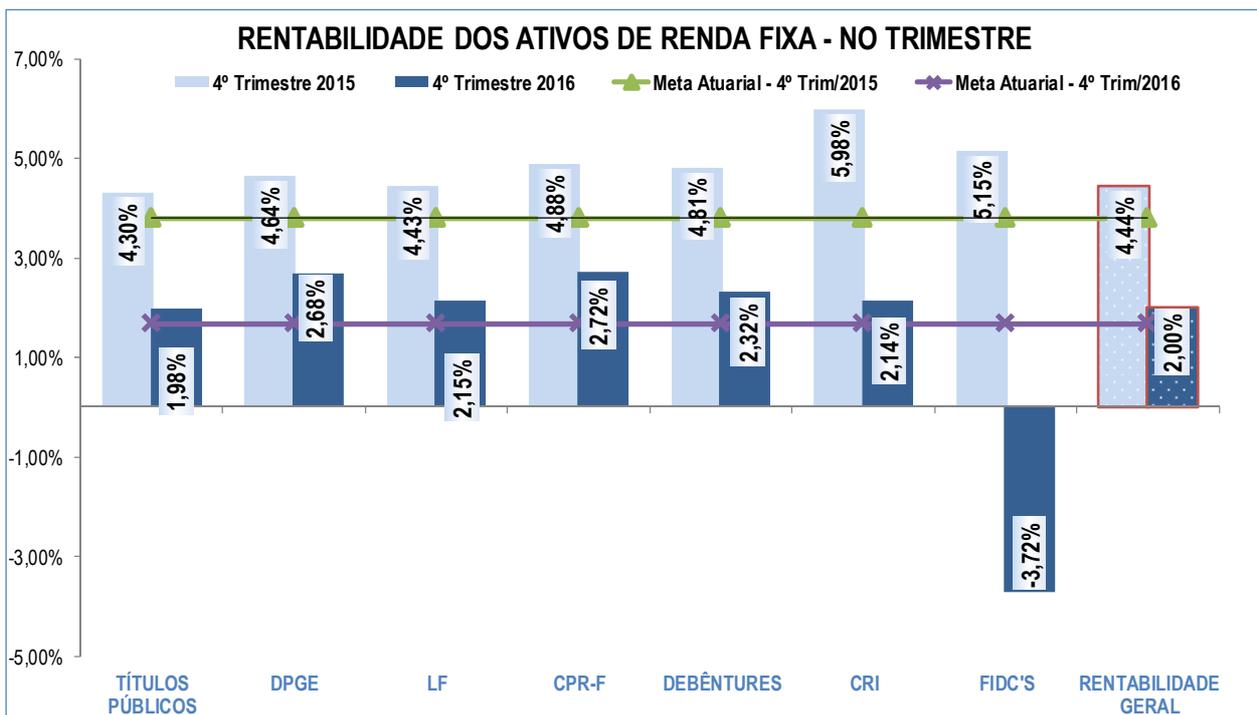
ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL			out/16	nov/16	dez/16	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 18	RENDA FIXA	422.675.447,94	100,00%	71,28%	10,87		0,51%	0,33%	1,15%	2,00%	14,28%	14,28%	0,29%	0,98%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	377.181.318,14	89,24%	63,61%	12,16		0,51%	0,32%	1,14%	1,98%	14,91%	14,91%	0,92%	1,62%
	NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - NTN-B	366.744.885,99	86,77%	61,85%	12,32	Soberano	0,51%	0,32%	1,14%	1,98%	14,66%	14,66%	0,67%	1,37%
	NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - NTN-F	10.436.432,15	2,47%	1,76%	6,52		0,00%	0,00%	5,74%	5,74%	5,74%	5,74%	4,62%	5,22%
III	Emissão ou Coobrigação de Instituições Autorizadas pelo BACEN	6.535.942,75	1,55%	1,10%	-		0,65%	0,82%	1,07%	2,56%	14,85%	14,85%	0,86%	1,55%
	DPGE	0,00	0,00%	0,00%	-		0,64%	0,88%	1,14%	2,68%	15,17%	15,17%	1,17%	1,87%
	Baixo Risco de Credito													
	BANCO BIC S/A (1)	0,00	0,00%	0,00%	-		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,10%	7,10%	1,61%	0,22%
	BANCO BMG S/A (2)	0,00	0,00%	0,00%	-		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,87%	8,87%	2,16%	0,47%
	BANCO FICSA S/A (3)	0,00	0,00%	0,00%	-		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,45%	8,45%	1,74%	0,05%
	BANCO SCHAHIN S/A (4)	0,00	0,00%	0,00%	-		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,14%	6,14%	1,81%	0,42%
	DACASA FINANCEIRA (5)	0,00	0,00%	0,00%	-	BB+ (Fitch)	0,64%	0,88%	1,14%	2,68%	14,82%	14,82%	0,82%	1,52%
	LF	6.535.942,75	1,55%	1,10%	0,96		0,65%	0,74%	0,74%	2,15%	14,19%	14,19%	0,20%	0,90%
	Baixo Risco de Credito													
	BANCO SAFRA (6)	0,00	0,00%	0,00%	-	brAA- (S&P)	0,66%	1,00%	0,00%	1,67%	13,92%	13,92%	1,19%	0,62%
	Risco de Crédito Especulativo (**)													
	BDMG	6.535.942,75	1,55%	1,10%	0,96	Baa3- (Moody's)	0,63%	0,75%	0,74%	2,13%	13,54%	13,54%	-0,45%	0,24%
V	Emissão de Companhias Abertas	17.677.945,89	4,18%	2,98%	4,74		0,68%	0,82%	0,80%	2,32%	14,29%	14,29%	0,30%	1,00%
	DEBENTURES	17.677.945,89	4,18%	2,98%	4,74		0,68%	0,82%	0,80%	2,32%	14,29%	14,29%	0,30%	1,00%
	Alto Risco de Crédito (**)													
	CEMIG - GT	7.346.597,65	1,74%	1,24%	3,54	A-(bra) (Fitch)	0,60%	0,74%	0,71%	2,06%	13,16%	13,16%	-0,84%	-0,14%
	Risco de Crédito Especulativo (***)													
	CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETE	10.331.348,24	2,44%	1,74%	5,59	Baa1.br- (Moody's)	0,73%	0,88%	0,86%	2,49%	15,08%	15,08%	1,08%	1,78%
VII	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	13.476.568,51	3,19%	2,27%	4,17		0,74%	0,69%	0,69%	2,14%	14,95%	14,95%	0,95%	1,65%
	CRI	13.476.568,51	3,19%	2,27%	4,17		0,74%	0,69%	0,69%	2,14%	14,95%	14,95%	0,95%	1,65%
	Baixo Risco de Crédito													
	BRC SECURITIZADORA	2.981.619,81	0,71%	0,50%	2,75	AA+ (Fitch)	0,78%	0,67%	1,00%	2,47%	15,71%	15,71%	1,72%	2,41%
	Alto Risco de Crédito													
	INFRASEC SECURITIZADORA	10.494.948,70	2,48%	1,77%	4,57	AA (LFRating)	0,73%	0,70%	0,61%	2,05%	14,75%	14,75%	0,76%	1,46%
VIII	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	7.351.648,91	1,74%	1,24%	0,00		-0,82%	-2,15%	-0,79%	-3,72%	-5,48%	-5,48%	-19,47%	-18,78%
	EM COTA	7.351.648,91	1,74%	1,24%	0,00		-0,82%	-2,15%	-0,79%	-3,72%	-5,48%	-5,48%	-19,47%	-18,78%
	Alto Risco de Crédito (****)													
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	7.351.648,91	1,74%	1,24%	0,00		-0,82%	-2,15%	-0,79%	-3,72%	-5,48%	-5,48%	-19,47%	-18,78%
§ 1º - IV	Cédula de Produto Rural	452.023,74	0,11%	0,08%	0,71		0,81%	0,95%	0,94%	2,72%	16,05%	16,05%	2,05%	2,75%
	CPR-F	452.023,74	0,11%	0,08%	0,71		0,81%	0,95%	0,94%	2,72%	16,05%	16,05%	2,05%	2,75%
	Risco de Crédito Especulativo													
	USINAS ITAMARATI	452.023,74	0,11%	0,08%	0,71		0,81%	0,95%	0,94%	2,72%	16,05%	16,05%	2,05%	2,75%

- (1) VENCIMENTO EM 11/05/2016
- (2) VENCIMENTO EM 03/06/2016
- (3) VENCIMENTO EM 16/06/2016
- (4) VENCIMENTO EM 19/04/2016
- (5) VENCIMENTO EM 08/12/2016
- (6) VENCIMENTO EM 04/11/2016

Monitoramento:

- (*) Reclassificação em 01/07/2016
 - (**) Reclassificação em 13/07/2016
 - (***) Reclassificação em 25/02/2016
 - (****) Resultado da Reclassificação, com base no modelo de avaliação de "Risco de Crédito" desenvolvido internamente pela Diretoria de Finanças, tomando-se por base os modelos utilizados pelas Agências Estrangeiras.
- OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.

GRÁFICO 30. RENTABILIDADE NOMINAL - SEGMENTO DE RENDA FIXA - NO TRIMESTRE



Os ativos que constituem a Carteira de Renda Fixa do Plano apresentaram rendimento inferior quando comparado com o mesmo período do ano anterior, ante o comportamento da variação dos índices de inflação que no ano anterior superam os deste exercício.

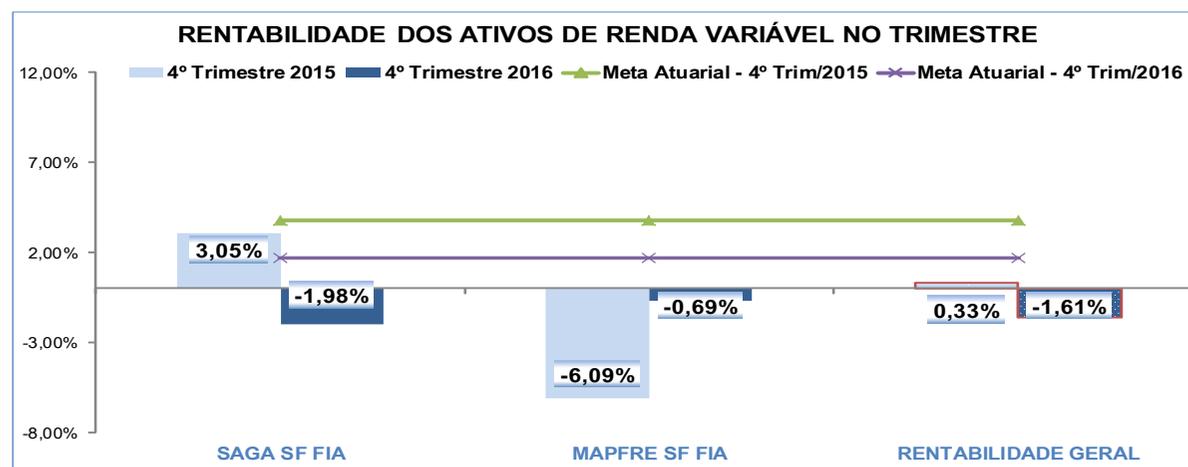
2.2.3.2 Renda Variável

O Segmento de Renda Variável encerrou o 4º trimestre de 2016 com 15,62% dos recursos, contra 14,43% em dezembro de 2015 - aumento de 1,19 ponto percentual, motivado pela alta do mercado acionário e não pela inversão de novos recursos. O segmento registrou variação negativa de 1,61% no 4º trimestre, acumulando no ano variação positiva de 21,49%, contra o desempenho positivo do *Benchmark* (IBrX-50) de 2,87% no trimestre, acumulando no ano variação positiva de 36,82%. O desempenho favorável do mercado acionário registrado no ano, com acentuada recuperação a partir do 3º trimestre, deveu-se a reversão nas perspectivas de melhora da economia do país, com a aprovação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, arrefecendo as inconstâncias do longo processo político interno.

TABELA 7. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL			out/16	nov/16	dez/16	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 19	RENDA VARIÁVEL	92.606.516,13	100,00%	15,62%	-		9,07%	-7,42%	-2,56%	-1,61%	21,49%	21,49%	-15,33%	8,20%
I	Ações de Emissão de Companhias Abertas	92.606.516,13	100,00%	15,62%	-		9,07%	-7,42%	-2,56%	-1,61%	21,49%	21,49%	-15,33%	8,20%
	FUNDOS	92.606.516,13	100,00%	15,62%	-		9,07%	-7,42%	-2,56%	-1,61%	21,49%	21,49%	-15,33%	8,20%
	SAGA SF FIA	65.150.323,52	70,35%	10,99%	-		8,62%	-7,97%	-1,94%	-1,98%	18,41%	18,41%	-18,41%	5,12%
	MAPFRE SF	27.456.192,61	29,65%	4,63%	-		10,15%	-6,10%	-3,98%	-0,69%	29,60%	29,60%	-7,23%	16,30%

GRÁFICO 31. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL



No encerramento do exercício de 2016, o desempenho do **Segmento de Renda Variável** foi devidamente acompanhado pela Diretoria de Finanças, com intuito de avaliar as gestões, identificando a capacidade dos gestores em gerar retorno melhores que os dos players do mercado acionário. Averiguando a qualidade da gestão e a capacidade de gerar alfa.

Desde a troca das gestões do Segmento de Renda Variável adotada pela Fundação (abril de 2014), o acompanhamento vem sendo realizado utilizando-se de aplicativo desenvolvido pela Economática. Trata-se de ferramenta de avaliação de Fundos de Investimentos, Ações, Empresas e outros ativos, sendo empregado em larga escala no mercado financeiro. Sua base é formada por dados disponibilizados pela CVM e ANBIMA. Com o uso do software é possível condensar dados estatísticos, observar desempenhos, correlações, obter diversos múltiplos e, muitos outros indicadores, permitindo compará-los entre si e entre os gestores de Fundos de Ações do mercado, como é utilizado pela Diretoria de Finanças.

O Segmento de Renda Variável encerrou o ano de 2016 com 15,62% dos recursos, ante 14,43% registrada em dezembro de 2015. No 4º trimestre, o segmento registrou variação negativa de 1,61%, contra o desempenho positivo do IBrX-50 de 2,87%. No ano, o Segmento acumulou uma variação positiva de 21,49%, contra o desempenho positivo do *Benchmark* (IBrX-50) de 36,82%.

Apesar de apresentar um resultado abaixo do índice de referência, o comportamento do segmento em 2016 é prova inequívoca da eficiência dos gestores. Fundamentalmente, os **Fundos Privados** não conseguiram alçar rentabilidade acima do índice, motivado diretamente pelo cenário político e econômico bastante desfavorável ao longo do ano, levando os investidores e gestores apresentarem baixo nível de confiança nas medidas cogitadas e até mesmo àquelas adotadas pelo Poder Executivo, com vistas a reverter o processo de queda das atividades produtivas do país.

Os desempenhos aferidos pelos **Gestores Privados em 2016** estão no quadro abaixo, juntamente, com o desempenho acumulado dos fundos, tomado desde o início das gestões desenvolvidas pela SAGA-Capital e Mapfre (05/2014 a 12/2016):

O mercado acionário encerrou o ano de 2016 revertendo claramente o processo de queda observado nos últimos 5 (cinco) anos, voltando a trabalhar com elevado otimismo, motivado pelas declarações da nova equipe econômica indicada pelo Governo Temer, a partir do desfecho ocorrido no dia 31 de agosto de 2016, quando o Plenário do Senado Federal aprovou o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

A seguir, acompanharemos individualmente a análise dos Fundos, que compõem o Segmento de Renda Variável. Os gestores da **Saga** mantiveram o comportamento prudencial, montando defesas para evitar perdas, caso adviesse alguma queda. Já os gestores da **Mapfre** mantiveram a postura de acompanhar com maior aderência o desempenho do *benchmark*. É exatamente o *mix* da postura de ambos os gestores que reforça a convicção da existência de equilíbrio na composição da carteira.

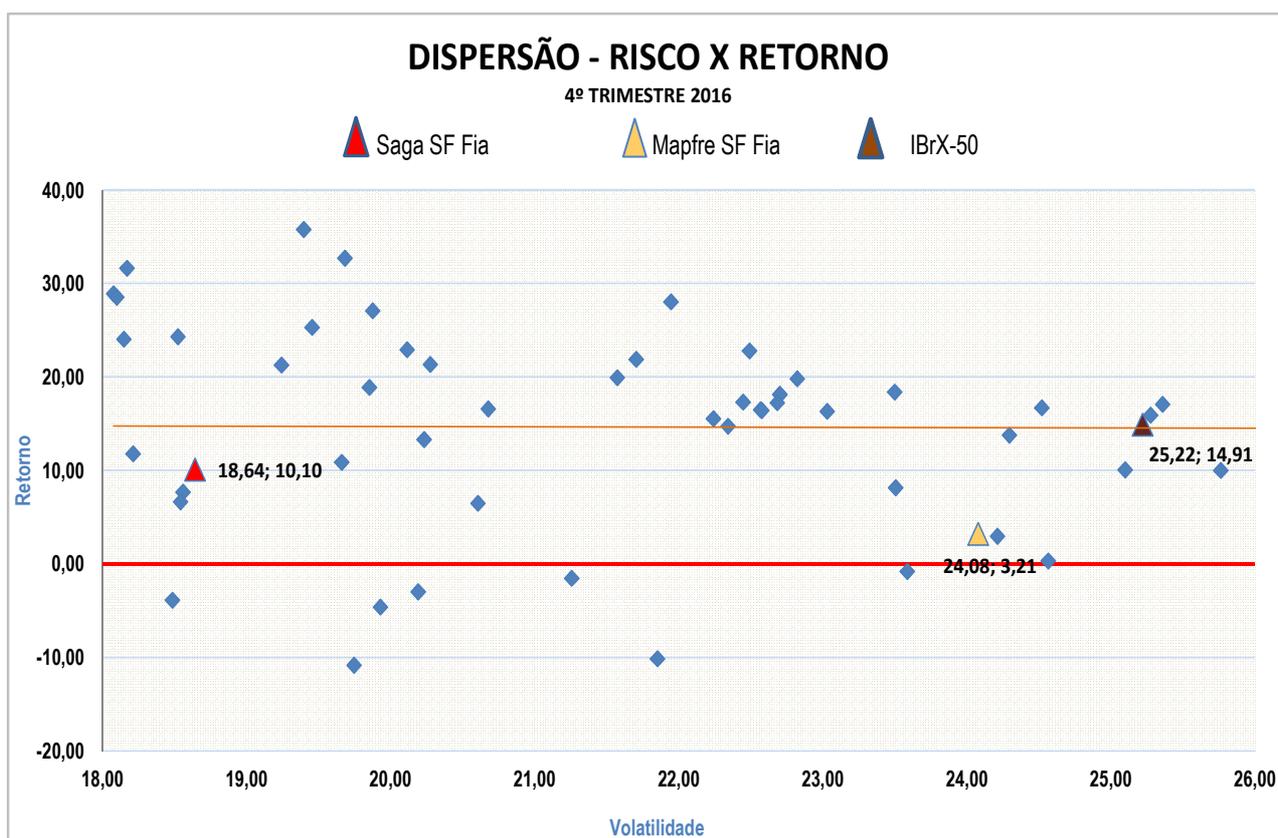
2.2.3.3 Fundos de Investimentos em Ações - FIA's

TABELA 8. RENTABILIDADES NOMINAIS OBTIDAS:

DESEMPENHO - FIA's		
DESCRIÇÃO	4º TRIM/2016	4º TRIM/2015
SEGMENTO RV	-1,61%	0,33%
SAGA SF FIA	-1,98%	3,05%
MAPFRE SF	-0,69%	-6,09%
IBrX-50	2,88%	-4,94%
META	1,67%	3,79%

Em uma avaliação mais apurada quanto ao resultado das gestões dos fundos, segundo a relação **Risco versus Retorno**, utilizando-se dados coletados de 30/04/2014, quando ocorreu o início da gestão, até 31/12/2016, e aplicação dos seguintes filtros: (i) o valor de patrimônio entre R\$ 20,0 e R\$ 68,0 milhões; (ii) constar do regulamento atendimento à Resolução N° 3.792; (iii) volatilidade superior a 18%; (iv) classificação ANBIMA como FIA's e (v) Correlação de no mínimo 80% com o IBrx-50; obteve-se a seleção de 59 Fundos, de toda a Indústria de Fundos. Dispondo-os em gráfico de dispersão o resultado é o constante abaixo:

GRÁFICO 32. DISPERÇÃO RISCO X RETORNO

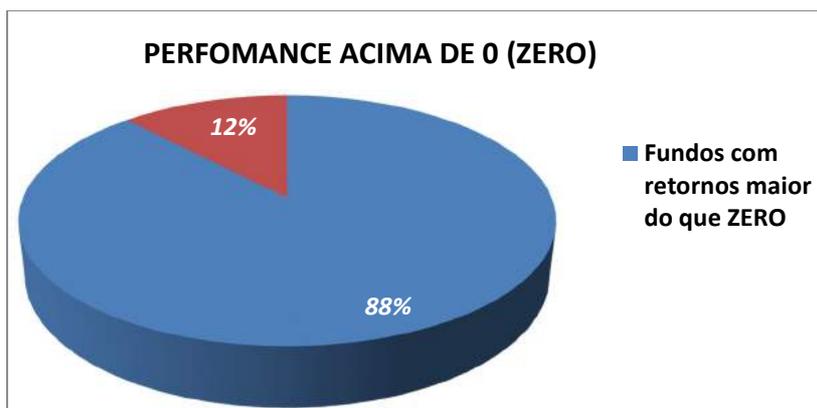


Antes de avaliar a indústria de Fundos, cabe breve comparação em relação aos **Fundos Saga, Mapfre SF e Benchmark**; a volatilidade deles é crescente pela ordem apresentada. Ante essa observação é forçoso concluir que os fundos, pela ordem em que foram relacionados, se mostram com menor risco que seu referencial.

Em relação a amostra, o **Saga SF** encontra-se em um quadrante do gráfico onde se concentram os fundos com melhor desempenho e menor volatilidade; o **Mapfre SF** em contrapartida está num quadrante onde concentram as maiores volatilidades e menores retornos. Os resultados do **Saga SF** com desempenho de 10,10% e volatilidade de 18,64%, contrasta com o **Mapfre SF** com rentabilidade de 3,21% e volatilidade de 24,08%.

Dentre os fundos selecionados o de melhor desempenho do período atingiu rentabilidade de 35,76% com volatilidade de 19,40%, e o pior obteve rentabilidade negativa de 10,86% com volatilidade de 19,75%. A grande maioria da amostra apresentou desempenho positivo, distribuição conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 33. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE FUNDOS SEGUNDO AS RENTABILIDADES OBTIDAS



Outra informação extraída consiste na proporção de Fundos acima e abaixo da performance do *Benchmark*, constante do gráfico abaixo:

GRÁFICO 34. DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL

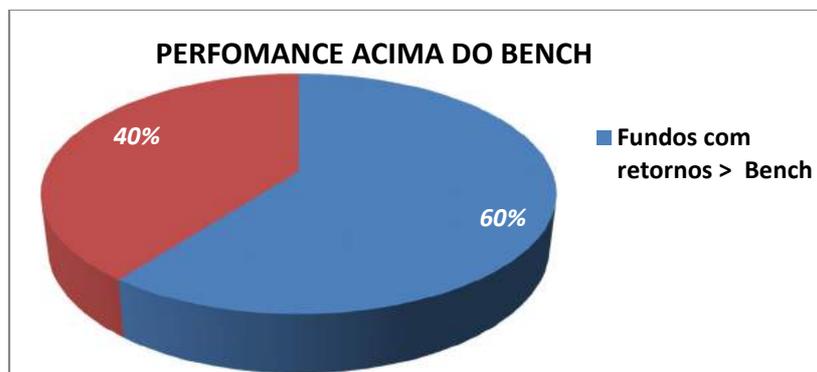
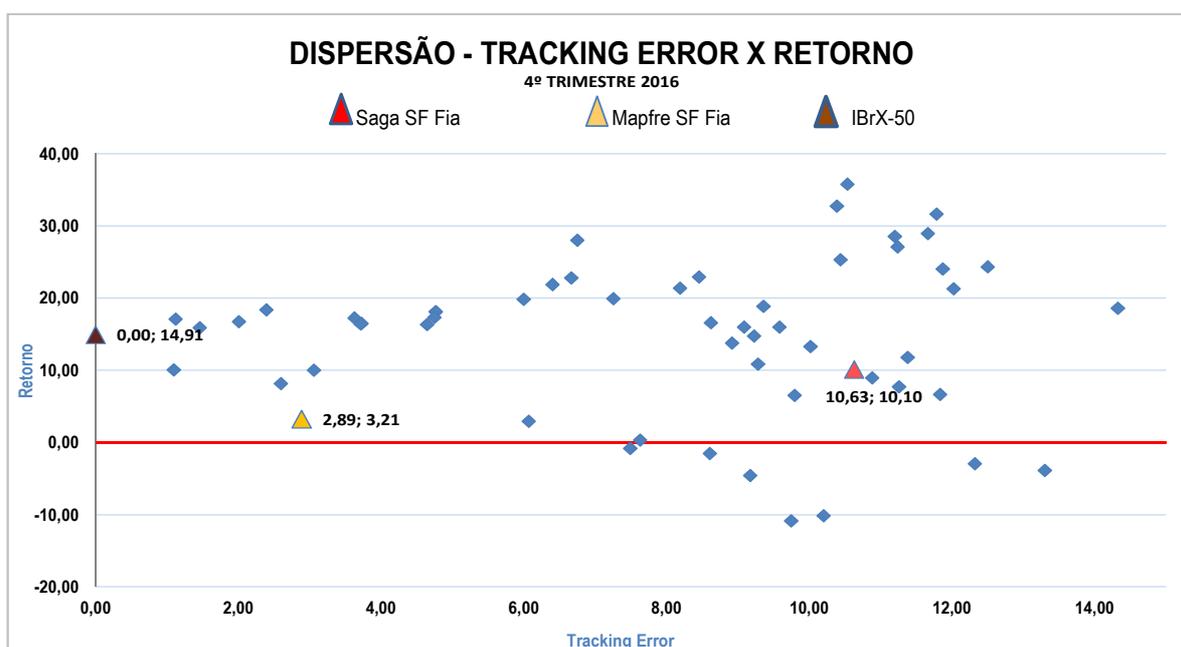


GRÁFICO 35. TRACKING ERROR X RETORNO



O *Tracking Error* é uma medida do desvio dos retornos dos fundos em função dos retornos da referência. Dito isso pode-se afirmar que um fundo que se destine a replicar o desempenho de determinado índice teria um erro de rastreamento perto de zero, enquanto uma carteira gerida ativamente, objetivando superar o retorno do índice de referência, normalmente terá um erro mais elevado.

Após os esclarecimentos acima, observa-se do gráfico acima que os Fundos, **Saga SF** e **Mapfre SF** apresentaram *Tracking Error* bastante distintos. O **Mapfre SF** está localizado em um quadrante de Fundos com melhores resultados e com maiores TE's, o **Saga SF**, por sua vez, está localizado em um quadrante onde se concentra Fundos com menores TE's, contudo, desempenhos menores.

Estes aspectos revelam que, a gestão do **Mapfre SF** é mais ativa do que o **Saga SF**, atitude condizente com os mandatos que foram consignados nos respectivos regulamentos, outorgados pela Fundação. Pode-se extrair ainda, que os fundos com desempenhos escolheram uma estratégia de manter beta, índice de correlação, menor que 1 em relação aos seus *Benchmark*. Nas gestões **Mapfre SF** e **Saga SF**, nitidamente, o primeiro se posicionou defensivamente frente ao IBrX-50 enquanto o **Saga SF** se posicionou de forma mais passiva, ou seja, beta mais próximo ao índice.

Sinteticamente, o gestor **Saga SF** tem confirmada a estratégia de possuir uma postura mais defensiva frente a um cenário volátil e incerto. O gestor **Mapfre SF**, ao contrário, vem adotando uma estratégia de apostas de gestão mais aderente do índice. No curto prazo, em especial no ano de 2016, o desempenho do segundo se apresenta melhor, ao contrário, avaliando o indicador desde a criação dos fundos, o primeiro segue melhor que o referencial e mesmo o segundo fundo.

O cenário político ainda continua incerto, e soma-se a ele o resultado da eleição americana. O segundo aspecto poderá trazer elevação mais contundente das taxas de juros americanas, um baque nas pretensões do governo brasileiro. Entende-se que as posições ainda de cautela devem ser mantidas, ou seja, betas menores que 1 e *Tracking Error* dentro dos apresentados.

Pode-se observar que em função dos retornos nominais acumulados auferidos na vida dos fundos, permite classifica-los respectivamente em 42 e 50, **Saga** e **Mapfre**. O primeiro, destaca-se também por estar seis posições abaixo do IBrX-50. Poderá ser conferido que fundos de casas tradicionais (Bradesco, Safra, Itaú e Santander), além de fundos de entidades congêneres. Deve-se ainda estar atento ao risco corrido, tomado pela volatilidade, assim, está claro que ambos os fundos possuem risco menor que o do próprio *benchmark*, 18,64; 24,08 e 25,22 - **Saga**, **Mapfre** e IBrX-50, respectivamente.

TABELA 9. FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA

Classificação por Desempenho					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Dez/16	Volatilidade Anual Mai/14 a Dez/16 - Anual	Tracking Error base anual Abr14 a Dez/16	Patrimônio Dez/16
1	Pacifico Rv Master FIA	35,76	19,40	10,54	47.496
2	Bozano Fundamental FIA	32,70	19,68	10,39	61.650
3	Claritas Valor FIA	31,63	18,17	11,79	36.954
4	Celos Claritas Valor FIA	28,91	18,08	11,67	62.041
5	Fprv Sqa Sanhaco FIA Prev	28,52	18,10	11,20	67.135
6	FIA Sabesprev BBM Valuation	28,01	21,95	6,76	36.560
7	Kondor Equities Institucional FIA	27,08	19,88	11,24	31.314
8	Wa Master Valuation FIA	25,29	19,46	10,44	23.575
9	ARX Long Term Instit FIA	24,29	18,52	12,50	52.989
10	Squadra Institucional FIA	24,01	18,15	11,88	49.106
11	Santander FI Valor Acoes	22,90	20,12	8,46	65.458
12	Frg FIA Gap	22,76	22,49	6,67	65.680
13	FIA Gap Valor Pernambuco	21,86	21,71	6,41	50.885
14	Gerdau Previdencia FIA 04	21,34	20,28	8,19	46.180
15	Canepa Master FIA	21,26	19,24	12,03	29.203
16	Frg FIA Ativo	19,90	21,57	7,26	52.046
17	FIA Rva Emb	19,79	22,82	6,00	39.030
18	Fprv Quest Gaivota FIA	18,85	19,85	9,36	66.938
19	Fachesf Dividendos FIA	18,58	29,70	14,33	36.440
20	Itau Caixa Acoes FI	18,48	67,03	69,20	59.459
21	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	18,36	23,50	2,40	68.131
22	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	18,10	22,70	4,77	64.956
23	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	18,10	22,70	4,77	64.956
24	BNP Paribas Master Ibrx FIA	17,30	22,45	4,75	50.236
25	Ft FEF Cd FIA	17,24	22,69	3,63	55.386
26	Bradesco FIA Ibovespa Plus	17,07	25,36	1,13	29.112
27	Texas FIA	16,70	24,52	2,01	25.790
28	FIA Prev Iguacu Fc	16,56	20,68	8,63	22.670
29	Bosch Brasil VIII FIA Previ	16,48	22,57	3,73	27.873
30	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	16,40	22,58	3,72	20.298
31	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	16,30	23,03	4,65	28.937
32	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	15,95	26,67	9,59	21.049
33	Caixa FIA Brasil Ibovespa	15,95	26,52	9,09	27.675
34	Bram H FIA Ibovespa Gestao	15,89	25,28	1,46	26.731
35	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	15,54	22,24	15,35	42.128
36	Ibrx-50	14,91	25,22	0,00	-
37	Safra Dividendos FIA	14,72	22,34	9,23	46.106
38	Meta Valor FIA	13,75	24,30	8,92	34.923
39	Fprv ARX Melro FIA Prev	13,28	20,23	10,02	58.456
40	FIA Western Asset Dividendos Ceara	11,75	18,21	11,38	51.161
41	Suvinil FIA	10,85	19,66	9,29	28.870
42	Saga Sf FIA	10,10	18,64	10,63	66.633
43	Bradesco H FIA Ibovespa	10,04	25,10	1,10	45.178
44	Porto Seguro Acoes Master FI Prev	9,98	25,76	3,06	49.247
45	Safra Setorial Bancos FIA	8,92	27,28	10,89	20.400
46	FIA Salubre	8,13	23,51	2,60	50.516
47	Wa Dividend Yield FIA	7,68	18,56	11,26	34.246
48	Vinci Kayapo FIA	6,62	18,54	11,84	22.500
49	ARX FIA	6,49	20,61	9,80	65.370
50	Mapfre Sf FIA	3,21	24,08	2,89	27.456
51	Brad H FIA Ibovespa Valuation	2,93	24,21	6,07	44.460
52	Bram H FIA Dividendos	0,31	24,56	7,64	29.638
53	Santander FI Dividendos Top Acoes	-0,83	23,59	7,50	30.527
54	Az Legan Brasil FIA	-1,55	21,26	8,61	53.259
55	Itau Acoes Infra Estrutura FI	-3,00	20,19	12,32	46.243
56	FIA Sml 5	-3,90	18,49	13,30	68.539
57	Wa Sustentabilidade Empresarial FIA	-4,61	19,93	9,18	29.934
58	Sul America Total Return FIA	-10,18	21,85	10,21	47.336
59	Santander FI Ethical II Acoes	-10,86	19,75	9,75	63.390

TABELA 10. CLASSIFICAÇÃO POR TRACKING ERROR

Classificação por Tracking Error					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Dez/16	Volatilidade Anual Mai/14 a Dez/16 - Anual	Tracking Error base anual Abr14 a Dez/16	Patrimônio Dez/16
1	Itau Caixa Acoes FI	18,48	67,03	69,20	59.459
2	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	15,54	22,24	15,35	42.128
3	Fachesf Dividendos FIA	18,58	29,70	14,33	36.440
4	FIA Sml 5	-3,90	18,49	13,30	68.539
5	ARX Long Term Instit FIA	24,29	18,52	12,50	52.989
6	Itau Acoes Infra Estrutura FI	-3,00	20,19	12,32	46.243
7	Canepa Master FIA	21,26	19,24	12,03	29.203
8	Squadra Institucional FIA	24,01	18,15	11,88	49.106
9	Vinci Kayapo FIA	6,62	18,54	11,84	22.500
10	Claritas Valor FIA	31,63	18,17	11,79	36.954
11	Celos Claritas Valor FIA	28,91	18,08	11,67	62.041
12	FIA Western Asset Dividendos Ceara	11,75	18,21	11,38	51.161
13	Wa Dividend Yield FIA	7,68	18,56	11,26	34.246
14	Kondor Equities Institucional FIA	27,08	19,88	11,24	31.314
15	Fprv Sqa Sanhaco FIA Prev	28,52	18,10	11,20	67.135
16	Safra Setorial Bancos FIA	8,92	27,28	10,89	20.400
17	Jbi Focus Master FIA	-14,45	19,13	10,86	52.467
18	Saga Sf FIA	10,10	18,64	10,63	66.633
19	Pacífico Rv Master FIA	35,76	19,40	10,54	47.496
20	Wa Master Valuation FIA	25,29	19,46	10,44	23.575
21	Bozano Fundamental FIA	32,70	19,68	10,39	61.650
22	Sul America Total Return FIA	-10,18	21,85	10,21	47.336
23	Fprv ARX Melro FIA Prev	13,28	20,23	10,02	58.456
24	ARX FIA	6,49	20,61	9,80	65.370
25	Santander FI Ethical II Acoes	-10,86	19,75	9,75	63.390
26	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	15,95	26,67	9,59	21.049
27	Fprv Quest Gaivota FIA	18,85	19,85	9,36	66.938
28	Suvini FIA	10,85	19,66	9,29	28.870
29	Safra Dividendos FIA	14,72	22,34	9,23	46.106
30	Wa Sustentabilidade Empresarial FIA	-4,61	19,93	9,18	29.934
31	Caixa FIA Brasil Ibovespa	15,95	26,52	9,09	27.675
32	Meta Valor FIA	13,75	24,30	8,92	34.923
33	FIA Prev Iguacu Fc	16,56	20,68	8,63	22.670
34	Az Legan Brasil FIA	-1,55	21,26	8,61	53.259
35	Santander FI Valor Acoes	22,90	20,12	8,46	65.458
36	Gerdau Previdencia FIA 04	21,34	20,28	8,19	46.180
37	Bram H FIA Dividendos	0,31	24,56	7,64	29.638
38	Santander FI Dividendos Top Acoes	-0,83	23,59	7,50	30.527
39	Frg FIA Ativo	19,90	21,57	7,26	52.046
40	FIA Sabesprev BBM Valuation	28,01	21,95	6,76	36.560
41	Frg FIA Gap	22,76	22,49	6,67	65.680
42	FIA Gap Valor Pernambuco	21,86	21,71	6,41	50.885
43	Brad H FIA Ibovespa Valuation	2,93	24,21	6,07	44.460
44	FIA Rva Emb	19,79	22,82	6,00	39.030
45	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	18,10	22,70	4,77	64.956
46	BNP Paribas Master Ibrx FIA	17,30	22,45	4,75	50.236
47	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	16,30	23,03	4,65	28.937
48	Bosch Brasil VIII FIA Previ	16,48	22,57	3,73	27.873
49	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	16,40	22,58	3,72	20.298
50	Ft FEF Cd FIA	17,24	22,69	3,63	55.386
51	Porto Seguro Acoes Master FI Prev	9,98	25,76	3,06	49.247
52	Mapfre Sf FIA	3,21	24,08	2,89	27.456
53	FIA Salubre	8,13	23,51	2,60	50.516
54	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	18,36	23,50	2,40	68.131
55	Texas FIA	16,70	24,52	2,01	25.790
56	Bram H FIA Ibovespa Gestao	15,89	25,28	1,46	26.731
57	Bradesco FIA Ibovespa Plus	17,07	25,36	1,13	29.112
58	Bradesco H FIA Ibovespa	10,04	25,10	1,10	45.178
59	Ibrx-50	14,91	25,22	0,00	-

2.2.3.4 Investimentos Estruturados

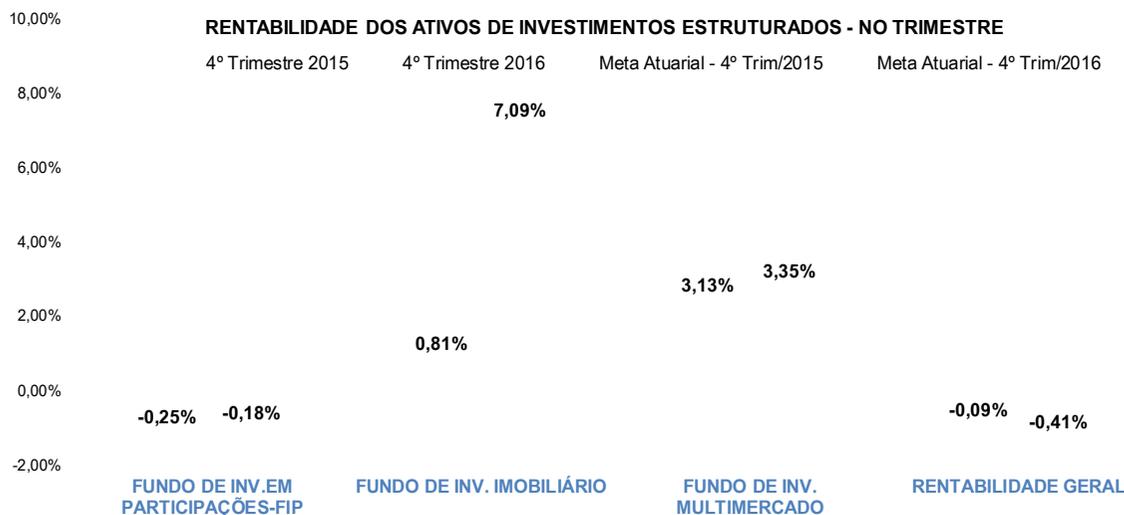
Nesse segmento estão alocados 10,56% do total dos Ativos de Investimentos:

TABELA 11. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS 2016

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL			out/16	nov/16	dez/16	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBRx- 50	S/META
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	62.597.321,82	100,00%	10,56%	-		-0,07%	-0,35%	0,01%	-0,41%	0,33%	0,33%	-13,66%	-12,97%
I	Fundos de Investimento em Participações	58.952.439,13	94,18%	9,94%	-		-0,06%	-0,06%	-0,06%	-0,18%	-0,73%	-0,73%	-14,72%	-14,03%
	ENERGIA PCH FIP - JURUENA (GESTOR: VINCI PARTNERS)	44.646.274,50	71,32%	7,53%	-		-0,04%	-0,04%	-0,04%	-0,12%	-0,47%	-0,47%	-14,46%	-13,77%
	ÁTICO GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP - (GESTOR: ÁTICO ASSET MANAGEMENT)	14.306.164,63	22,85%	2,41%	-		-0,12%	-0,12%	-0,14%	-0,38%	-1,56%	-1,56%	-15,55%	-14,85%
III	Fundos de Investimento Imobiliário	0,00	0,00%	0,00%	-		7,41%	-0,30%	0,00%	7,09%	14,45%	14,45%	0,46%	1,15%
	MEMORIAL OFFICE - COINVALORES DTVM (7)	0,00	0,00%	0,00%	-		7,41%	-0,30%	0,00%	7,09%	14,45%	14,45%	0,46%	1,15%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	3.644.882,69	5,82%	0,61%	-		1,07%	1,10%	1,14%	3,35%	13,73%	13,73%	-0,26%	0,43%
	SAGA SNAKE FIM	3.644.882,69	5,82%	0,61%	-		1,07%	1,10%	1,14%	3,35%	13,73%	13,73%	-0,26%	0,43%

(7) ALIENAÇÃO EM 04/11/2016

GRÁFICO 36. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS



Destaque-se que no período considerado o **Fundo de Investimento Imobiliário-FII Memorial Office** teve suas cotas negociadas no mercado secundário. Entre o preço de fechamento de 31/12/2015 (R\$ 100,00) e o fechamento em 07/11/2016, data de encerramento do processo de alienação de toda a posição existente em carteira, com preço médio de R\$ 98,25, a cota apresentou queda de 1,75%. Assim, a decisão tática e estratégica pela alienação do ativo demonstrou-se acertada.

FIP Energia PCH (Projeto Juruena):

GRÁFICO 37. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO

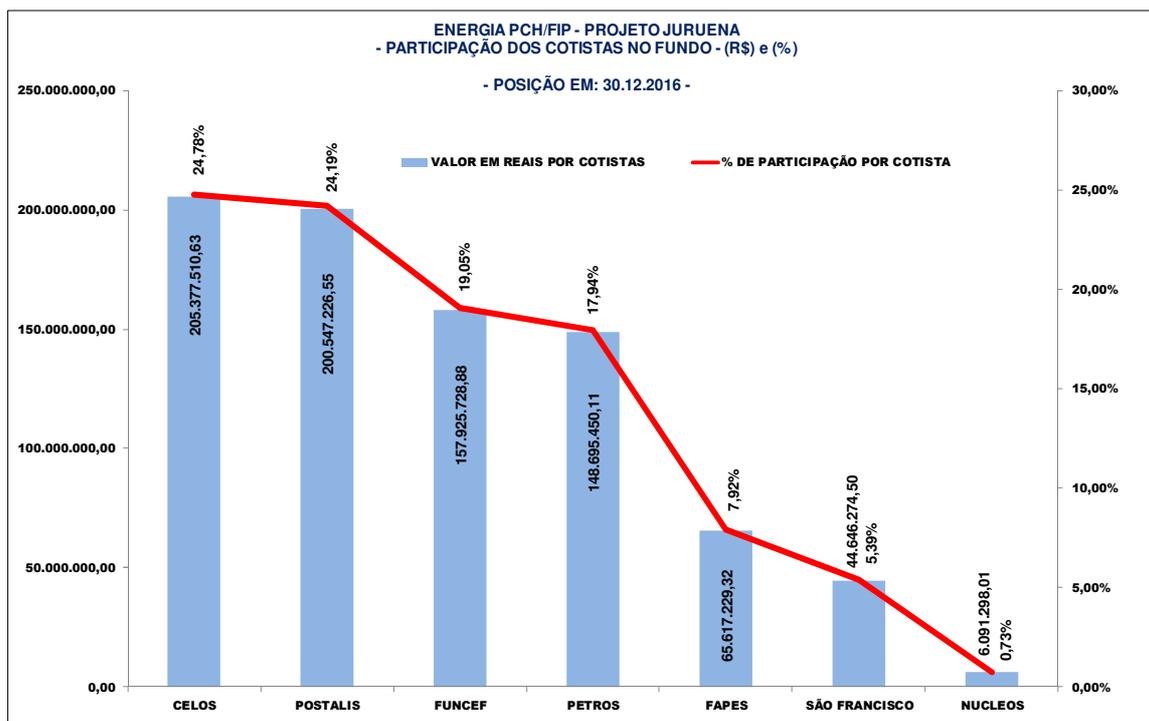


TABELA 12. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO

ENERGIA PCH - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - FIP / PROJETO JURUENA				
POSIÇÃO EM 30.12.2016				
ITENS	COTISTAS	QUANTIDADE DE COTAS	VALOR - R\$ -	%
1	CELOS	1.078,70	205.377.510,63	24,78%
2	POSTALIS	1.053,33	200.547.226,55	24,19%
3	FUNCEF	829,47	157.925.728,88	19,05%
4	PETROS	780,99	148.695.450,11	17,94%
5	FAPES	344,64	65.617.229,32	7,92%
6	SÃO FRANCISCO	234,49	44.646.274,50	5,39%
7	NUCLEOS	32,00	6.091.298,01	0,73%
TOTAL GERAL.....		4.353,62	828.900.717,99	100%
VALOR DA COTA EM 30.12.2016: R\$ 190.393,539105				

Encerrado o 4º trimestre de 2016, encontrava-se alocado no **Energia PCH - FIP/Juruena** o valor de R\$ 44.646.274,50 ou 7,54% do total dos ativos de investimentos do Plano. A renovação da outorga para as usinas, como constante das condições contratuais, encontra-se prevista para 2032. O retorno aos cotistas está estimado em IGP-M + 9,82% a.a. se houver a renovação da outorga, caso contrário, o retorno previsto é de IGP-M + 4% a.a. Essas estimativas encontram-se delineadas por ocasião da última avaliação, ainda na gestão da Infra Asset.

Na data de 20 de junho de 2016, foi consolidada a gestão do Fundo junto a “Vinci Partners”, conforme deliberado em AGE, encerrando o longo processo de transição *due diligence* entre os gestores, visando confirmar os dados disponibilizados.

Encerrado o exercício de 2016, os dados relevantes do projeto estão nas práticas empregadas pelo novo gestor, seja pela realização das ações imediatas, ou pelo processo de informações aos cotistas. É opinião da Diretoria de Finanças que a implementação dos processos de governança em implantação pela nova gestão, poderá representar, no médio prazo, importantes alterações com vista à melhoria da confiança dos investidores acerca dos resultados operacionais das empresas investidas, incluindo-se aí, propostas de investidores interessados em uma possível aquisição dos ativos do Fundo, remetendo-se a uma possível janela de saída do Fundo.

FIP - Geração de Energia - Ático:

- **Companhias Alvos:** as sociedades anônimas, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e valores mobiliários, que atuem, direta ou indiretamente, no **setor de geração de energia** e que possam ser objeto de Propostas de Investimento pelo **FUNDO**.
- **Estratégias Para os Projetos:** Atuação em vários Estados brasileiros nas áreas de: UTE Gás; Eólica, Hidro; Comercialização e Biomassa, incorporando a cada projeto alta gestão corporativa.
- **Rentabilidade Alvo:** IPCA + 10,50% ao ano. O prazo de existência programado para 7 (sete) anos, sendo: 4 (quatro) anos em investimento e 3 (três) anos para desinvestimento, não sofreu alteração. Contabilizado o tempo como demonstrado, o investimento deve ser finalizado em 2018. Os resultados positivos são produzidos apenas nas reavaliações, ou seja, ainda não há geração líquida de caixa para distribuição, nem mesmo era essa a expectativa do projeto.

Encerrado o 4º trimestre de 2016 encontrava-se alocado no **FIP - Geração Energia/ Ático** o valor de R\$ 14.306.164,63 ou 2,41% do total dos ativos de investimentos do Plano. O Fundo registrou no 4º trimestre, rentabilidade negativa de 0,38%, acumulando no ano variação negativa de 1,56%, isto é, 14,86% abaixo da meta atuarial.

Os gastos com a estrutura do fundo impactam na formação da cota do fundo, logo, são os geradores da rentabilidade negativa. Assim que houver nova avaliação das unidades investidas ou elas entrarem em operação, a rentabilidade se dará pelo resultado das empresas componentes do portfólio.

Fundo de Investimento Multimercado - Saga Snake:

Trata-se de um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motivos principais para sua utilização.

As aplicações no Fundo registraram rentabilidade positiva de 3,35% no 4º trimestre de 2016, acumulando no ano uma variação de 13,67%. Entretanto esse desempenho deve ser avaliado dentro de outra ótica. Cabe lembrar que em muitas oportunidades o valor investido no veículo foi de R\$ 0,0 (zero) por vários e muitos dias. Assim, para se identificar a performance do fundo mister é que se observe a variação de sua cota, e nesse quesito, no 4º trimestre de 2016 ela variou 3,35% contra 3,26% do CDI, no ano o desempenho é de 13,67% contra o CDI de 14,00%. Em 31.12.2016 encontrava-se alocado no ativo 0,61% do total dos ativos de investimentos.

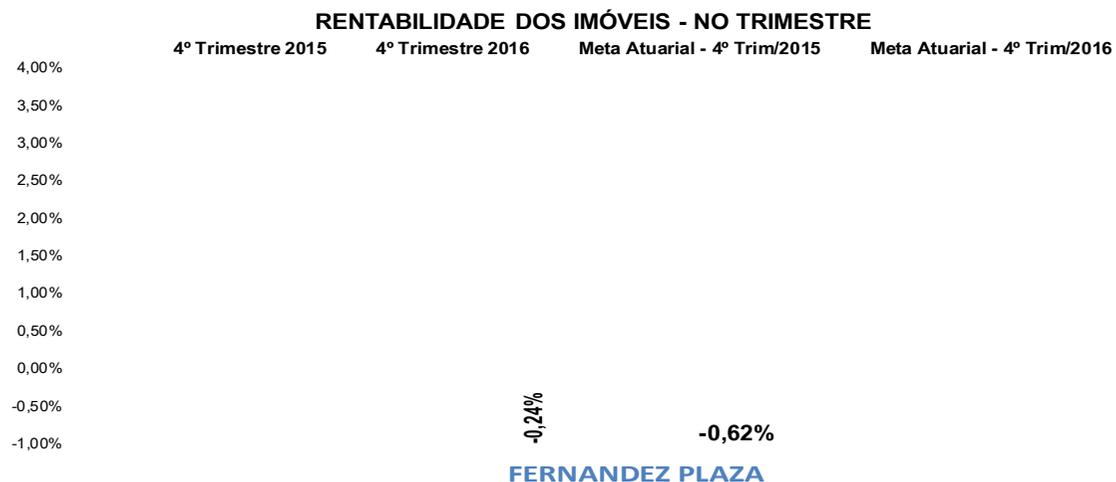
2.2.3.5 Imóveis

Nesse segmento estão alocados 1,23% do total dos Ativos de Investimentos. A administração da carteira imobiliária prende-se exclusivamente a posição já existente, constituída por 56 salas comerciais no Edifício Fernandez Plaza, em Salvador - BA, não havendo novas aplicações no segmento. A definição contida na Política de Investimento do Plano é a de promover a alienação do imóvel, desde que as condições de mercado assim permitam. O segmento registrou variação negativa de 0,62% no 4º trimestre, acumulando no ano variação negativa de 2,74%, contra meta atuarial de 13,30%, registrando no ano uma variação real negativa de 16,04%.

TABELA 13. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL			out/16	nov/16	dez/16	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 22	IMÓVEIS	7.268.300,02	100,00%	1,23%	-		-0,01%	-0,16%	-0,45%	-0,62%	-2,74%	-2,74%	-16,73%	-16,03%
II	Imóveis para Aluguel e Renda	7.268.300,02	100,00%	1,23%	-		-0,01%	-0,16%	-0,45%	-0,62%	-2,74%	-2,74%	-16,73%	-16,03%
	FERNANDEZ PLAZA	7.268.300,02	100,00%	1,23%	-		-0,01%	-0,16%	-0,45%	-0,62%	-2,74%	-2,74%	-16,73%	-16,03%

GRÁFICO 38. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE IMÓVEIS



O 4º trimestre de 2016 apresentou rentabilidade negativa de 0,62% contra rentabilidade negativa de 0,24% no 4º trimestre de 2015. O baixo desempenho do segmento no período deveu-se ao elevado índice de desocupação das salas, o que em última análise provoca mais despesas para o investimento, já que o plano arca com as taxas de condomínio e administração das unidades desocupadas.

GRÁFICO 39. ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS - IMÓVEIS

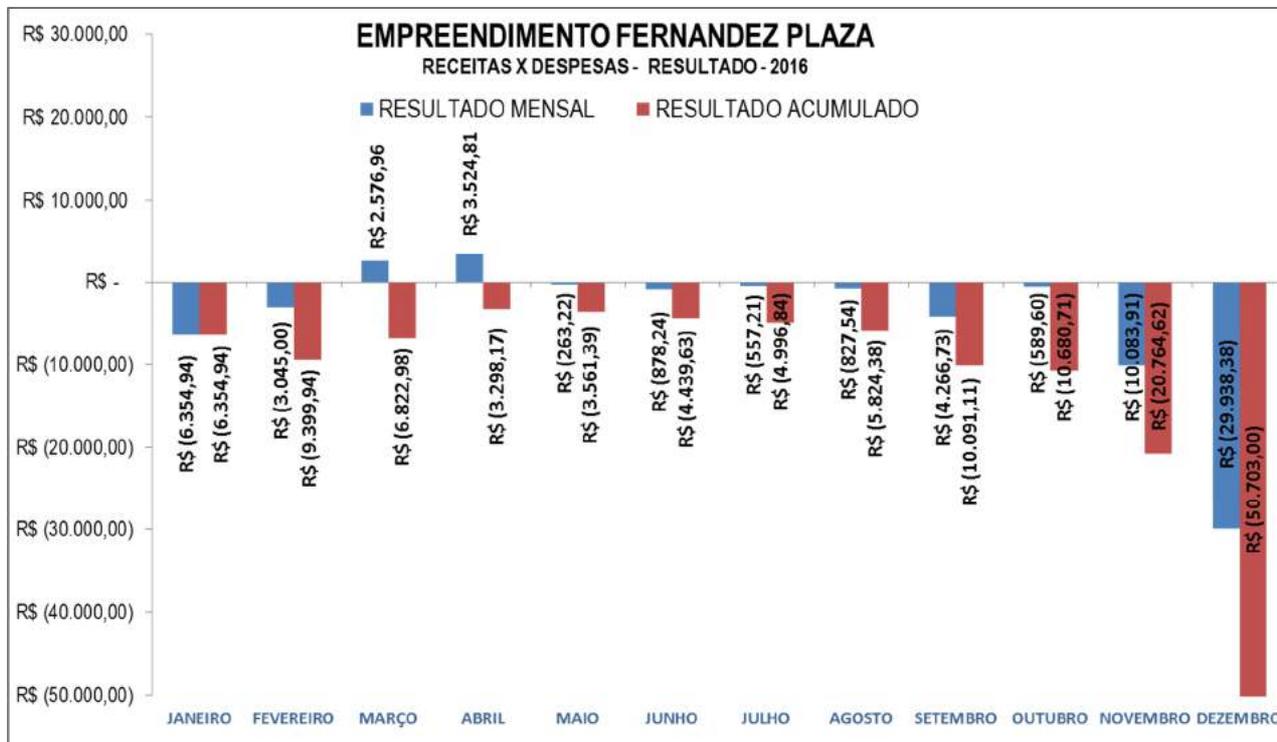


TABELA 14. TAXA DE OCUPAÇÃO E OCORRÊNCIAS

QUANTIDADE SALAS OCUPADAS	TAXA DE OCUPAÇÃO	ALUGUEL - R\$ -		IPTU -R\$ -		CONDOMÍNIO - R\$ -		TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
		RECEBIDO	EM ATRASO	RECEBIDO	EM ATRASO	RECEBIDO	EM ATRASO	
22	39,29%	54.206,83	2.535,00	16.598,60	985,05	37.251,06	2.173,08	0,00

QUANTIDADE SALAS DESOCUPADAS	TAXA DE DESOCUPAÇÃO	IPTU - R\$ -	CONDOMÍNIO - R\$ -
34	60,71%	19.364,61	68.171,15

Segundo a administradora (**José Alberto Imóveis Ltda.**), ainda alimentada pelo processo recessivo na economia do país, a retração da demanda continua acentuada para a região, a concorrência de novos empreendimentos, com espaços físicos modernos, novos e atrativos para os ocupantes, agrava a falta de interessados. Importante identificar que o administrador continua em busca de novos interessados nos espaços disponíveis (34 salas), atendendo as condições previstas no Contrato de Intermediação de Locação e Administração de Imóveis firmados com a Fundação São Francisco.

Quanto à situação relativa ao firmamento do competente registro para que se possa iniciar as vendas das unidades, conforme já ficou definido e consignado na Política de Investimento, encerrado o 4º trimestre de 2016, ainda não ocorreu.

2.2.3.6 Operações com Participantes - Empréstimos

Nesse segmento estão alocados 1,32% do total dos Ativos de Investimentos.

TABELA 15. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL			out/16	nov/16	dez/16	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 23	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	7.822.930,99	100,00%	1,32%	-		1,43%	1,24%	1,34%	4,06%	24,74%	24,74%	10,75%	11,44%
I	Empréstimos	7.822.930,99	100,00%	1,32%	-		1,43%	1,24%	1,34%	4,06%	24,74%	24,74%	10,75%	11,44%

TABELA 16. CONCESSÕES

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS					
PERÍODO: OUTUBRO A DEZEMBRO 2016 - R\$ -					
MÊS	SIMPLES		EMERGÊNCIA		TOTAL
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	
OUTUBRO	5	80.955,00	1	6.200,00	87.155,00
NOVEMBRO	10	325.575,00	2	9.530,00	335.105,00
DEZEMBRO	3	44.080,00	0	0,00	44.080,00
TOTAL	18	450.610,00	3	15.730,00	466.340,00

O valor de concessão no **4º trimestre de 2016** alçou o valor de R\$ 466.340,00 contra R\$ 496.517,00 do 3º trimestre de 2016, diminuindo de 6,08% na demanda. Esse comportamento identifica que os tomadores de empréstimos, nesse último trimestre, tiveram os valores contratados maiores que no trimestre anterior, ratificando a importância do segmento para seus participantes. Vale ressaltar, que as concessões estão praticamente sendo realizadas para os aposentados, ante a impossibilidade de se consignar as prestações de empréstimos pós-fixados junto à folha de pagamentos dos participantes ativos rodada pelo SERPRO.

TABELA 17. SALDOS QUANTITATIVOS DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS - 4º TRIM./2015:

SALDOS QUANTITATIVOS DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS - 4º TRIMESTRE 2016										
CONTRATOS FIRMADOS		QTD. MUTUÁRIOS		QTD. MUTUÁRIOS C/+3 PREST. VENCIDAS		QTD. NEGOCIAÇÕES ADM		MONTANTE INADIMPLIDO		
Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Var. %
Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	
353	348	325	300	27	27	28	28	R\$ 2.425.544,87	R\$ 2.595.482,58	7,01%

TABELA 18. COMPOSIÇÃO DO SALDO LÍQUIDO DOS EMPRÉSTIMOS - 4º TRIM./2015:

COMPOSIÇÃO DO SALDO LÍQUIDO - 4º TRIMESTRE 2016			
DESCRIÇÃO	POSIÇÃO NO FECHAMENTO DO TRIMESTRE		
	Anterior	Atual	%
SALDO ANTERIOR	8.028.935,34	7.693.739,55	-4,17%
LIQ. ACRES. DO TRIM.	-335.195,79	-114.497,57	-
VAL. CARTEIRA	7.693.739,55	7.579.241,98	-1,49%
PROV. PERDA	-2.982.371,48	-3.043.312,38	2,04%
VAL.LIQ. CART	4.711.368,07	4.535.929,60	-3,72%

Encerrado o 4º trimestre de 2016, mantém-se a observação quanto à definição de que a “Provisão para Perda” está relacionada à exigência determinada pela **Resolução Nº 8 do CNPC de 2011**, mas, é mais que pouco provável a sua efetiva ocorrência, haja vista que o recebimento só ocorrerá em algum momento mais a frente; ou por saída do participante com o pedido de resgate de sua reserva ou pela sua entrada em benefício. No primeiro caso há cláusula contratual em que o participante consignou a sua reserva como garantia do mútuo; no segundo, devido ao conseqüente lançamento em Folha de Benefício dos valores mensais das prestações, devidamente atualizadas. A base de cálculo do montante a provisionar consiste dos valores vencidos e a vencer, e sobre eles incide percentual definido de acordo com o tempo de inadimplência, entre a primeira ocorrência e o momento atual de seu cálculo.

GRÁFICO 40. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO

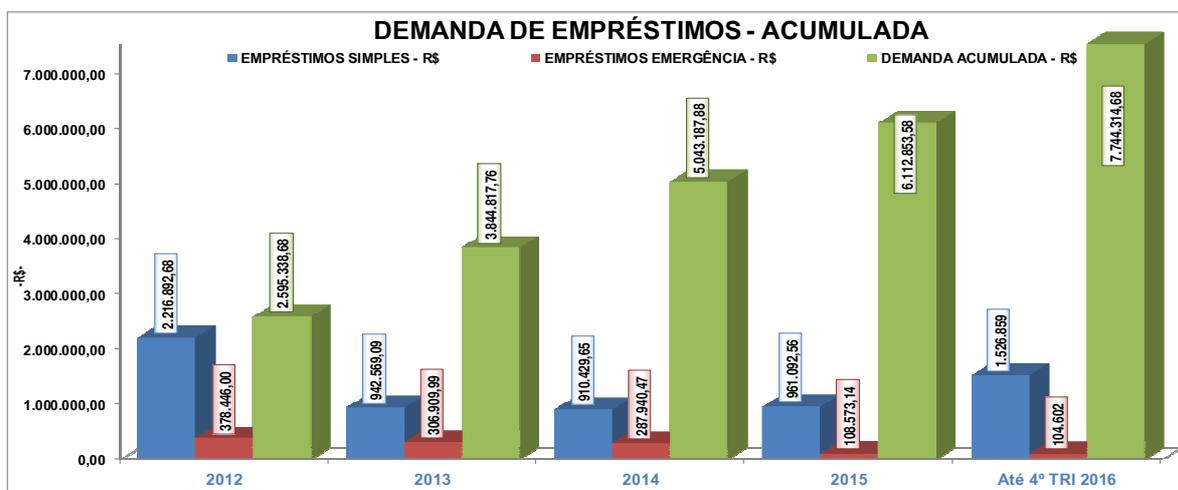


TABELA 19. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO

MÊS/ANO	EMPRÉSTIMO SIMPLES - R\$ -		EMPRÉSTIMO EMERGÊNCIA - R\$ -		TOTAL GERAL - R\$ -		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE TOTAL CONCEDIDA	VALOR TOTAL CONCEDIDO	VALOR TOTAL ACUMULADO
2012	103	2.216.892,68	28	378.446,00	131	2.595.338,68	2.595.338,68
2013	73	942.569,09	26	306.909,99	99	1.249.479,08	3.844.817,76
2014	96	910.429,65	24	287.940,47	120	1.198.370,12	5.043.187,88
2015	81	961.092,56	15	108.573,14	96	1.069.665,70	6.112.853,58
Até 4º TRI 2016	87	1.526.859	14	104.602	101	1.631.461,10	7.744.314,68

GRÁFICO 41. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE

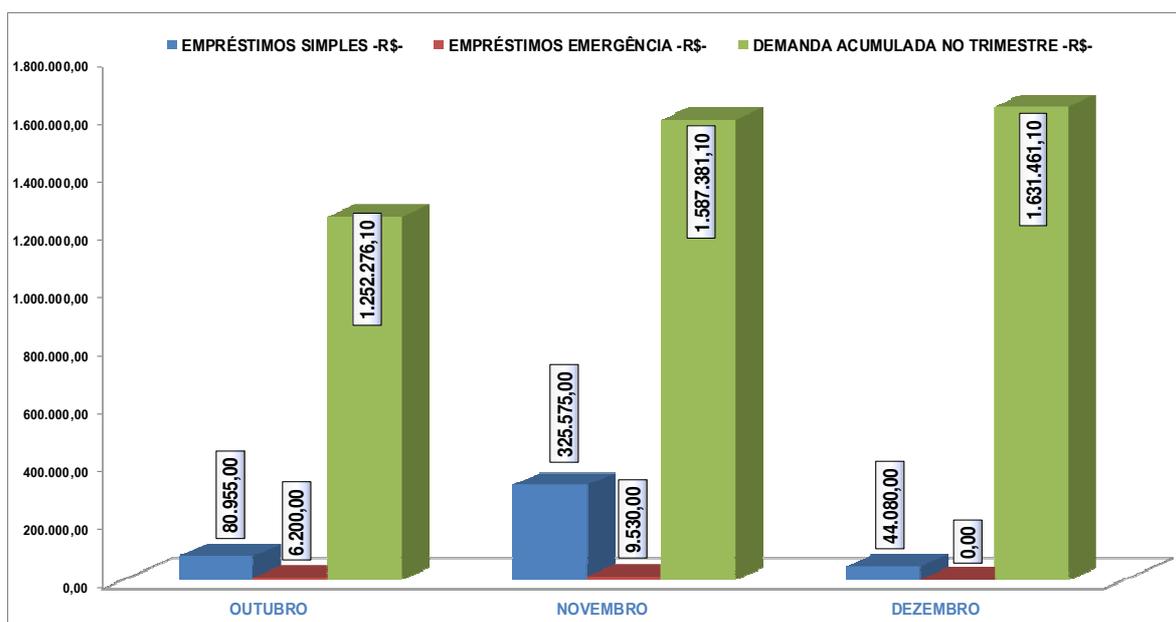
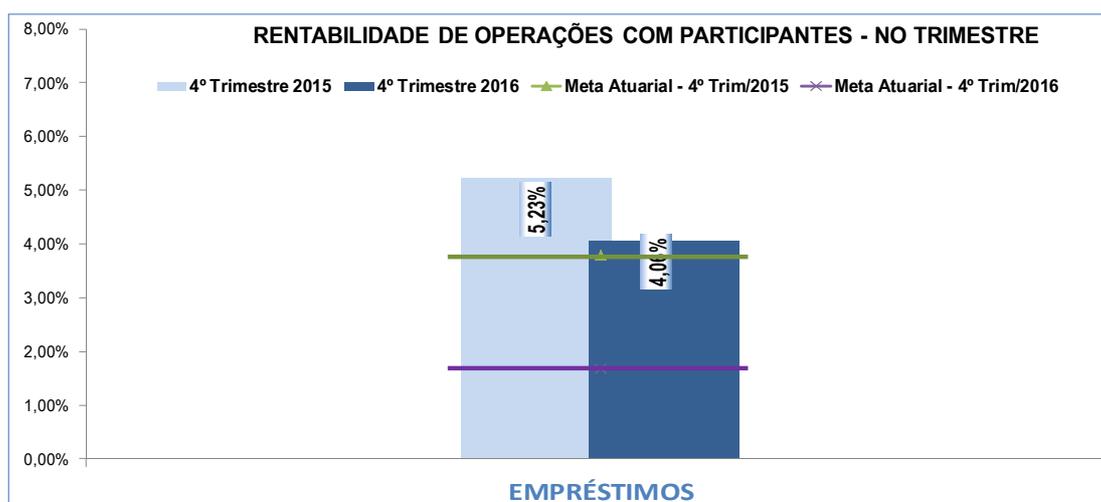


GRÁFICO 42. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES



O 4º trimestre apresentou rentabilidade positiva de 4,06% contra meta atuarial de 1,67%. Esse resultado representa 2,39% acima da meta e no ano rentabilidade positiva de 24,74%, acima da meta em 11,44%.

2.2.4 Controle de Avaliação de Riscos

Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de maio de 2010.

Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

- I- DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou
- II- DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

Definição sintética do cálculo envolvido na apuração da DNP - diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos deduzidas da taxa de referência ou atuarial, definida para cada Plano por segmento ou não.

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

2.2.4.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada - DNP** é definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano.

Foi verificado que no encerramento do 4º trimestre de 2016 a **Divergência Não Planejada - DNP** apresentou indicadores negativos para:

- Regras I: **Segmento de Imóveis e Investimentos Estruturados** - DNP Negativa, doze meses consecutivos;
- Regra II: **Segmentos de Investimentos Estruturados e Renda Variável** - DNP Negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses;

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

Antes das devidas explicações, cumpre esclarecer: - o processo de cálculos da DNP é realizado pelo Banco Custodiante (Itaú-Unibanco S/A), em atendimento a cláusula do contrato de prestação de serviços assinado com a Fundação São Francisco, porém, a Entidade efetua averiguação quanto a sua consistência, como continuidade do seu controle interno.

TABELA 20. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

PLANO I - BD												REFERÊNCIA: DEZEMBRO DE 2016			
Divergência Não Planejada Nos Últimos 12 Meses												Acumulado nos 12 Meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses	
SEGMENTO	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16				dez/16
Renda Fixa	0,19%	-0,17%	0,09%	0,25%	-0,06%	-0,30%	0,20%	0,12%	0,23%	-0,02%	-0,29%	0,63%	0,87%	0,26%	0,91%
Renda Variável	-3,25%	1,27%	7,45%	4,93%	-6,47%	1,54%	7,61%	-1,10%	-0,64%	8,54%	-8,04%	-3,08%	8,76%	5,53%	-28,70%
Estruturado	-1,51%	-1,17%	-1,46%	-0,97%	-1,06%	-1,67%	-0,81%	-1,19%	-0,67%	-0,60%	-0,97%	-0,51%	-12,59%	0,37%	-32,42%
Imóveis	-1,60%	-3,67%	-1,54%	-0,82%	-1,10%	-1,45%	-0,93%	-1,10%	-0,82%	-0,54%	-0,78%	-0,97%	-15,32%	0,82%	8,22%
Empréstimos	0,92%	0,10%	1,21%	1,09%	0,63%	0,36%	1,22%	0,55%	1,34%	0,90%	0,62%	0,82%	9,76%	0,38%	31,34%
PLANO.....	-0,53%	-0,14%	0,95%	0,83%	-1,19%	-0,19%	1,22%	-0,25%	-0,01%	1,30%	-1,69%	-0,10%	0,20%	0,93%	-9,55%

META ATUARIAL :..... INPC + 5,50% a.a.

Regra I :..... Os Segmentos de Imóveis e Estruturados apresentaram DNP negativa consecutivamente nos últimos 12 meses;

Regra II :..... DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses, Segmentos de Renda Variável e Estruturados.

2.2.4.2 Justificativa Segmento de Imóveis

A Fundação São Francisco no processo de alocação de recursos no Segmento Imobiliário, à época presumia como constava dos estudos dos projetos apresentados, elevada consistência na rentabilidade, segurança, solvabilidade e liquidez futura, frente às condições do cenário macroeconômico vividas pelo país e, via com expectativa, o crescimento na demanda das plantas de Escritórios e Projeções Comerciais (Shoppings, etc.).

As expectativas e premissas de viabilidade econômico-financeira dos projetos adquiridos não se confirmaram ao longo do tempo, resultando, assim, em elevado custo financeiro de carregamento das posições imobiliárias para o Plano I/BD.

A Carteira de Aluguéis e Renda acumulou no período dos **últimos doze meses**, encerrada em dezembro de 2016 - DNP Negativa, conforme quadro acima, devido ao aumento acentuado das ofertas físicas de novos empreendimentos e a queda observada na demanda por locação de imóveis na cidade de Salvador-BA, onde se localizam os únicos imóveis que lastreiam a carteira imobiliária para renda.

- **Estratégia:**

No período de vigência da Política de Investimento 2016/2020, além de não destinar recursos para o Segmento de Imóveis, manterá política visando diminuir a vacância das salas, busca de soluções e alternativas para alienação das unidades que, ainda, dependem fundamentalmente da melhoria do desempenho econômico, e liberação da sua escritura.

2.2.4.3 Justificativa Segmento de Renda Variável

No período dos últimos **trinta e seis meses**, o mercado acionário apresentou desempenho abaixo da meta, motivado diretamente pelos aspectos conjunturais políticos e econômicos internos. Porém, apresentou elevado processo de recuperação no decorrer do exercício de 2016, medido pelo IBrX-50, indicador do desempenho médio das cotações dos 50 (cinquenta) ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro e principal benchmark dos Fundos de Ações que compõem o Segmento de Renda Variável do Plano. No encerramento do exercício de 2016, a Bolsa de Valores medida pelo IBrX-50, acumulou alta de 36,82%, contra uma queda de 13,09% registrada em 2015.

No âmbito externo, o exercício de 2016 os mercados bursáteis ampliaram o nervosismo frente a vários fatores: (i) O plebiscito no Reino Unido sobre o “Brexit” (Abreviatura para “Saída Britânica”), o que termiou por se confirmar a retirada do Reino Unido da União Européia; (ii) As preocupações com o processo eleitoral contaminando a economia dos Estados Unidos, aliada a forte posição do candidato republicano Donald Trump e (iii) O crescimento do PIB Chinês, que emanam fortes sinais de problemas à frente.

Além das argumentações acima que influenciaram fortemente o comportamento do mercado acionário brasileiro, cabe ainda citar que as gestões dos fundos existentes desde abril de 2014 apresentam forte correlação ao mercado acionário, perseguindo o IBrX-50. Os impactos sofridos por eles ao longo dos últimos 36 meses serão revertidos uma vez que as gestoras estão focadas em produzir posições defensivas para os momentos de stress do mercado acionário. A volatilidade dos retornos apresentados neste relatório na avaliação do Segmento de Renda Variável demonstra inequivocamente que os fundos atuam como afirmado, denotando com isso a diminuição dos riscos de mercado. O Segmento de Renda Variável acumulou em 2016 alta de 21,49% - contra uma queda de 7,24% em 2015, ou seja, o segmento registrou alta acima da meta em 8,19% - motivado pelas expectativas de reversão no processo de retomada de crescimento da economia; queda da inflação e redução gradativa da Taxa Básica de Juros da Economia- Selic.

- **Estratégia:**

Considerada adequada para os objetivos do Plano no longo prazo, a Fundação perseguirá a concentração definida por estudo de ALM. Os desempenhos gerados pelos aspectos conjunturais estão impactando o resultado global da estratégia, no entanto, não há ação imediata a ser tomada. As gestões do Segmento por meio de **Fundos Exclusivos - FIA's** estão devidamente ajustadas à Política de Investimento estabelecida nos seus Regulamentos, e mais, os retornos gerados, analisado na relação Risco x Retorno, estão com indicadores até melhores que àqueles obtidos pela indústria, conforme demonstrado no item próprio deste relatório.

2.2.4.4 *Justificativa Segmento de Investimentos Estruturados*

Energia PCH-FIP:

Detentor de 71,32% dos valores investidos no Segmento constitui-se assim, como o maior responsável pela geração de retorno para do Segmento e tem como ativos as cotas das usinas hidrelétricas de Juruena. A Diretoria de Finanças participa ativamente na busca de alternativas para possibilitar o desinvestimento, prejudicada pela conjuntura do setor e da economia como um todo.

O Comitê Estratégico de Investimentos - CEI encontra-se atento às ações do gestor e do setor. Em 2016, nesta linha de ação, destaca-se a contratação da **Vinci Partners** como novo gestor aprovada em 2015 e confirmado todo o processo de mudança em 20.06.2016, em substituição a **Infra Asset - Asset management** com objetivo de tornar e viabilizar a gestão mais eficiente do fundo e das empresas investidas.

Ático - Geração de Energia:

Representando 22,85% do Segmento, suas cotas refletem as reavaliações das ações da **Bolt Energia S/A**, principal ativo do Fundo. Seu desempenho acumula no 4º trimestre de 2016 variação negativa de 0,38%, acumulando no ano rentabilidade negativa de 1,56% contra a meta de 13,30%, variação negativa de 14,86%. Vale ressaltar que ainda não terminou o período previsto para a realização de todo o investimento e, seu desinvestimento, permanece previsto para ocorrer em 2018, segundo o gestor (Ático-Asset Management) sem alteração de cronograma. A percepção é de que se a economia entrar em rota desenvolvimentista, o objetivo será cumprido e o resultado poderá ser bastante auspicioso. Caso contrário, sem uma definição

clara quanto ao comportamento das contas públicas, ou os ajustes do setor, continuará presente certa aversão, como houve nos últimos anos, ao ingresso de recursos externos. Sem condições que sinalizem alterações nas perspectivas pode ocorrer a necessidade de dilação do prazo para o desfazimento dos ativos, logo, nesse cenário é possível haver adiamento no resgate das cotas dentro do horizonte atribuído ao desinvestimento.

- **Estratégia:**

Energia PCH-FIP:

Por se tratar de investimentos com visão de longo prazo e os projetos já finalizados, produzindo e vendendo energia, a Política de Investimento de 2016/2020 previu a sua permanência no portfólio, uma vez que não se esperava no contexto econômico dos próximos anos, ao menos até final de 2018, alteração que permita a venda dos ativos do fundo, com apropriação da mais valia na ordem conveniente. Outro sim, a mudança do gestor para a **Vinci Partners**, com retomada de várias ações imediatas já observadas, pode ensejar algum interesse maior por parte de investidores externos. Seja como for, não se pode objetivamente prever a realização do desinvestimento no ativo no momento atual.

FIP - Ático Geração de Energia:

O projeto encontra-se em período de investimento. Assim como o fundo anterior, não há mercado para a realização da venda do ativo. Outro motivo importante que deve ser declinado consiste no fato de que o fundo ainda se encontra no período de investimento, padecendo, dessa forma, do comportamento do que o mercado definiu como “Curva J (jota)”. Diante dos dados do fundo há que se esperar as alterações de mercado para a realização da venda em momento mais propício.

2.2.5 Operações Cursadas no Exercício de 2016:

Este tópico explora os procedimentos operacionais na gestão da carteira própria, apresentando como se deram as operações realizadas, envolvendo compra e venda de NTN's. No decorrer do exercício de 2016, as operações de “Arbitragem” entre vencimentos agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2016/2020.

As operações realizadas consistiram mais fortemente em concentrar as aplicações em papéis de vencimento mais curto e médio prazo, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo não apresentarem prêmios em relação às primeiras.

Cumprindo a legislação vigente, Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo a Tabela contendo as Operações Cursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B e NTN/F no decorrer do ano de 2016 as quais, se antecipa, respeitaram efetivamente o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - “**Mercado Secundário de Títulos Públicos**”:

TABELA 21. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS

OPERAÇÕES CURSADAS - TÍTULOS PÚBLICOS - EXERCÍCIO DE 2016						
PLANO I - BD						
VENDAS						
<i>Data</i>	<i>Título</i>	<i>Tx. Mínima</i>	<i>Tx. Indicativa</i>	<i>Tx. Máxima</i>	<i>Tx. Operação</i>	<i>Volume - R\$ -</i>
11/01/2016	NTN-B 2019	6,4312	6,8250	7,1497	6,9000	11.042.160,75
29/03/2016	NTN-B 2023	6,0078	6,3398	6,7048	6,4400	9.958.463,31
02/08/2016	NTN-B 2045	5,4352	5,8525	6,1266	5,9100	14.970.018,33
05/09/2016	NTN-B 2050	5,3947	6,1551	6,0826	5,8700	2.850.239,56
	NTN-B 2030	5,3642	5,7627	6,0588	5,8300	5.820.085,52
28/09/2016	NTN-B 2050	5,3965	5,7900	6,0849	5,8700	6.822.129,99
27/10/2016	NTN-B 2045	5,3300	5,7700	6,0200	5,8300	5.958.063,37
TOTAL.....						57.421.160,83
COMPRAS						
<i>Data</i>	<i>Título</i>	<i>Tx. Mínima</i>	<i>Tx. Indicativa</i>	<i>Tx. Máxima</i>	<i>Tx. Operação</i>	<i>Volume - R\$ -</i>
11/01/2016	NTN-B 2055	6,9836	7,2907	7,6643	7,1900	11.038.100,98
15/02/2016	NTN-B 2035	6,9402	7,2465	7,6121	7,1300	3.458.685,89
29/03/2016	NTN-B 2016	7,2446	7,7408	8,2502	7,6000	9.957.926,39
01/04/2016	NTN-B 2017	7,6826	8,0487	8,7112	8,0200	7.297.768,08
20/04/2016	NTN-B 2021	5,8171	6,2600	6,5481	6,1600	9.516.217,01
10/05/2016	NTN-B 2045	5,7578	6,0648	6,4447	6,0000	11.618.178,89
16/05/2016	NTN-B 2017	5,7180	6,1222	6,3724	6,0300	3.117.885,17
18/05/2016	NTN-B 2017	5,7215	6,0960	6,3746	6,0300	1.797.994,92
15/06/2016	NTN-B 2050	5,7202	6,1234	6,4030	6,0300	2.797.876,54
02/08/2016	NTN-B 2055	5,3518	5,7743	6,0440	5,7000	14.970.622,57
12/08/2016	NTN-B 2026	5,4129	5,7841	6,1121	5,6600	21.003.273,46
05/09/2016	NTN-B 2019	5,7192	6,1751	6,4888	6,1400	8.670.174,44
28/09/2016	NTN-B 2055	5,3824	5,7500	6,0708	5,6800	6.820.644,67
05/10/2016	NTN-B 2022	5,5936	5,9000	6,3114	5,8800	1.079.819,00
27/10/2016	NTN-B 2055	5,2600	5,7000	5,9500	5,6200	5.956.041,28
03/11/2016	NTN-B 2024	5,5800	5,9335	6,2801	5,8600	10.078.382,44
03/11/2016	NTN-B 2026	5,5400	5,9251	6,2476	5,8400	11.962.621,19
17/11/2016	NTN-B 2050	5,6890	6,0942	6,3811	6,0000	5.793.818,34
02/12/2016	NTN-F 2027	11,6400	12,3400	12,8900	12,0500	7.850.100,88
12/12/2016	NTN-F 2027	10,3800	11,0600	11,6300	10,8500	2.220.473,12
TOTAL.....						157.006.605,34

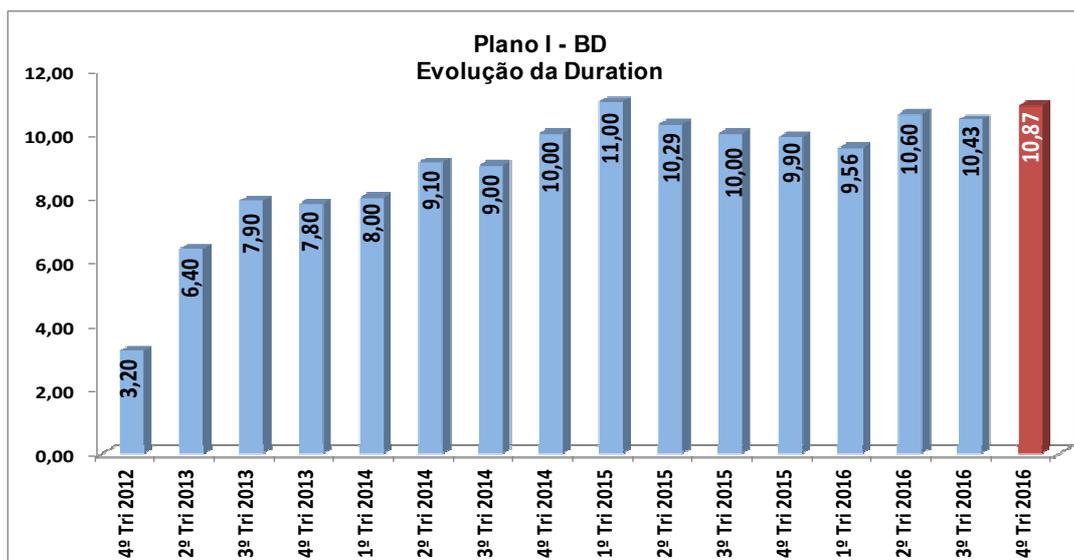
Todas as taxas negociadas na compra das NTN/B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela ANBIMA - **“Mercado Secundário de Títulos Públicos”**, o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC Nº 21 de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Os documentos de análise e precificação encontram-se devidamente arquivados na Gerência de Finanças podendo ser requisitados pelos órgãos de controle para apreciação quanto à veracidade das afirmações contidas neste relatório. Os quadros apresentados refletem a síntese da documentação, espelhando com fidedignidade dos fatos ocorridos.

2.2.6 Duration do Plano

Vale lembrar, que o acompanhamento do indicador é apresentado pelo total dos ativos contidos no Segmento de Renda fixa, entretanto, quando da elaboração dos elementos obrigatórios definidos pela PREVIC, esta leva em consideração somente a carteira de NTN's precificadas na curva.

GRÁFICO 43. EVOLUÇÃO DA DURATION



No encerramento do 4º trimestre de 2016 o índice alcançou 10,87 anos contra 9,90 anos, do mesmo período de 2015. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos e longos (2023 a 2055), entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender as exigências do fluxo de caixa do passivo.

Duas observações importantes na estrutura do *duration*:

- I. O aumento observado no encerramento do exercício foi promovido devido à aplicação em vencimentos de maior prazo, visando aproveitar as elevações de taxas de longo prazo e fechamento das de curto. A estratégia de se utilizar de arbitragem entre vencimentos produziu ganhos adicionais de rentabilidade. Essa estratégia é aplicada somente aos ativos necessários a manutenção da liquidez do Plano e, não produz descompasso entre a alocação de ativos e passivos;
- II. A carteira mantida a resgate, devido a normas editadas pela PREVIC, como a recente Portaria 30 de 21/01/2016, está apresentando *duration* maior que a do passivo, fato natural, entretanto, a lógica da legislação obriga que essa carteira tenha o indicador menor que o do passivo, quando se pode aproveitado à diferença de precificação na redução do custeio do Plano. Ante essa distorção trazida pela legislação, a Diretoria de Finanças está acompanhando a carteira e, na medida do possível fazendo os ajustes necessários ao melhor aproveitamento da legislação, visando reduzir os possíveis aumentos de contribuição, o que resultaria em impacto sobre os participantes.

2.2.7 Acompanhamento Orçamentário:

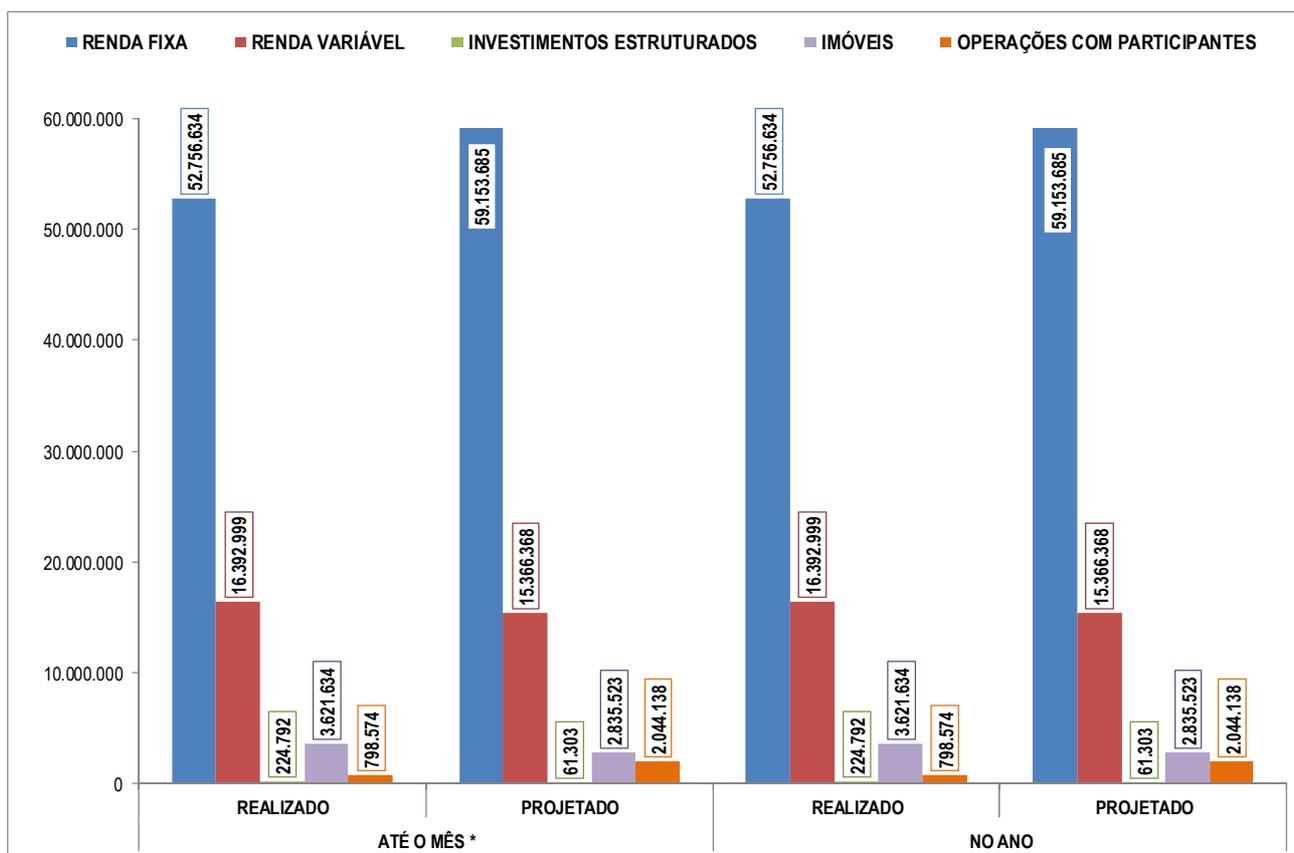
TABELA 22. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	4.821.546,73	6.909.977,79	69,78%	52.756.633,75	59.153.685,48	89,19%	52.756.633,75	59.153.685,48	89,19%
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	4.544.184,87	4.366.414,97	104,07%	42.688.809,83	45.015.484,94	94,83%	42.688.809,83	45.015.484,94	94,83%
EMISSÃO OU COBRIGAÇÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	96.770,82	93.334,46	103,68%	6.221.477,77	6.014.099,08	103,45%	6.221.477,77	6.014.099,08	103,45%
DPGE	67.554,43	11.869,14	569,16%	3.621.633,80	2.835.523,33	127,72%	3.621.633,80	2.835.523,33	127,72%
LF	29.216,39	81.465,32	35,86%	2.599.843,97	3.178.575,75	81,79%	2.599.843,97	3.178.575,75	81,79%
EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	141.954,58	228.307,39	62,18%	2.297.834,05	2.737.906,41	83,93%	2.297.834,05	2.737.906,41	83,93%
DEBENTURES	141.954,58	228.307,39	62,18%	2.297.834,05	2.737.906,41	83,93%	2.297.834,05	2.737.906,41	83,93%
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DE EMISSÃO DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	92.932,87	145.501,02	63,87%	1.853.309,01	1.748.092,06	106,02%	1.853.309,01	1.748.092,06	106,02%
CRI	92.932,87	145.501,02	63,87%	1.853.309,01	1.748.092,06	106,02%	1.853.309,01	1.748.092,06	106,02%
CÉDULA DE PRODUTOS RURAIS	4.216,10	3.826,10	110,19%	115.227,81	109.780,34	104,96%	115.227,81	109.780,34	104,96%
CPR	4.216,10	3.826,10	110,19%	115.227,81	109.780,34	104,96%	115.227,81	109.780,34	104,96%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	-58.512,51	2.072.593,85	É DESPESA	-420.024,72	3.528.322,65	É DESPESA	-420.024,72	3.528.322,65	É DESPESA
FIDC - EM COTA	-58.512,51	2.072.593,85	É DESPESA	-420.024,72	3.528.322,65	É DESPESA	-420.024,72	3.528.322,65	É DESPESA
RENDA VARIÁVEL	-2.428.565,00	8.641.247,02	É DESPESA	16.392.998,77	15.366.367,60	106,68%	16.392.998,77	15.366.367,60	106,68%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	-2.428.565,00	8.641.247,02	É DESPESA	16.392.998,77	15.366.367,60	106,68%	16.392.998,77	15.366.367,60	106,68%
FUNDOS DE AÇÕES	-2.428.565,00	8.641.247,02	É DESPESA	16.392.998,77	15.366.367,60	106,68%	16.392.998,77	15.366.367,60	106,68%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	8.483,76	3.076,74	275,74%	224.792,25	61.303,23	366,69%	224.792,25	61.303,23	366,69%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	-37.829,24	0,00	É DESPESA	-435.147,21	0,00	É DESPESA	-435.147,21	0,00	É DESPESA
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	0,00	NA	153.139,22	0,00	NA	153.139,22	0,00	NA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	46.313,00	3.076,74	1505,26%	506.800,24	61.303,23	826,71%	506.800,24	61.303,23	826,71%
IMÓVEIS	-30.744,35	-13.384,61	É DESPESA	-238.744,41	-150.739,77	É DESPESA	-238.744,41	-150.739,77	É DESPESA
IMÓVEIS PARA ALUGUEL E RENDA	-30.744,35	-13.384,61	É DESPESA	-238.744,41	-150.739,77	É DESPESA	-238.744,41	-150.739,77	É DESPESA
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	421.895,45	194.977,67	216,38%	798.574,21	2.044.138,42	39,07%	798.574,21	2.044.138,42	39,07%
EMPRÉSTIMOS	421.895,45	194.977,67	216,38%	798.574,21	2.044.138,42	39,07%	798.574,21	2.044.138,42	39,07%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-233.213,52	-251.947,02	92,56%	-2.777.732,85	-2.869.138,95	96,81%	-2.777.732,85	-2.869.138,95	96,81%
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	-441,30	0,00	É DESPESA	124.904,61	0,00	NA	124.904,61	0,00	NA
OUTROS RECEBIMENTOS	53.185,68	0,00	NA	53.185,68	0,00	NA	53.185,68	0,00	NA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	2.612.147,45	15.483.947,59	16,87%	67.334.612,01	73.605.616,01	91,48%	67.334.612,01	73.605.616,01	91,48%

(i) **NO MÊS:** é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

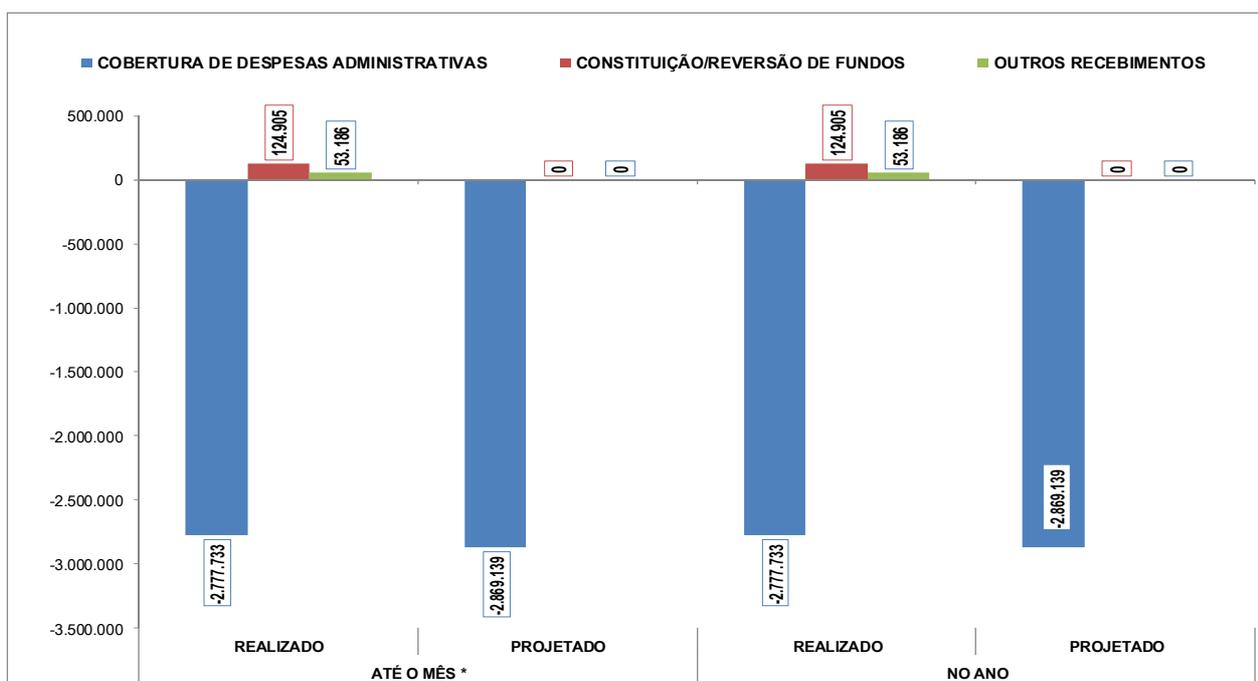
(ii) **ATÉ O MÊS:** é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

GRÁFICO 44. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS - REALIZADO X PROJETADO



(*) Último mês do Trimestre

GRÁFICO 45. CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO INVESTIMENTO E FORMAÇÃO DE FUNDO - REALIZADO X PROJETADO



(*) Último mês do Trimestre

Comentários:

O Fluxo dos “Investimentos Realizados” no encerramento do **4º Trimestre de 2016** totalizou R\$ 67.334.612,01 contra o “Valor Orçado” de R\$ 73.605.616,01 representando 91,48% do previsto.

Esse reflexo advém do rendimento do Segmento de Renda Fixa no qual se esperava R\$ 59,1 milhões de receitas, entretanto motivado por fatores episódicos na economia, elevaram a volatilidade nas taxas de juros dos títulos públicos federais - NTN/B, precificados pelo valor de “mercado”, motivada pelos riscos externos, especificamente a vitória do partido Democrata nas eleições americanas, aumentando sistematicamente o efeito “Donald Trump”: **(i) No Segmento de Renda Fixa** esperava-se uma receita de R\$ 59,1 milhões sendo realizado R\$ 52,7 milhões, motivados pela abertura das taxas de juros, perfazendo diferença negativa de R\$ 6,3 milhões, **(ii) No Segmento de Renda Variável** no qual se esperava R\$ 15,4 milhões de receitas até o mês, porém, dado a recuperação do mercado de ações ocorrido no decorrer do exercício foi realizado R\$ 16,4 milhões, o que reporta diferença de R\$ 1,0 milhão. Observou também que, com exceção do **Segmento de Imóveis**, nos demais segmentos, as realizações superam as previsões.

Com relação aos custeios não se verificou nenhuma divergência acentuada, realizando-se 96,81% do orçado, com bastante equilíbrio entre as contas, resultado da forma de rateio dos gastos da entidade com a gestão dos investimentos. Já com relação à formação de fundo, é preciso que se diga antes, que o fundo é destinado a cobertura quando dos falecimentos de participantes mutuários, dos valores por ele devido à carteira de empréstimo.

2.2.8 Rentabilidade Bruta X Rentabilidade Líquida do Plano - Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013:

Em atendimento a **Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013**, que “dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos e dá outras providências”, apresentamos a seguir a **Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida** do Plano I/BD administrado pela São Francisco, conforme descrito no Inciso III, do art. 6º da referida Instrução:

Art. 6º- As informações referentes à política de investimentos e o demonstrativo de investimento dos recursos garantidores do plano de benefícios administrado pela EFPC, bem como as informações referentes às revisões da política devem conter, no mínimo:

III - tabela contendo a rentabilidade bruta e líquida de cada um dos segmentos de aplicação dos planos de benefícios da EFPC e do PGA, comparados à taxa atuarial estipulada, se existir, e índices de referência estabelecidos na política de investimentos.

TABELA 23. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA – ACUMULADA 2015

RENTABILIDADE BRUTA x LÍQUIDA - PLANO I - BD - ACUMULADA - %		
EXERCÍCIO DE 2016		
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	RENTABILIDADE BRUTA	RENTABILIDADE LÍQUIDA
	NO ANO	NO ANO
RENDA FIXA	14,76%	14,28%
RENDA VARIÁVEL	24,18%	21,49%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,72%	0,33%
IMÓVEIS	0,80%	(2,74%)
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	32,80%	24,74%
RENTABILIDADE DO PLANO	14,05%	13,47%
META ATUARIAL	13,30%	13,30%
DIVERGÊNCIA	0,75%	0,17%

(*) - META ATUARIAL DO PLANO : INPC + 5,50% a.a.

- a) **Rentabilidade Bruta:** Trata-se da rentabilidade produzida pelos ativos de investimentos, entretanto a PREVIC determinou a incorporação das Despesas registradas na Contabilidade dos Fundos de Investimentos no período considerado.
- b) **Rentabilidade Líquida:** Trata-se da rentabilidade dos ativos de investimentos, deduzidos os custos da gestão interna.

2.3 CONTÁBIL

QUADRO 1. BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercício 2016	Exercício 2015	PASSIVO	Exercício 2016	Exercício 2015
DISPONÍVEL	5	2	EXIGÍVEL OPERACIONAL	42.797	21.591
REALIZÁVEL	606.720	542.177	Gestão Previdencial	42.526	21.358
Gestão Previdencial	3.049	2.426	Investimentos	271	234
Gestão Administrativa	13.264	13.067			
Investimentos	590.407	526.684	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	767	733
Títulos Públicos	377.181	268.837	Gestão Previdencial	33	-
Créditos Privados e Depósitos	38.142	96.087	Investimento	733	733
Fundos de Investimento	162.555	148.373			
Investimentos Imobiliários	7.268	7.237			
Empréstimos e Financiamentos	4.780	5.669	PATRIMÔNIO SOCIAL	563.161	519.855
Depos. Jud. Recursais	480	480	Patrimônio de Cobertura do Plano	548.050	504.816
			Provisões Matemáticas	571.985	510.875
			Benefícios Concedidos	343.959	318.609
			Benefícios a Conceder	228.027	192.265
			Equilíbrio Técnico	(23.935)	(6.058)
			Resultados Realizados	(23.935)	(6.058)
			(+) Superávit Técnico Acumulado	-	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(23.935)	(6.058)
			Fundos	15.111	15.039
			Fundos Administrativos	13.264	13.067
			Fundos dos Investimentos	1.846	1.971
TOTAL DO ATIVO	606.725	542.180	TOTAL DO PASSIVO	606.725	542.180

QUADRO 2. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Varição (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	504.816	473.599	6,59
1. Adições	104.641	77.466	35,08
(+) Contribuições	37.306	29.265	27,48
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	67.335	48.091	40,01
(+) Reversão Líquida de Contingência - Gestão Previdencial	-	110	(100,00)
2. Destinações	(61.407)	(46.249)	32,77
(-) Benefícios	(59.689)	(44.631)	33,74
(-) Custeio Administrativo	(1.718)	(1.619)	6,15
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	43.234	31.217	38,50
(+/-) Provisões Matemáticas	61.111	16.703	265,87
(+/-) Superávit / Déficit Técnico do Exercício	(17.876)	14.515	(223,16)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	548.050	504.816	8,56
C) Fundos não previdenciais	15.111	15.039	0,48
(+/-) Fundos Administrativos	13.264	13.067	1,51
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.846	1.971	(6,34)

QUADRO 3. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
1. Ativos	606.725	542.180	11,90
Disponível	5	2	94,69
Recebível	16.313	15.494	5,29
Investimento	590.407	526.684	12,10
Títulos Públicos	377.181	268.837	40,30
Créditos Privados e Depósitos	38.142	96.087	(60,30)
Fundos de Investimento	162.555	148.373	9,56
Investimentos Imobiliários	7.268	7.237	0,43
Empréstimos e Financiamentos	4.780	5.669	(15,69)
Depos.Jud. Recursais	480	480	-
2. Obrigações	43.564	22.325	95,14
Operacional	42.797	21.591	98,21
Contingencial	767	733	4,55
3. Fundos não Previdenciais	15.111	15.039	0,48
Fundos Administrativos	13.264	13.067	1,51
Fundos dos Investimentos	1.846	1.971	(6,34)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	548.050	504.816	8,56
Provisões Matemáticas	571.985	510.875	11,96
Superávit/Déficit Técnico	(23.935)	(6.058)	295,07
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	502	738	(31,99)
a) Equilíbrio Técnico	(23.935)	(6.058)	295,07
b) (+/-) Ajuste de Precificação	24.437	6.797	259,53
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	502	738	(31,99)

QUADRO 4. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	593.461	529.112	12,16
1. Provisões Matemáticas	571.985	510.875	11,96
1.1. Benefícios Concedidos	343.959	318.609	7,96
Benefício Definido	343.959	318.609	7,96
1.2. Benefício a Conceder	228.027	192.265	18,60
Benefício Definido	228.027	192.265	18,60
2. Equilíbrio Técnico	(23.935)	(6.058)	295,07
2.1. Resultados Realizados	(23.935)	(6.058)	295,07
(-) Déficit Técnico Acumulado	(23.935)	(6.058)	295,07
3. Fundos	1.846	1.971	(6,34)
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.846	1.971	(6,34)
4. Exigível Operacional	42.797	21.591	98,21
4.1. Gestão Previdencial	42.526	21.358	99,12
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	271	234	15,76
5. Exigível Contingencial	767	733	4,55
5.1. Gestão Previdencial	33	-	100,00
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	733	733	-

QUADRO 5. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.067	12.941	0,98
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.292	6.052	3,95
1.1. Receitas	6.292	6.052	3,95
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.718	1.619	6,15
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.745	2.645	3,76
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	33	31	6,43
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.796	1.758	2,17
2. Despesas Administrativas	6.095	5.926	2,85
2.1. Administração Previdencial	3.055	3.281	(6,87)
Pessoal e encargos	2.098	2.083	0,74
Treinamentos/congressos e seminários	18	31	(42,65)
Viagens e estadias	28	21	32,78
Serviços de terceiros	424	672	(36,92)
Despesas gerais	258	242	6,72
Depreciações e amortizações	55	51	7,38
Tributos	174	181	(3,57)
2.2. Administração dos Investimentos	3.040	2.645	14,91
Pessoal e encargos	1.856	1.584	17,14
Treinamentos/congressos e seminários	10	12	(14,16)
Viagens e estadias	16	12	29,91
Serviços de terceiros	620	593	4,68
Despesas gerais	291	194	49,77
Depreciações e amortizações	55	51	7,65
Tributos	132	130	1,12
Despesas Específicas - TAFIC	60	69	(13,04)
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4)	197	127	55,40
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	197	127	55,40
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	13.264	13.067	1,51

QUADRO 6. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	542.230	499.084	8,64
1. Adições	125.468	94.212	33,18
(+) Contribuições Previdenciais	46.885	37.356	25,51
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	71.493	50.359	41,97
(+) Reversão Líquida de Contigência - Gestão Previdencial	-	110	(100,00)
(+) Receitas Administrativas	5.294	4.629	14,37
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.796	1.758	2,17
2. Destinações	(66.725)	(51.067)	30,66
(-) Benefícios	(59.707)	(44.755)	33,41
(-) Despesas Administrativas	(6.893)	(6.260)	10,11
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	(125)	(51)	144,19
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	58.743	43.146	36,15
(+/-) Provisões Matemáticas	75.197	27.494	173,50
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(17.876)	14.515	(223,16)
(+/-) Fundos Previdenciais	1.351	1.062	27,27
(+/-) Fundos Administrativos	197	127	55,40
(+/-) Fundos dos Investimentos	(125)	(51)	144,19
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	600.973	542.230	10,83

2.3.1 Notas Explicativas

▪ Composição do Ativo

2.3.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 1.336 mil;
- b) Participantes – R\$ 1.486 mil;
- c) Sobre 13º Salário – R\$ 183 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de dezembro/2016 para serem liquidadas no mês de janeiro/2017.

O valor provisionado de R\$ 177 mil no ano de 2015 referente à ação rescisória 201400629305, interposta pela São Francisco, na qual foi deferida a antecipação de tutela pela Desembargadora Relatora Suzana Oliveira, para impedir qualquer ato de constrição ou penhora no procedimento de Cumprimento de Sentença nº 201411101559, extraído do processo 200911101194, no mês de maio de 2016, por acordo entre as partes, o processo foi encerrado e o depósito no valor de R\$ 177 mil foi revertido e reavido pela São Francisco, contando ainda com os acréscimos de juros judiciais no montante de R\$ 19 mil.

2.3.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado corresponde integralmente à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo, sendo que neste exercício o fundo cresceu em R\$ 196.849,95, ou seja, 1,51% em relação ao exercício anterior. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários à gestão do plano.

2.3.1.3 Gestão de Investimentos

Os registros do Programa de Investimento detalham-se no quadro a seguir para melhor entendimento:

QUADRO 7. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Plano Benefício Definido	Valores em R\$ mil	
	2016	2015
Investimentos	590.407	526.684
Títulos Públicos	377.181	268.837
A vencimento	262.122	221.392
A mercado	115.059	47.445
Créditos Privados e Depósitos	38.142	96.087
Instituições Financeiras	6.536	65.165
Companhias Abertas	31.155	30.109
Outros Emissores	452	813
Fundos de Investimento	162.555	148.373
Multimercado	3.645	2.099
Direitos Creditórios - FIDC	7.352	7.658
Ações - FIA	92.607	76.214
Participações/FIP	58.952	59.388
Imobiliário	0	3.015
Investimentos Imobiliários	7.268	7.237
Empréstimos	4.780	5.669
Depos. Jud. Recursais	480	480

Os Títulos Públicos Federais, denominados NTN/B (conhecido nas negociações do Tesouro Direto com o nome Tesouro IPCA), fecharam o exercício correspondendo a 63,88% de todo o investimento, sendo 69,5% deles marcados a vencimento e 30,5% marcados a mercado (o primeiro para ser levado a resgate e o segundo para ser negociado se e quando for apropriado). Os valores apresentam em relação ao exercício de 2015, crescimento de 12,10%, e em relação aos a vencimento 18,40%, já os marcados a negociação 142,51%. Registre-se que o aumento nas posições se deveu ao fato de os valores resgatados dos créditos privados, em sua grande maioria, reverteu-se em aplicações nesses ativos; os créditos privados e depósitos com 18,24% e os Fundos de Investimentos com 28,17% no exercício de 2015 fecharam 2016, respectivamente, 6,46% e 27,53%.

A gestão praticada pela Diretoria, aprovada pelo Comitê Estratégico de Investimentos – CEI, sob a deliberação do Conselho Deliberativo, visou concentrar em Títulos Públicos Federais no decorrer do exercício de 2016, assim, a modificação do perfil de investimento sofreu sensível modificação. Toda a gestão dos investimentos foi direcionada a atender as necessidades dos fluxos do passivo. Os ajustes dos vencimentos trouxeram em seu contexto significativo aumento da taxa de juros implícita na carteira; e, (i) foram devidamente atestadas pelo AETQ; ainda, (ii) - motivado por processo contínuo de verificação da aderência da taxa as necessidades atuariais, aumentando o grau de confiança dos retornos ante à exposição de riscos assumidos.

O plano encontra-se em elevado estágio de maturidade e, assim, posicionamentos mais agressivos nos ativos com risco de mercado ou risco de crédito estão sendo afastados, dando lugar a investimentos mais conservadores. Dessa forma, os resultados alcançados trazem conforto ao plano num horizonte de longo prazo. Mesmo os títulos marcados a mercado, estão posicionados para atendimento das necessidades de recursos em determinados vencimentos, ou seja, caso se verifique a oportunidade de arbitragens estas poderão ser cursadas, no entanto, se o mercado não propiciar tais movimentos, os ativos serão levados a resgate com retornos maiores que os da taxa de juros do passivo.

a) Aspectos Gerais:

Os valores contábeis dos títulos e valores mobiliários e fundos de investimentos foram apurados segundo os critérios abaixo especificados:

✓ Títulos de quaisquer emissores, até um ano para o vencimento: se na data da compra o prazo para o vencimento do título era inferior a 1 (um) ano, então, obrigatoriamente, estão precificados a mercado;

✓ Títulos de quaisquer emissores, com mais de um ano para o vencimento: estão precificados de acordo com as estratégias colocadas e aprovadas no Comitê de Investimento, preferencialmente, em função das necessidades dos passivos atuariais dos planos primando pela marcação a vencimentos.

✓ Fundos de investimento: seguem as regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, segundo suas classificações, porém, como regra geral, os ativos integrantes da carteira dos fundos estão precificados a mercado. Os preços dos títulos que compõem as carteiras dos fundos estão contabilizados pelo preço praticado nas transações cursadas no dia da apuração da cota.

✓ Fundos com ativos das suas carteiras sem cotação em bolsa estão com eles precificados segundo laudo de avaliação emitido em conformidade com as regras estabelecidas pela CVM e, laudos consubstanciados conformados segundo as normas da ABNT;

b) Composição dos Ativos de Renda Fixa por Vencimento:

A composição dos investimentos no encerramento de 2016, por vencimento, identifica que a gestão continua a focar o longo prazo, entretanto, a alocação de curto prazo com valores a vencer em até um ano evidencia também, a realidade quanto a maturidade do plano, tendo em vista o aumento de desembolsos previstos para atender as estimativas do crescente número de benefícios. Outro aspecto a determinar o perfil de alocação consiste na expectativa da cisão patrimonial do plano, que deverá ocorrer assim que a PREVIC autorizar a criação do Plano de Benefício Saldado, possibilitando aos participantes do Benefício Definido I optar em aderir a ele.

QUADRO 8. COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS DE RENDA FIXA POR VENCIMENTO – 2015

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2015			
DESCRIÇÃO	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Divida Pública Mobiliária Federal	-	10.908	257.930
NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-B	-	10.908	257.930
Emissão ou Coobrigação de Instituições Autorizadas pelo BACEN	-	48.195	17.783
DPGE	-	41.384	-
BANCO BIC S/A	-	11.096	-
BANCO BMG S/A	-	3.803	-
BANCO FICSA	-	9.223	-
BANCO SCHAHIN S/A	-	9.139	-
BANCO FINANCEIRA S/A	-	8.123	-
LETRAS FINANCEIRAS - LF	-	5.997	17.783
BANCO SAFRA S/A	-	-	17.783
BANCO BDMG S/A	-	5.997	-
CPR-F	-	813	-
USINAS ITAMARATI	-	813	-
Emissão de Companhias Abertas	-	-	16.580
DEBÊNTURES	-	-	16.580
CEMIG - GT	-	-	8.886
RODOVIAS TIETÊ	-	-	9.693
Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	-	-	13.529
CRI	-	-	13.529
BRC SECURITIZADORA	-	-	3.149
INFRASEC SECURITIZADORA	-	-	10.380
TOTAL	-	59.103	305.822

QUADRO 9. COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS DE RENDA FIXA POR VENCIMENTO – 2016

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2016			
DESCRIÇÃO	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Divida Pública Mobiliária Federal	5.088	18.370	353.724
NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-B	5.088	18.370	343.288
NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-F	-	-	10.436
Emissão ou Coobrigação de Instituições Autorizadas pelo BACEN	6.536	-	17.783
LETRA FINANCEIRA - LF	6.536	-	17.783
BANCO SAFRA S/A	-	-	17.783
BANCO BDMG S/A	6.536	-	-
Emissão de Companhias Abertas	-	-	17.678
DEBÊNTURES	-	-	17.678
CEMIG - GT	-	-	7.347
RODOVIAS TIETÊ	-	-	10.331
Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	-	-	13.477
CRI	-	-	13.477
BRC SECURITIZADORA	-	-	2.982
INFRASEC SECURITIZADORA	-	-	10.495
Cédula de Produto Rural	452	-	-
CPR-F	452	-	-
USINAS ITAMARATI	452	-	-
TOTAL	12.076	18.370	402.661

c) Fundos de Investimentos:
QUADRO 10. FUNDOS DE INVESTIMENTOS – 2015

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2015			
DESCRIÇÃO	SEM VENCIMENTO	VENCIMENTO - 2017	VENCIMENTO - 2022
Direitos Creditórios	-	-	7.658
ÁTICO FIDC - Gestor: ÁTICO	-	-	7.658
Multimercado	2.099	-	-
FIM - SAGA SNAKE - Gestor: SAGA	2.099	-	-
Ações	76.214	-	-
FIA SAGA SF (SAGA)	55.027	-	-
FIA MAPFRE SF - Gestor: MAPFRE	21.187	-	-
Participações	44.855	14.532	-
ENERGIAPCH JURUENA-Gestor: INFRAASSET	44.855	-	-
GERAÇÃO DE ENERGIA - Gestor: ÁTICO	-	14.532	-
Imobiliário	3.015	-	-
MEMORIAL OFFICE - Gestor: COINVALORES	3.015	-	-
TOTAL	126.183	14.532	7.658

QUADRO 11. FUNDOS DE INVESTIMENTOS – 2016

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2016			
DESCRIÇÃO	SEM VENCIMENTO	VENCIMENTO - 2017	VENCIMENTO - 2022
Direitos Creditórios	-	-	7.352
ÁTICO FIDC - Gestor: ÁTICO	-	-	7.352
Multimercado	3.645	-	-
FIM - SAGA SNAKE - Gestor: SAGA	3.645	-	-
Ações	92.607	-	-
FIA SAGA SF (SAGA)	65.150	-	-
FIA MAPFRE SF - Gestor: MAPFRE	27.456	-	-
Participações	44.646	14.306	-
ENERGIAPCH JURUENA-Gestor: INFRAASSET	44.646	-	-
GERAÇÃO DE ENERGIA - Gestor: ÁTICO	-	14.306	-
TOTAL	140.898	14.306	7.352

d) Segmento de Renda Variável – AÇÕES:

Os Fundos de Investimento em Ações – FIA SAGA SF – É um Fundo com gestão da SAGA - Consultoria e Gestão de Investimentos Financeiros Ltda; FIA MAPFRE SF - É um Fundo com gestão da MAPFRE - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A. Ambos foram construídos com segregação das funções de custódia, administração e gestão, observando-se o fato de que as instituições participantes não fizessem parte dos mesmos grupos econômicos, em obediência a determinação do órgão fiscalizador (PREVIC), constante do Relatório de Fiscalização - RF Nº 7/13/CFDF/PREVIC, de 13.09.2013. Para a consecução nos moldes definidos, a São Francisco contratou, e assim consta dos respectivos regulamentos, o Banco Itaú na figura de responsável pela custódia e, o BNY – Mellon como administrador. Os fundos foram constituídos sob a forma de condomínio aberto e com prazo indeterminado, com comunhão de recursos destinados à aplicação em títulos de valores mobiliários, admitidos pela legislação em vigor para classificá-los como fundos de ações, inclusive as Instruções nº 409/2004; 450/2007; 456/2007; 465/2008; 512/2011 e 522/2012 publicadas pela CVM, observando ainda, as limitações contidas nas Políticas de Investimentos dos planos. Os Fundos destinam-se especificamente a receber os investimentos, direta e indiretamente dos planos geridos e administrados pela Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO.

Ficou ainda consignado nos regulamentos deles que o *benchmark* (referencial de rentabilidade a ser perseguido pela gestão do fundo) será o Índice IBrX-50.

QUADRO 12. FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES – FIA

Valores em R\$ mil

ITENS	ATIVOS	INSTITUIÇÕES	2016	2015
1	FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - FIA/SAGA SF	SAGA - CONSULTORIA E GESTÃO DE INVESTIMENTOS	65.151	55.027
2	FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - FIA/MAPFRE SF	MAPFRE - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VAL. MOB.	27.456	21.186
TOTAL			92.607	76.213

e) Segmento de Investimentos Estruturados:

Os investimentos no Segmento de Investimentos Estruturados, classificação criada somente a partir da edição da Resolução Nº 3.792, de 24.09.2009 – CMN. Essa modalidade de investimento, por definição da norma aqui citada, deve abrigar os ativos com as seguintes características:

Art. 20. São classificados no Segmento Investimentos Estruturados:

- I. As cotas de fundos de investimento em participações e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em participações;*
- II. As cotas de fundos de investimento em empresas emergentes;*
- III. As cotas de fundos de investimento imobiliário; e*
- IV. As cotas de fundos de investimento e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela CVM, aplicando-se os limites, requisitos e condições estabelecidos a investidores que não sejam considerados qualificados, nos termos da regulamentação da CVM.*

QUADRO 13. FUNDOS DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Valores em R\$ mil

ITENS	ATIVOS	INSTITUIÇÕES	2016	2015
1	PARTICIPAÇÕES - FIP's		58.952	59.387
1.1	ENERGIAPCH FIP/JURUENA	GESTORA: VINCI PARTNERS	44.646	44.855
1.2	ÁTICO GERAÇÃO DE NERGIA - FIP	GESTORA: ÁTICO - ASSET MANAGEMENT	14.306	14.532
2	IMOBILIÁRIOS - FII		-	3.015
2.1	MEMORIAL OFFICE	COIN - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VAL. MOBILIÁRIOS	-	3.015
3	MULTIMERCADO		3.645	2.099
3.1	SAGA - SNAKE - FIM	SAGA - CONSULTORIA E GESTÃO DE INVESTIMENTOS	3.645	2.099
TOTAL			62.597	64.501

f) Segmento de Investimentos Imobiliários:

O quadro abaixo evidencia a distribuição dos investimentos no Segmento de Imóveis ainda existentes na carteira:

QUADRO 14. SEGMENTO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Valores em R\$ mil

ITENS	CARTEIRA DE ALUGUÉIS E RENDA	2016	2015
1	VALOR DO IMÓVEL (2 + 3 + 4)	7.227	7.137
2	TERRENOS	1.456	1.456
3	CONSTRUÇÃO	6.074	5.826
4	(-) DEPRECIACÃO	-304	-146

Observações:

O registro da Escritura Pública de Compra e Venda das 56 (cinquenta e seis) salas localizadas no Edifício Fernandez Plaza Center está em tramitação, tendo em vista que a sentença final favorável a São Francisco transitou em julgado na Justiça Federal em Salvador-BA, aguarda despacho ao cartório para finalizar os trâmites.

a) Segmento de Operações C/ Participantes:

Distribuição dos investimentos no Segmento de Operações C/ Participantes (“Empréstimos”):

QUADRO 15. SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES

		Valores em R\$ mil	
ITENS	CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS	2016	2015
1	VALOR DA CARTEIRA (2 + 3)	7.823	7.873
2	ADIMPLENTES	5.227	5.953
3	INADIMPLENTES	2.595	1.920
4	(-) PROVISÃO PARA PERDA	-3.043	-2.205
LIQUIDO DA CARTEIRA (1 + 4)		4.780	5.668

b) Provisões para Perda:

Diante da inadimplência de emissores estão constituídas provisões para perda em estrita observação à legislação vigente, conforme demonstra-se no quadro a seguir. Esclarece-se por oportuno que, o resultado produzido pelos investimentos e consignados como patrimônio social estão líquidos das referidas provisões, portanto, seu impacto já está consignado como resultado dos exercícios em que ocorreram.

QUADRO 16. PROVISÕES PARA PERDA

Valores em R\$ mil

ITENS	DATA	ATIVOS	INSTITUIÇÕES	VALOR PROVISIONADO 2016	VALOR PROVISIONADO 2015
1	01/09/2009	DEBÊNTURES	ULBRA RECEBÍVEIS S/A	5.029	5.029
2	01/06/2011	CÉDULAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO - CCI's	M.BRASIL - EMPREEND. MARKETING E NEGÓCIOS LTDA	13.214	13.214
3	30/06/2011	CDB's / PÓS-FIXADOS	BANCO MORADAS/A	2.800	2.800
4	SPC nº 34 de 24/09/2009	EMPRÉSTIMOS P/ PARTICIPANTES	FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL-SF	3.043	2.205
TOTAL				24.087	23.249

As provisões para perdas sobre a carteira de empréstimos são calculadas segundo a Instrução SPC nº 34 de 24/09/2009, Anexo A, II Procedimentos Operacionais, item 11:

11. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

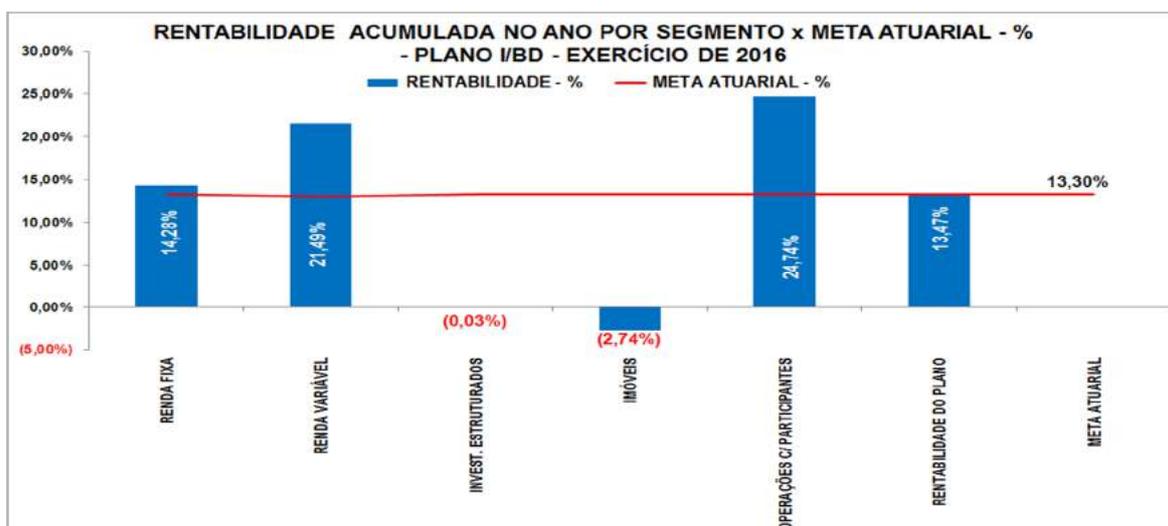
- a. 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- b. 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- c. 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- d. 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A administração da entidade possui entendimento de que os registros das provisões são um ato de prudência e conservadorismo, entretanto, dado que as reservas de poupança são consignadas como garantia aos mútuos concedidos, o plano se tiver alguma perda ela será em monta muito menor do que os valores provisionados. Numa análise com um pouco mais de acuidade fica evidente duas possibilidades na perda do vínculo empregatício: - i) resgate da reserva: - na oportunidade faz-se o confronto de conta entre os haveres e o saldo devedor do mutuo, entregando-se a sobra ao ex-participante; - ii) entrada em gozo de benefício: - nesse caso, as prestações do mutuo descontadas na folha da patrocinadora passarão a ser descontadas na folha de benefício. Como se observa o saldo devedor terminará por ser liquidado, sem produzir qualquer perda para os investimentos do plano.

c) Rentabilidade em 2016:

Com base no Fluxo dos Investimentos a rentabilidade foi de 13,47%, contra 10,56% alcançada em 2015. Já a Meta Atuarial equivalente a INPC + 5,50 % a.a., para o exercício de 2016, ficou em 13,30% contra 17,07% em 2015. Evidencia-se que no exercício de 2016 os investimentos superaram a meta em 0,17%.

GRÁFICO 46. RENTABILIDADE EM 2016



▪ Composição do Passivo

2.3.1.4 Gestão Previdencial

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

- Retenções a Recolher (IR S/Benefícios) – R\$ 329 mil;
- Seguro de Vida – Folha de Benefício – R\$ 26 mil
- Contribuição para Custeio do PGA – R\$ 117 mil;
- Credores Diversos de Benefícios – R\$ 42.054 mil.

Os IR S/Benefícios tiveram como base de cálculo os benefícios pagos dentro do mês de Dezembro/2016, que por determinação legal, devem ser recolhidos (repassados a Receita Federal) no mês de janeiro/2017.

O Seguro de Vida referente a Folha de Benefício refere-se à consignação em folha cujos os montantes são posteriormente transferidos para os gestores das apólices. Respeitando o princípio da Competência, com a liquidação junto aos gestores ocorrendo no início do mês subsequente.

As contribuições p/Custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 10% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de janeiro/2017.

Na conta de Credores Diversos de Benefícios foi provisionado o valor de R\$ 42.054 mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pelo Gerente de Benefícios.

2.3.1.5 *Gestão de Investimentos*

- a)** Investimentos Imobiliários – R\$ 34 mil;
- b)** Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 233 mil;

Merece destaque o montante de R\$ 233 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefícios. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês dezembro/2016 e liquidado em janeiro/2017.

2.3.1.6 *Exigível Contingencial*

O valor de R\$ 766 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

2.3.1.7 *Patrimônio Social*

Representado pela soma das reservas registradas nos planos de Benefício Definido e Contribuição Definida tendo sua formação composta conforme a seguir:

a. Provisões Atuariais

Conforme determina a Lei nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar, as avaliações das reservas matemáticas devem ser realizadas a cada exercício social. Neste sentido as reservas matemáticas do Plano foram avaliadas em 31/12/2016, e os valores devidamente registrados no balanço são os encontrados como resultado da aplicação das premissas atuariais, definidas pelo atuário externo em estudo técnico de adequação. Esclarece-se ainda que os elementos estatístico-financeiros empregados foram devidamente avaliados pelas instâncias de governança da entidade: - Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva aprovaram o estudo técnico de adequação; o Conselho Fiscal emitiu parecer sobre a adequação; tudo em conformidade com os dispositivos normativos vigentes.

O cálculo atuarial leva em consideração fatores biométricos da massa – expectativa de vida e composição familiar, e fatores econômicos - crescimento real de salários, rotatividade (desligamento do Plano de Benefícios) e taxa de inflação. Nos cálculos desenvolvidos tendo por base as hipóteses aprovadas no estudo de adequação destacam-se as Reservas de Benefícios Concedidos (reservas já constituídas relativas ao valor presente dos desembolsos futuros com benefícios já em gozo) e a Reserva de Benefícios a Conceder (valor presente gerado pelo fluxo dos valores de benéficos a serem pagos deduzidos das

contribuições a receber dos participantes, atualmente ativos, empregados nas patrocinadoras). Os valores nelas consignados representam o valor presente dos respectivos fluxos de cada reserva descontado a uma taxa real de juros real de 5,26% a.a., significando afirmar que, a partir do ano de 2017 a meta atuarial será composta da inflação medida pelo INPC acrescido dessa taxa de juros. Em síntese pode-se definir o total das reservas como sendo o valor presente dos compromissos futuros.

Alterações na composição de dados biométricos impactam mais ou menos fortemente o resultado da avaliação e, fica claramente identificado que se trata de dados apurados “*ex-post*”, ou seja, depois de observados. O atuário elabora o plano de custeio, por estimativa, mas, somente ao final de cada exercício social, coteja o que foi previsto com o que se obteve de concreto, daí as divergências são ajustadas e devidamente identificadas em cada avaliação processada. São variáveis absolutamente livres, fora de controle, ao longo do exercício social, e as suas divergências em relação ao observado versus o estimado são consideradas como fatos estruturais a impactar o plano.

Em dezembro de 2016 o atuário reavaliou as reservas de benefícios concedidos e a conceder, as quais perfazem respectivamente R\$ 343.958.570,66 e R\$ 228.026.735,08, como sendo os montantes necessários para cobrirem as obrigações do plano para com seus participantes.

Cabe relatar que a taxa de juros real do Plano I, utilizada para a avaliação atuarial de 31/12/2016 de 5,26% a.a., teve sua aderência confirmada por meio de estudo técnico preconizado na Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015.

Destaque-se que a contabilidade tem somente a obrigação de proceder ao registro, depois de as reservas terem sido devidamente aprovadas pelos órgãos de governança da entidade, como define os diplomas normativos. Nesse contexto, estão a cargo do atuário as necessárias explicações dos fenômenos que produziram o resultado, como estampa o conteúdo do Anexo I, parte integrante destas NOTAS EXPLICATIVAS, de responsabilidade do escritório Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., atuário externo elaborador das avaliações atuariais do Plano de Benefícios I.

b. Equilíbrio Técnico

O resultado do exercício de 2016 foi à formação de um déficit de R\$ 23.935 mil. O qual foi encontrado devido a vários fatores como consta das Demonstrações Atuariais - DA, parte integrante desta nota. Sem descer a detalhes, que podem ser obtidos na competente explicação contida no DA, refere-se o comentário contido como fato relevante adiante descrito, mais, a redução das taxas real de juros empregada para desconto do fluxo atuarial.

2.3.1.8 Fundos

a. Previdencial:

Por se tratar de plano na modalidade benefício definido e não constar em seu plano de custeio a existência de fundos da natureza especificada, não há qualquer registro contábil.

b. Administrativo:

A existência de Fundo Administrativo no plano identifica que ao longo da vida do mesmo, a contribuição para o custeio administrativo acrescidas de remuneração provocadas pela aplicação dos recursos deduzida dos gastos administrativos incorridos na gestão do plano apresentou sobras. A sua formação é vital para que ao cessarem as contribuições ao plano, cessando as contribuições para a gestão administrativa, a entidade possua recursos para manter as atividades funcionando até o falecimento do último

participante, sem que os seus agora somente assistidos sofram processo de descontinuidade na percepção dos seus benefícios, ou seja, impactados por custos que possam reduzir o valor de seus benefícios.

O Fundo Administrativo foi constituído pelo saldo apurado cotejando-se as receitas com os gastos administrativos. A técnica tem respaldo na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, no exercício, teve um aumento de R\$ 197 mil.

É importante destacar que esse registro no ativo do Plano confere-lhe tratamento semelhante ao lançamento advindo do resultado da equivalência patrimonial existente nas empresas detentoras de parte do capital de outra empresa. O resultado apresentado é a parte que coube ao plano, originado do resultado do PGA.

Deve-se ressaltar, ainda, que o saldo apurado do fundo está composto pelo saldo remanescente do permanente, apurados pelo encontro do custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, mais os valores investidos nos mercados financeiros e de capitais pelo próprio PGA.

c. Investimento:

O Fundo de Investimento possui a finalidade de quitar os saldos devedores dos empréstimos na eventualidade do falecimento de mutuário. Trata-se, em última análise, de um seguro constituído para cobrir o infortúnio. Os recursos para a formação desse Fundo são provenientes única e exclusivamente por sobrecarga imposta aos participantes mutuários, não tendo, portanto, fonte previdencial. O saldo atual perfaz R\$ 1.846 mil e está convenientemente adequada à frequência e impacto esperados, segundo aprecia a área de investimento da fundação.

2.3.2 Fato Relevante 1:

No Exigível Operacional o valor registrado de R\$ 42.054 mil consiste em “Valores a Restituir” a participantes que cancelaram a inscrição no plano e mantiveram o seu vínculo empregatício junto às patrocinadoras, conforme estabelece a RESOLUÇÃO MPS/CGPC Nº 06, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003, em ser art. 22. A área responsável pelas atividades de seguridade é a responsável por emitir relatório no qual estão registrados os valores atualizados para 31/12/2016, conforme as regras ditadas pelo regulamento do plano.

Confrontando esse valor ao existente em 31/12/2015, verifica-se um incremento de 101,39% resultante, além das devidas correções, dos desligamentos de 68 participantes do plano.

Esclarecemos que se encontram tramitando na Justiça 19 processos onde ex-participantes que ainda mantém vínculo empregatício com a Patrocinadora CODEVASF, pleiteiam o resgate de valores referentes ao saldo de poupança resgatável, são eles:

- (2011.56.001502);
- (2011.56.501781);
- (2011.56.501771);
- (2012.75.000767);
- (2011.56.501333);
- (2013.07.1.029577-7);
- (2012.75.000768);
- (2012.75.000769);
- (2011.56.501334);
- (2012.75.000766);

- (2011.56.501336);
- (2012.56.000260);
- (2012.75.000774);
- (2012.75.000593);
- (2011.56.001969);
- (2011.56.001510);
- (2016.01.10381258);
- (2016.01.10451615);
- (2016.01.10381313).

A defesa da Fundação São Francisco nesses processos encontra-se internalizada sob o patrocínio da advogada empregada da entidade e, até o momento, foi condenada a liberar o saldo de poupança de apenas uma ex-participante, sendo que em todos os demais processos, as sentenças de 1ª instância foram favoráveis a São Francisco e esses encontram-se em grau de recursos.

Ressalte-se que os valores pleiteados em juízo pelos ex-participantes encontram-se provisionados, não havendo, assim, impacto no resultado do passivo em caso de a Fundação ser condenada.

2.3.3 Fato Relevante 2:

O montante existente de NTN's em 2016 é R\$ 108 milhões, maior que no exercício de 2015. Representa acréscimo de 22,4% na carteira de Títulos Públicos, objetivando imunizar o passivo contra flutuações das taxas de juros.

Com a edição da Instrução Previc nº 23, de 26/06/2015, a entidade demonstrou a aderência da taxa de juros a ser aplicada na apuração das reservas do plano, a qual foi estabelecida em 5,50% a.a. para o exercício findo. Na sequência, o Atuário e a Diretoria de Finanças, tomando por base a planilha estabelecida na Portaria nº 30 – PREVIC, de 21/01/2016 apurou a “*duration*” (tempo médio) do passivo do plano e, associadamente, encontrou o valor presente das NTN-B com base na taxa de juros atuarial. O resultado obtido da diferença entre o preço contabilizado e o emprego da taxa atuarial, resulta do denominado ajuste de precificação, cujo montante perfaz para 2016 R\$ 24.437.164,92.

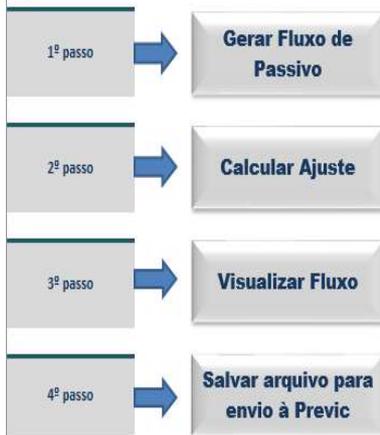
O valor encontrado pela aplicação da metodologia discriminada acima, não deve, segundo a norma, ser registrada no balancete do exercício, entretanto, com fulcro na Instrução 25 – PREVIC, de 17/12/2015, em que altera o art. 2, anexo C, ajustando o Demonstrativo nº IV – Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, em seu item nº 6, letra b (+/- Ajuste de Precificação), o resultado do ajuste deve ali constar.

O registro realizado no aludido demonstrativo é cotejado com o resultado deficitário do exercício de R\$ 23.934.937,81, e assim sendo permitiu produzir o resultado ajustado, superavitário, em R\$ 502.227,11.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Cálculo da Duração do Passivo e do Ajuste de Precificação - 2016

Ações a serem efetuadas:



Dados:

Data de cálculo:	31/12/2016
Duration Passivo:	12,29 anos
Taxa de Juros Real Anua	5,26%
Valor Contábil:	185.719.210,13
Valor Ajustado:	210.156.375,05
Valor do Ajuste:	24.437.164,92

Cumprimento dos Requisitos para Ajuste:

Duração dos Títulos <= Duração do Passivo :	Atendido
VP fluxo dos Títulos <= VP fluxo do Passivo:	Atendido
VP remanescente Títulos <= VP remanescente Passivo:	Atendido

QUADRO 17. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
1. Ativos	606.725	542.180	11,90
Disponível	5	2	94,69
Recebível	16.313	15.494	5,29
Investimento	590.407	526.684	12,10
Títulos Públicos	377.181	268.837	40,30
Créditos Privados e Depósitos	38.142	96.087	(60,30)
Fundos de Investimento	162.555	148.373	9,56
Investimentos Imobiliários	7.268	7.237	0,43
Empréstimos e Financiamentos	4.780	5.669	(15,69)
Depos. Jud. Recursais	480	480	-
2. Obrigações	43.564	22.325	95,14
Operacional	42.797	21.591	98,21
Contingencial	767	733	4,55
3. Fundos não Previdenciais	15.111	15.039	0,48
Fundos Administrativos	13.264	13.067	1,51
Fundos dos Investimentos	1.846	1.971	(6,34)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	548.050	504.816	8,56
Provisões Matemáticas	571.985	510.875	11,96
Superávit/Déficit Técnico	(23.935)	(6.058)	295,07
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	502	738	(31,99)
a) Equilíbrio Técnico	(23.935)	(6.058)	295,07
b) (+/-) Ajuste de Precificação	24.437	6.797	259,53
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	502	738	(31,99)

3 PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV

3.1 PREVIDENCIAL

GRÁFICO 47. SOCIAL

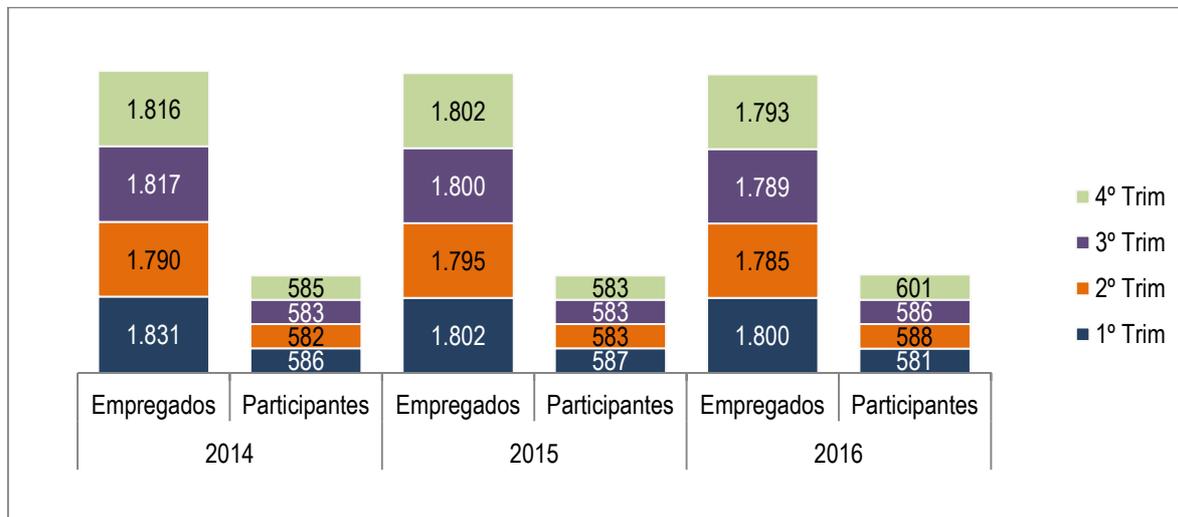
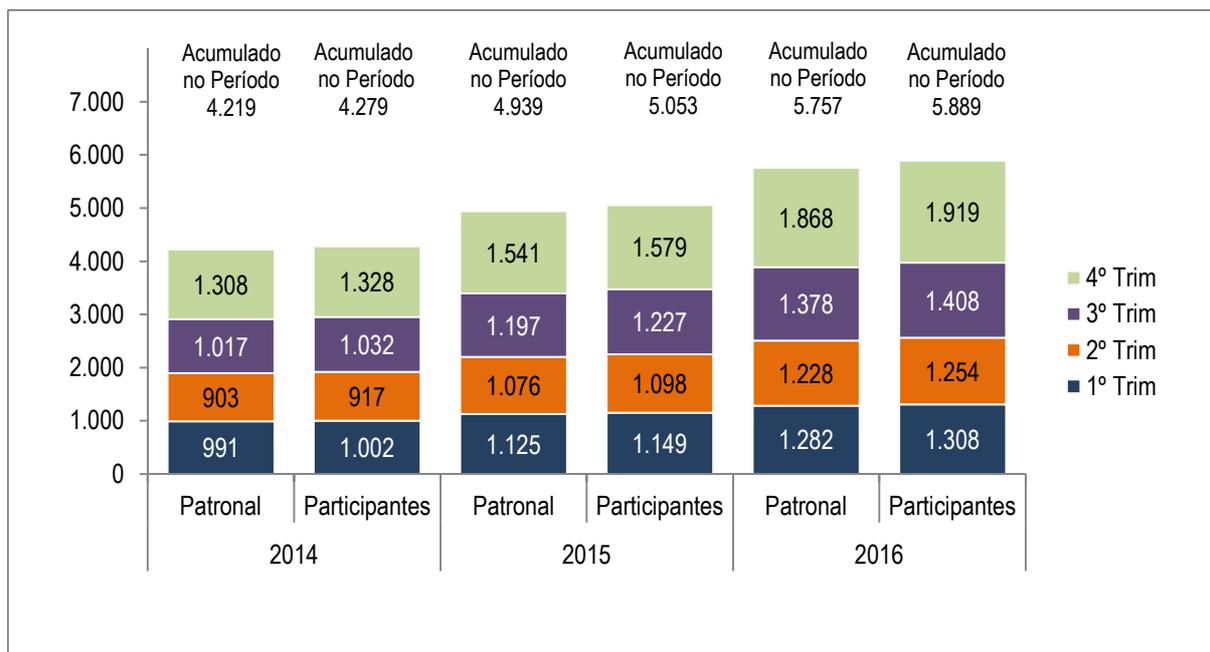


GRÁFICO 48. CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS



Dezessete participantes do Codeprev contribuem com percentuais acima do limite de contribuição da patrocinadora que é de 8%.

3.1.1 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E INSTITUTOS (CODEPREV)

No exercício de 2016 foram gastos com Resgate de Contribuições um total de R\$ 2.314,85.

GRÁFICO 49. ADESAO

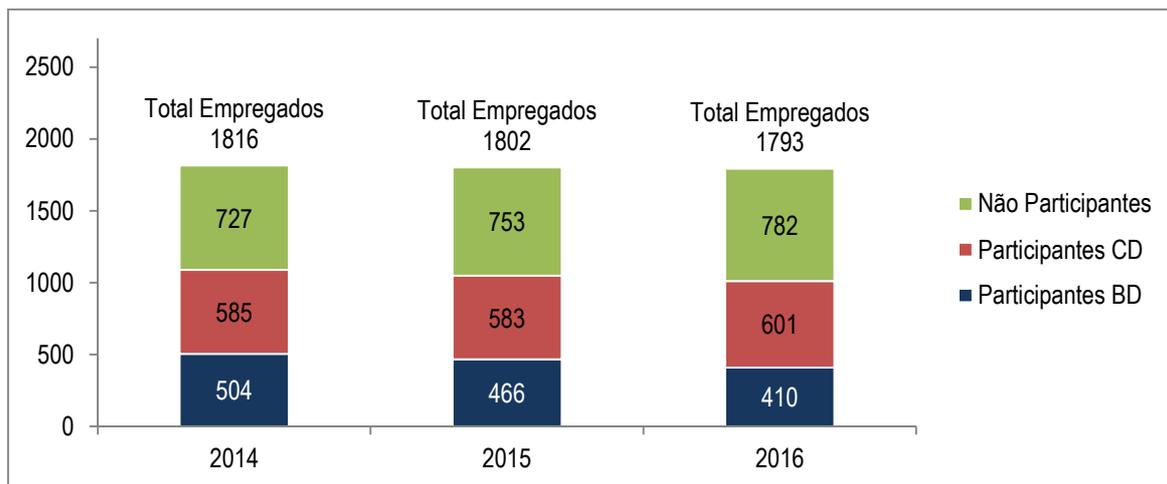


GRÁFICO 50. PARTICIPANTES POR LOCALIDADE

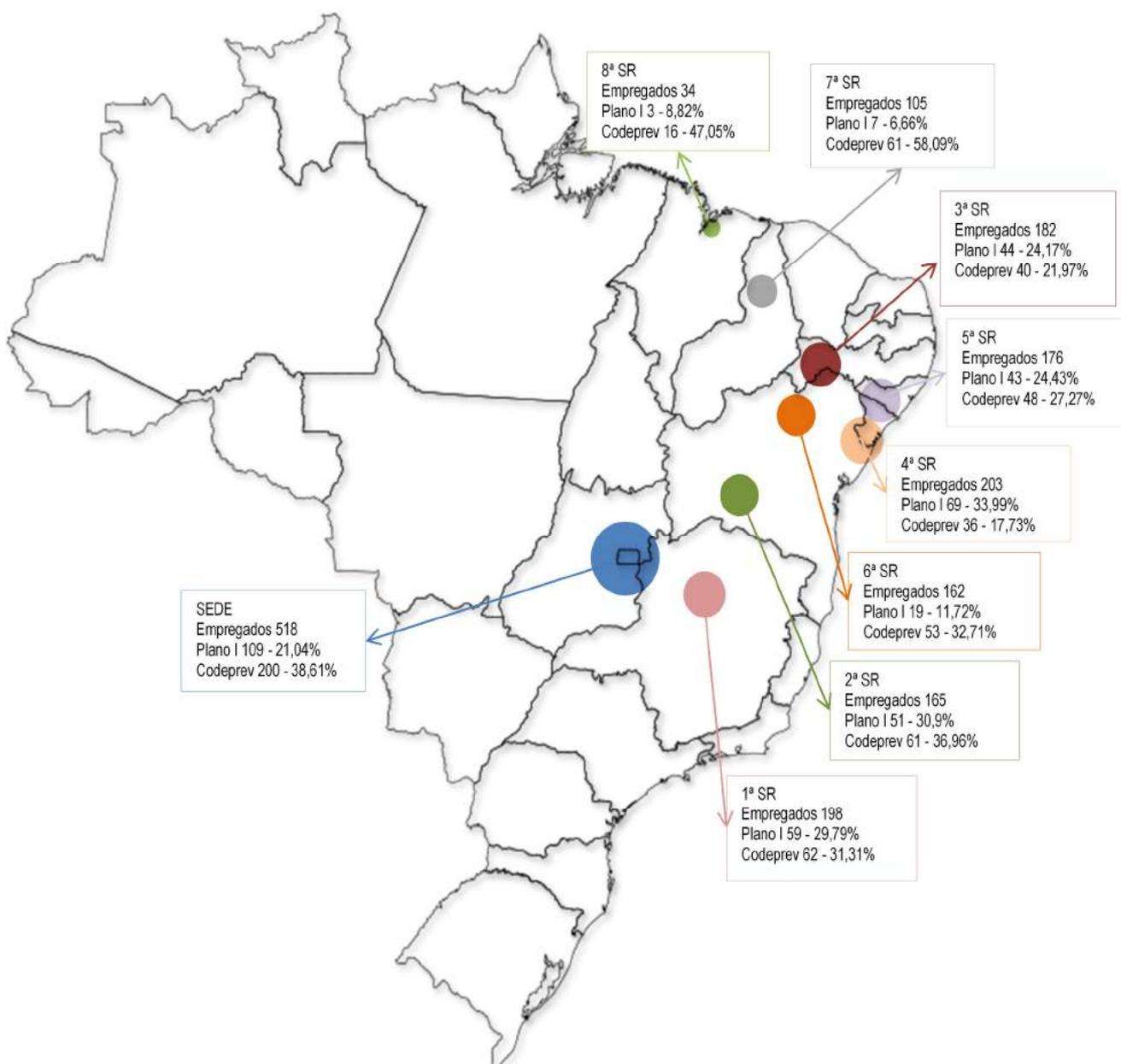
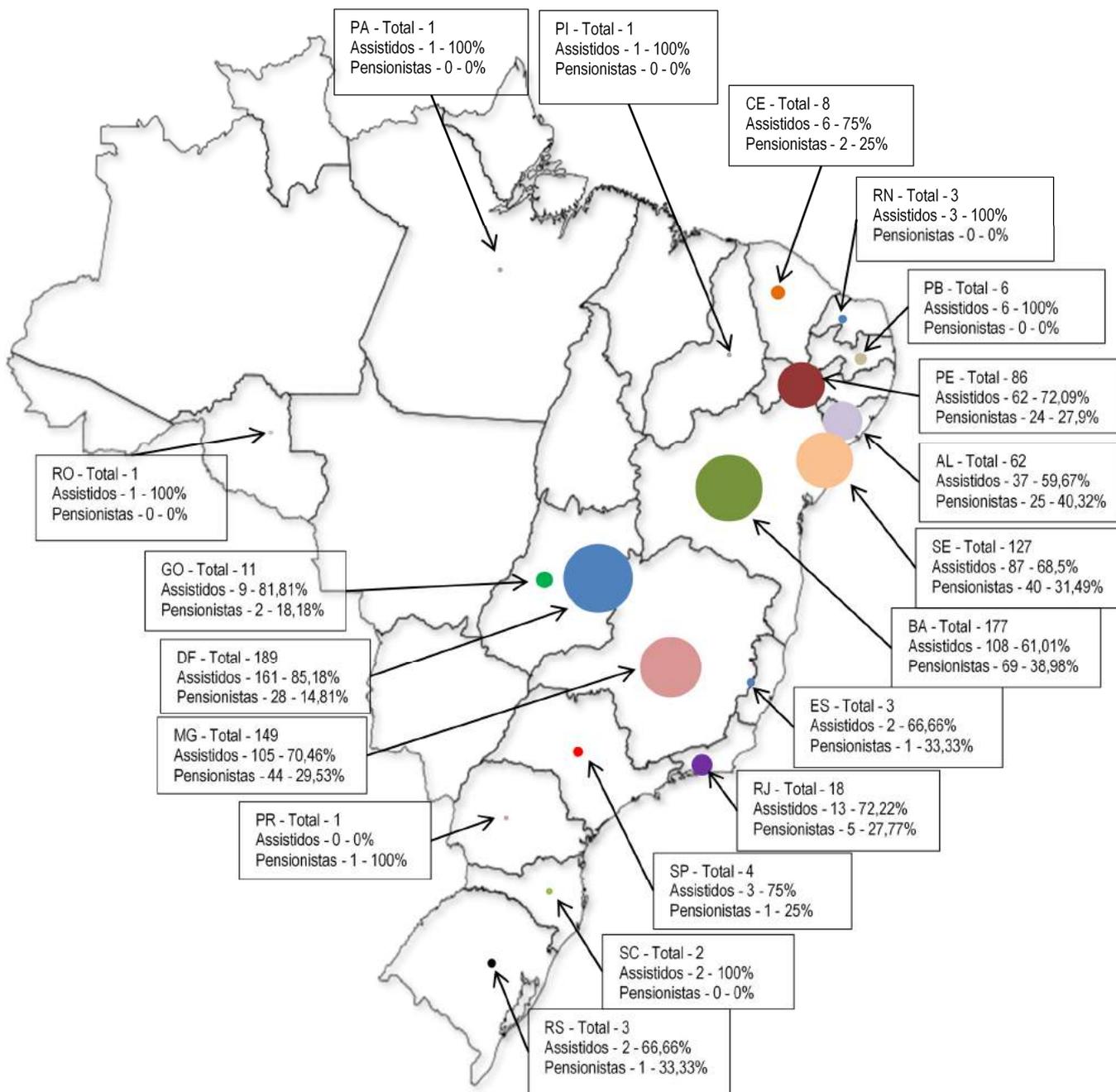


GRÁFICO 51. ASSISTIDOS POR LOCALIDADE



3.2 INVESTIMENTO

A estrutura atual dos investimentos do Plano de Benefícios II - Codeprev está concentrada nos **Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados**, esse último somente com recursos em transito para liquidez do Plano. Assim, no encerramento do 4º Trimestre de 2016, as alocações estavam em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2016/2020, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Seu valor total em 31.12.2016 de R\$ 36.781.896,73 contra R\$ 21.596.063,81 em 31.12.2015, registra um crescimento nominal no período de 70,32%. Os ativos encontram-se ainda muito impactados pela

entrada de recursos das contribuições, dado que elas apresentam, em valores relativos sobre o total acumulado, percentual elevado, podendo ser observada no gráfico e quadro a seguir:

GRÁFICO 52. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

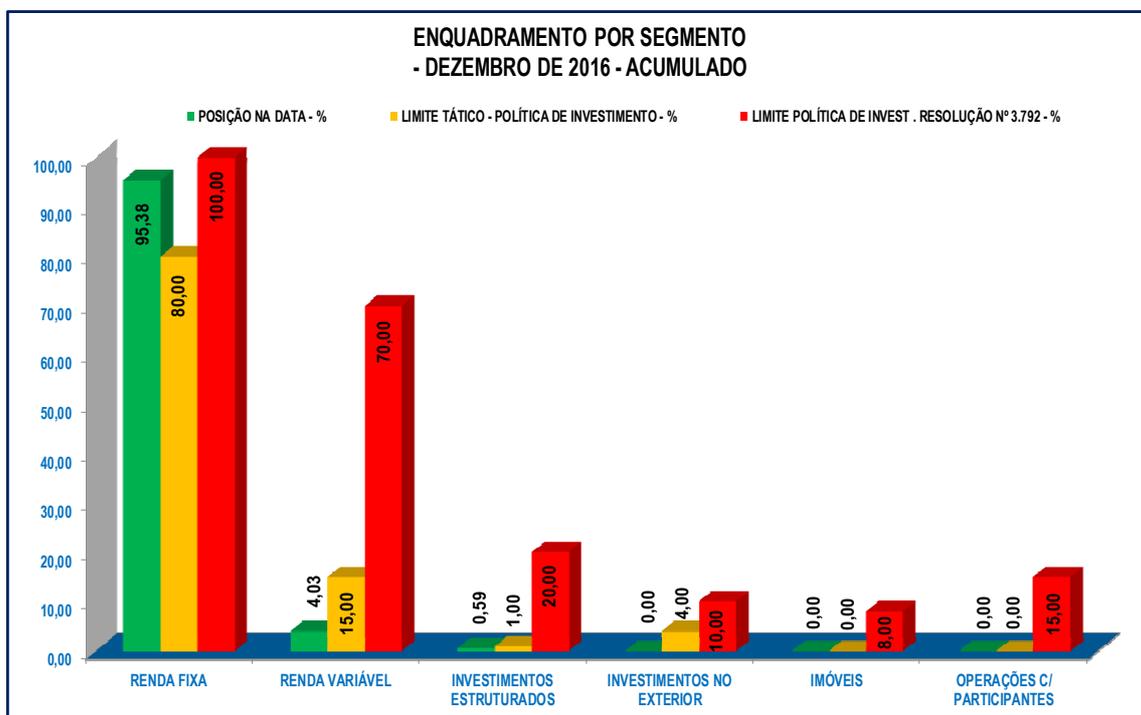


TABELA 24. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2015 x 2016 - PLANO DE BENEFÍCIO II/CD - CODEPREV							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31.12.2015		31.12.2016		LIMITES TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN MÁXIMO - %	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %
	VALOR	% DE ALOCAÇÃO	VALOR	% DE ALOCAÇÃO			
	- R\$ -		- R\$ -				
RENDA FIXA	21.477.156,41	99,45	35.082.575,88	95,38	80,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00	1.482.246,10	4,03	15,00	70,00	20,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	118.907,40	0,55	217.074,75	0,59	1,00	20,00	1,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	10,00	10,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	21.596.063,81	100,00	36.781.896,73	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	510,54	↑ 70,32%	1.253,29				
(-) Exigível de Investimentos	-2.852,56		-37.888,82				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	21.593.721,79		36.745.261,20				

Comentários:

As inversões dos recursos conforme tabela acima corresponde às decisões estratégicas e táticas de investimentos. O objetivo da gestão é alcançar rentabilidade compatível com a “Taxa Indicativa do Plano” (INPC+3,50%), premissa veiculada no simulador de adesão, considerada como objetivo primário da gestão cotejada na tabela. No entanto, a SÃO FRANCISCO visa obter rentabilidade maior, tendo como referência, aquela indicada na Política de Investimento, que é INPC + 5,50% a.a.

TABELA 25. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISSO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			out/16	nov/16	dez/16	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
																S/CDI e IBrX-50	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 18	RENDA FIXA	35.082.575,88	100,00%	95,38%	100%	100%	100%	9,19		0,53%	0,25%	1,41%	2,20%	18,37%	18,37%	4,38%	5,93%	8,06%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	35.082.575,88	100,00%	95,38%	100,00%	100,00%	100,00%	9,19		0,53%	0,25%	1,41%	2,20%	18,37%	18,37%	4,38%	5,93%	8,06%
	NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - NTN-B	33.341.066,08	95,04%	90,65%	-	-	-	9,44	Soberano	0,53%	0,25%	1,33%	2,12%	18,28%	18,28%	4,28%	5,83%	7,97%
	NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - NTN-F	1.741.509,80						6,52		0,00%	0,00%	4,87%	4,87%	4,87%	4,87%	3,75%	4,28%	4,44%
Art. 19	RENDA VARIÁVEL	1.482.246,10	100,00%	4,03%	0%	20%	15%			8,62%	-7,97%	-1,94%	-1,98%	-1,55%	-1,55%	-14,49%	-3,94%	-3,45%
I	Ações de Emissão de Companhias Abertas	1.482.246,10	100,00%	4,03%	0,00%	20,00%	15,00%			8,62%	-7,97%	-1,94%	-1,98%	-1,55%	-1,55%	-14,49%	-3,94%	-3,45%
	FUNDOS	1.482.246,10	100,00%	4,03%	0,00%	20,00%	15,00%			8,62%	-7,97%	-1,94%	-1,98%	-1,55%	-1,55%	-14,49%	-3,94%	-3,45%
	SAGA SF FIA	1.482.246,10	100,00%	4,03%	-	-	-	-		8,62%	-7,97%	-1,94%	-1,98%	-1,55%	-1,55%	-14,49%	-3,94%	-3,45%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	217.074,75	100,00%	0,59%	0%	20%	20%	-		1,07%	1,10%	1,14%	3,35%	14,06%	14,06%	0,07%	1,62%	3,75%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	217.074,75	100,00%	0,59%	0,00%	10,00%	10,00%	-		1,07%	1,10%	1,14%	3,35%	14,06%	14,06%	0,07%	1,62%	3,75%
	SAGA SNAKE FIM	217.074,75	100,00%	0,59%				-		1,07%	1,10%	1,14%	3,35%	14,06%	14,06%	0,07%	1,62%	3,75%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		36.781.896,73		100,00%				9,19		0,90%	-0,14%	1,26%	2,03%	18,02%	18,02%	4,03%	5,58%	7,71%

Quanto à alocação de recursos no encerramento do 4º trimestre de 2016, o Plano completa três anos de atividades e gestão. Observa-se que, no decorrer do exercício de 2016, o **Comitê Estratégico de Investimentos - CEI** iniciou o processo de alocação de recursos no **Segmento de Renda Variável**, via Fundos já existentes na Carteira (Saga SF - FIA), com objetivo de, no longo prazo, participar da recuperação do mercado acionário, haja vista a possível reversão na recuperação da atividade econômica nos próximos exercícios (2017/2018), com reflexos positivos nos resultados das empresas de capital aberto.

3.2.1 Rentabilidade

A rentabilidade nominal no 4º trimestre foi de 2,03% contra 3,99% registrada no 3º trimestre, acumulando no ano desempenho de 18,02%. Descontada a **Taxa Indicativa** acumulada no ano - (INPC+3,50% a.a.) de **10,31%**, o desempenho dos investimentos ficou acima da Taxa Indicativa em 7,71%.

Destaca-se por oportuno a baixa concentração de investimento no fundo multimercado, totalizando 0,59% dos ativos de investimentos, uma vez que a finalidade é tão somente dar liquidez para eventuais saídas de participantes e transito de recursos. Dessa forma é desprezível o desempenho obtido por esse veículo.

Comparativamente, a rentabilidade da cota do fundo multimercado com o CDI, é observada desempenho médio de 102%, entretanto, a movimentação dos valores relativos aos recursos desse plano não permite transferir tal desempenho para a carteira, tendo alcançado 100,43% do CDI.

GRÁFICO 53. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

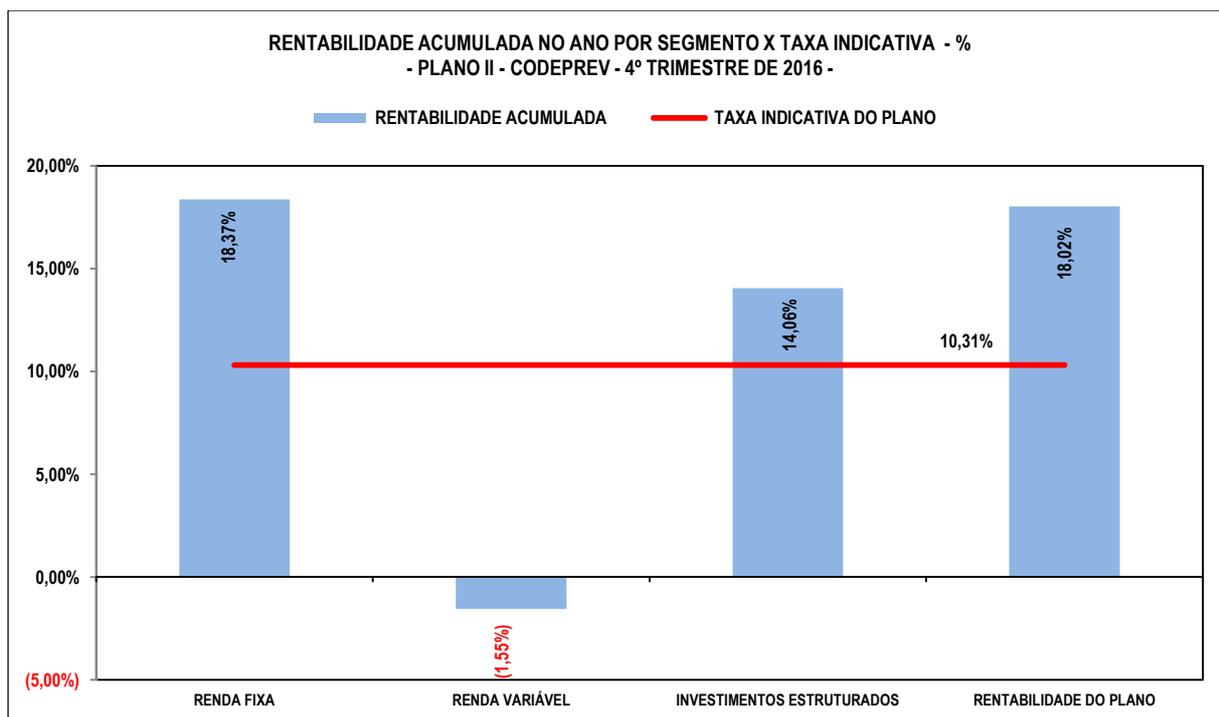


TABELA 26. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

RENTABILIDADE DO PLANO II/CD - CODEPREV - ACUMULADA - % -				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2016			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENTABILIDADE DO PLANO	1,26%	2,03%	18,02%	18,02%
TAXA INDICATIVA DO PLANO (*)	0,43%	1,25%	10,31%	10,31%
DIVERGÊNCIA S/TAXA INDICATIVA	0,83%	0,78%	7,71%	7,71%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,41%	2,20%	18,37%	18,37%
RENTABILIDADE DO PLANO	(1,94%)	(1,98%)	(1,55%)	(1,55%)
RENTABILIDADE DO PLANO	1,14%	3,35%	14,06%	14,06%

(*) - TAXA INDICATIVA DO PLANO : INPC + 3,50% a.a.

3.2.2 Operações Coursadas

A tabela abaixo explora os procedimentos operacionais na gestão da carteira própria, apresentando como ocorreram as operações realizadas envolvendo a **Compra e Venda de NTN's**. As operações de arbitragem no decorrer do exercício de 2016 agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2016/2020. As operações realizadas no decorrer do ano consistiram em dar continuidade concentração em investimentos de papeis mais curtos e de médio prazo, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo não apresentarem prêmios em relação às primeiras.

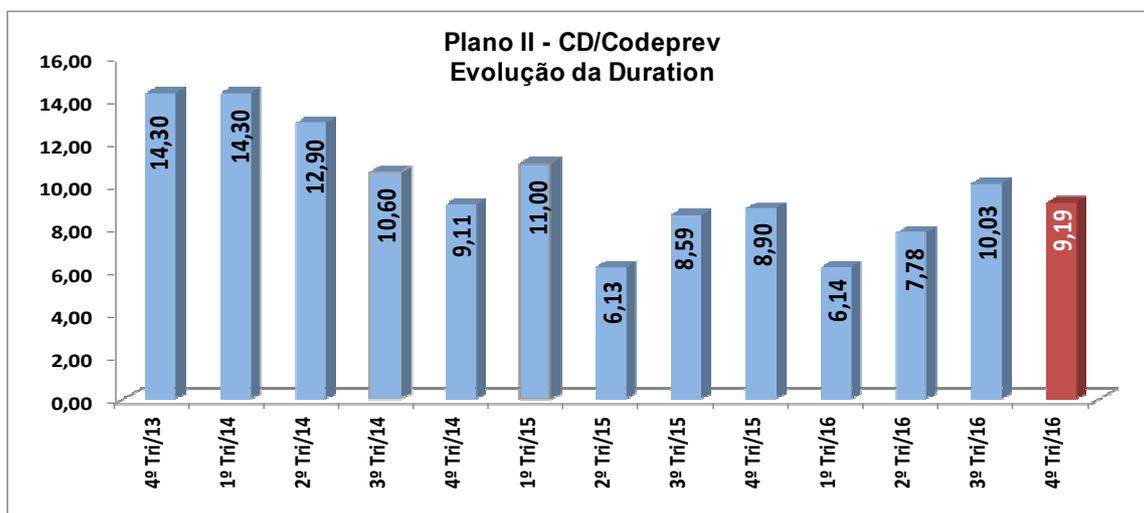
Cumprindo legislação vigente, a Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo o quadro das Operações Coursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B no decorrer do exercício de 2016, as quais se antecipam, tiveram suas taxas de aquisição respeitando o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela **ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos"**:

TABELA 27. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2016

OPERAÇÕES CURSADAS - TÍTULOS PÚBLICOS - EXERCÍCIO DE 2016						
PLANO II - CD / CODEPREV						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
02/02/2016	NTN-B 2019	5,8165	6,3000	6,5344	6,2700	1.892.423,59
22/03/2016	NTN-B 2023	5,9812	6,1712	6,7777	6,3100	955.936,92
	NTN-B 2035	5,9896	6,2311	6,7341	6,3600	7.077.912,95
05/09/2016	NTN-B 2050	5,3947	6,1551	6,0826	5,8700	813.925,10
28/09/2016	NTN-B 2035	5,4441	5,8013	6,1350	5,9000	2.737.015,73
	NTN-B 2045	5,4551	5,8197	6,1436	5,9300	1.822.598,34
TOTAL.....						15.299.812,63
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
07/01/2016	NTN-B 2035	6,9205	7,3238	7,5956	7,1600	843.430,70
02/02/2016	NTN-B 2035	7,0140	7,4641	7,6849	7,2600	2.816.177,11
04/03/2016	NTN-B 2016	6,9402	7,3267	7,7831	7,1000	948.693,60
22/03/2016	NTN-B 2016	6,9885	7,3520	7,9643	7,3000	8.032.447,44
20/04/2016	NTN-B 2021	5,8171	6,2600	6,5481	6,1600	743.454,45
18/05/2016	NTN-B 2017	5,7215	6,0960	6,3746	6,0300	1.073.043,37
15/06/2016	NTN-B 2050	5,7202	6,1234	6,4030	6,0300	798.972,12
12/08/2016	NTN-B 2026	5,4129	5,7841	6,1121	5,6600	9.474.710,08
05/09/2016	NTN-B 2019	5,7192	6,1751	6,4888	6,1400	1.607.793,33
28/09/2016	NTN-B 2055	5,3824	5,7500	6,0708	5,6800	4.558.663,99
05/10/2016	NTN-B 2022	5,5936	5,9000	6,3114	5,8800	3.027.669,29
03/11/2016	NTN-B 2026	5,5400	5,9251	6,2476	5,8400	862.844,59
17/11/2016	NTN-B 2050	5,6890	6,0942	6,3811	6,0000	470.579,14
02/12/2016	NTN-F 2027	11,6400	12,3400	12,8900	12,0500	855.621,92
12/12/2016	NTN-F 2027	10,3800	11,0600	11,6300	10,8500	829.797,67
TOTAL.....						36.943.898,80

3.2.3 Duration

GRÁFICO 54. EVOLUÇÃO DA DURATION - 4º TRIMESTRE DE 2016



A evolução da “Duration” do Plano II/CD-Codeprev no encerramento do 4º trimestre de 2016 alcançou 9,19 anos contra 8,90 anos no mesmo período de 2015. O aumento observado deveu-se a realização de operações de arbitragem entre os vencimentos curtos e longos, além de compra líquida dos vencimentos longos.

A estratégia adotada para o exercício de 2016 frente à crise que permeou o país - permitiu reduzir a volatilidade dos preços dos ativos a mercado e, conseqüentemente também do valor da Cota do Plano. Assim que o ambiente permitir, fazendo com que a curva de juros da economia se comporte dentro do padrão, operações de arbitragens serão possíveis no sentido inverso, permitindo novo aumento no duration.

3.2.4 Rentabilidade Bruta X Rentabilidade Líquida do Plano – Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013:

Em atendimento a **Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013**, que “dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos e dá outras providências”, apresentamos a seguir a **Rentabilidade Bruta X Rentabilidade Líquida do Plano II-CD/Codeprev** administrado pela São Francisco, conforme descrito no Inciso III, do art. 6º da referida Instrução:

Art. 6º- As informações referentes à política de investimentos e o demonstrativo de investimento dos recursos garantidores do plano de benefícios administrado pela EFPC, bem como as informações referentes às revisões da política devem conter, no mínimo:

III - tabela contendo a rentabilidade bruta e líquida de cada um dos segmentos de aplicação dos planos de benefícios da EFPC e do PGA, comparados à taxa atuarial estipulada, se existir, e índices de referência estabelecidos na política de investimentos.

QUADRO 18. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - ACUMULADA 2016

RENTABILIDADE BRUTA x LÍQUIDA - PLANO II/CD - CODEPREV - ACUMULADA - %		
EXERCÍCIO DE 2016		
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	RENTABILIDADE BRUTA	RENTABILIDADE LÍQUIDA
	NO ANO	NO ANO
RENDA FIXA	18,95%	18,27%
RENDA VARIÁVEL	(1,73%)	(1,55%)
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	14,45%	14,06%
RENTABILIDADE DO PLANO	18,61%	18,02%
TAXA INDICATIVA DO PLANO (*)	10,31%	10,31%
DIVERGÊNCIA S/TAXA INDICATIVA	8,30%	7,71%

(*) - TAXA INDICATIVA DO PLANO : INPC + 3,50% a.a.

- Rentabilidade Bruta:** Trata-se da rentabilidade produzida pelos ativos de investimentos, entretanto a PREVIC determinou a incorporação das Despesas registradas na Contabilidade dos Fundos de Investimentos no período considerado.
- Rentabilidade Líquida:** Trata-se da rentabilidade dos ativos de investimentos, deduzidos os custos da gestão interna.

3.2.5 Acompanhamento Orçamentário

TABELA 28. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS - CD

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	466.925,13	423.754,71	110,19%	4.592.930,56	4.254.369,84	107,96%	4.592.930,56	4.254.369,84	107,96%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	466.925,13	423.754,71	110,19%	4.592.930,56	4.254.369,84	107,96%	4.592.930,56	4.254.369,84	107,96%
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	466.925,13	423.754,71	110,19%	4.592.930,56	4.254.369,84	107,96%	4.592.930,56	4.254.369,84	107,96%
RENDA VARIÁVEL	-29.335,59	0,00	É DESPESA	-17.753,90	0,00	É DESPESA	-17.753,90	0,00	É DESPESA
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	-29.335,59	0,00	É DESPESA	-17.753,90	0,00	É DESPESA	-17.753,90	0,00	É DESPESA
FUNDOS DE AÇÕES	-29.335,59	0,00	É DESPESA	-17.753,90	0,00	É DESPESA	-17.753,90	0,00	É DESPESA
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	2.276,65	819,91	277,67%	32.105,15	8.916,03	360,08%	32.105,15	8.916,03	360,08%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	2.276,65	819,91	277,67%	32.105,15	8.916,03	360,08%	32.105,15	8.916,03	360,08%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-37.888,82	-14.304,06	264,88%	-448.877,62	-164.488,19	272,89%	-448.877,62	-164.488,19	272,89%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	401.977,37	410.270,56	97,98%	4.158.404,19	4.098.797,68	101,45%	4.158.404,19	4.098.797,68	101,45%
(i) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.									
(ii) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.									

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2016 registradas em “Valor Orçado” aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como “Valor Realizado”. O Fluxo dos Investimentos no encerramento do 4º trimestre de 2016 fechou com valor realizado de R\$ 4.158.404,19 contra o valor orçado de R\$ 4.098.797,68, maior em 101,45%. Contribuiu para este resultado final, a queda dos juros dos Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio de Renda Fixa, principalmente as NTN's/B precificadas a mercado.

3.3 CONTÁBIL

QUADRO 19. BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercício 2016	Exercício 2015	PASSIVO	Exercício 2016	Exercício 2015
DISPONÍVEL	1	1	EXIGÍVEL OPERACIONAL	71	28
			Gestão Previdencial	33	25
REALIZÁVEL	37.882	22.403	Investimentos	38	3
Gestão Previdencial	1.100	807			
Investimentos	36.782	21.596	PATRIMÔNIO SOCIAL	37.812	22.375
Títulos Públicos	35.083	21.477	Patrimônio de Cobertura do Plano	34.288	20.202
Fundos de Investimento	1.699	119	Provisões Matemáticas	34.288	20.202
			Benefícios Concedidos	37	-
			Benefícios a Conceder	34.251	20.202
			Fundos	3.524	2.173
			Fundos Previdenciais	3.524	2.173
TOTAL DO ATIVO	37.883	22.403	TOTAL DO PASSIVO	37.883	22.403

QUADRO 20. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	22.375	10.522	112,65
1. Adições	15.805	12.278	28,73
(+) Contribuições	11.646	10.010	16,35
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.158	2.268	83,36
2. Destinações	(368)	(425)	(13,43)
(-) Benefícios	(18)	(125)	(85,55)
(-) Custeio Administrativo	(350)	(300)	16,62
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	15.437	11.853	30,24
(+/-) Provisões Matemáticas	14.086	10.791	30,53
(+/-) Fundos Previdenciais	1.351	1.062	27,27
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	37.812	22.375	68,99

QUADRO 21. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
1. Ativos	37.883	22.403	69,10
Disponível	1	1	145,48
Recebível	1.100	807	36,34
Investimento	36.782	21.596	70,32
Títulos Públicos	35.083	21.477	63,35
Fundos de Investimento	1.699	119	1.329,11
2. Obrigações	71	28	150,26
Operacional	71	28	150,26
5. Ativo Líquido (1-2)	37.812	22.375	68,99
Provisões Matemáticas	34.288	20.202	69,73
Fundos Previdenciais	3.524	2.173	62,18

QUADRO 22. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3)	37.883	22.403	69,10
1. Provisões Matemáticas	34.288	20.202	69,73
1.1. Benefícios Concedidos	37	-	100,00
Contribuição Definida	37	-	100,00
Saldo de Contas - parcela assistidos	37	-	100,00
1.2. Benefício a Conceder	34.251	20.202	69,54
Contribuição Definida	34.251	20.202	69,54
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	16.947	9.974	69,92
Saldo de Contas - parcela participantes	17.304	10.228	69,18
2. Fundos	3.524	2.173	62,18
2.1. Fundos Previdenciais	3.524	2.173	62,18
3. Exigível Operacional	71	28	150,26
3.1. Gestão Previdencial	33	25	29,53
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial	38	3	1.228,24

QUADRO 23. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO II - CODEPREV

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	799	334	138,81
1.1. Receitas	799	334	138,81
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	350	300	16,61
Custeio Administrativo dos Investimentos	449	35	1.200,53
2. Despesas Administrativas	799	334	138,81
2.1. Administração Previdencial	645	300	114,94
Pessoal e encargos	496	280	77,09
Treinamentos/congressos e seminários	2	0	272,95
Viagens e estadias	3	0	738,81
Serviços de terceiros	110	10	952,29
Despesas gerais	16	4	349,04
Depreciações e amortizações	2	1	187,71
Tributos	13	3	377,64
Despesas Específicas - TAFIC	2	1	74,42
2.2. Administração dos Investimentos	154	35	346,21
Pessoal e encargos	104	22	374,91
Treinamentos/congressos e seminários	0	0	210,48
Viagens e estadias	1	0	448,37
Serviços de terceiros	25	7	269,47
Despesas gerais	12	3	311,63
Depreciações e amortizações	2	1	114,13
Tributos	10	2	431,35

3.3.1 Notas Explicativas

▪ **Composição do Ativo**

3.3.1.1 *Gestão Previdencial*

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 543 mil;
- b) Participantes – R\$ 555 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de dezembro/2016 para serem liquidadas no mês de janeiro/2017, as quais respeitam o regime de competência.

3.3.1.2 *Gestão Administrativa*

O valor registrado na conta denominada de gestão administrativa corresponde integralmente à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo, o plano CODEPREV não teve recursos em sobra para que se registrassem valores ao fundo, de formação pelo citado plano.

3.3.1.3 *Gestão de Investimentos*

Os registros do Programa de Investimentos detalham-se na tabela a seguir:

TABELA 29. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

	Valores em R\$ mil	
Plano Codeprev	2016	2015
Investimentos	36.782	21.477
Títulos Públicos	35.083	21.477
A vencimento	17.780	16.246
A mercado	17.303	5.231
Fundos de Investimento	1.699	0
Ações	1.482	0
Multimercado	217	119

Da tabela acima, destaca em relação ao total do **Programa de Investimentos**, os Títulos Públicos Federais - NTN/B que correspondem a 95,38% e o Fundo de Investimento, com 4,62%.

A gestão praticada pela Diretoria de Finanças e aprovada pelo **Comitê Estratégico de Investimentos – CEI**, na Carteira de Títulos Públicos Federais - NTN/B existentes no **Plano II/Codeprev** no decorrer do exercício de 2016, também sofreu sensível processo de modificação, tendo em vista a continuidade do alongamento de seus vencimentos e a adequação ao comportamento da Taxa Básica de Juros - Selic administrada pelo Comitê de Política Monetária-COPOM, com objetivo de rentabilizar o Plano: (i) - Devidamente atestada pelo AETQ e (ii) - Processo precedido de avaliação do Comitê Estratégico de Investimento - CEI.

a) **Aspectos Gerais:**

Os valores contábeis dos títulos e valores mobiliários e fundos de investimentos foram apurados segundo os critérios abaixo especificados:

- ✓ **Títulos Públicos Federais - NTN/B:** a Fundação São Francisco precificou-os pela curva de compra. Seus preços refletem o valor pago, acrescido do rendimento produzido pela aplicação da taxa de juros obtida na compra, deduzidos os valores eventualmente já recebidos;
- ✓ **Fundos de Investimento:** seguem as regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, segundo suas classificações, porém, como regra geral, os ativos integrantes da carteira do fundo estão precificados a mercado. Os preços dos títulos que compõem a carteira do fundo estão contabilizados pelo preço praticado nas transações cursadas no dia da apuração da cota.

b) Distribuição dos Investimentos:
TABELA 30. DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2015			
DESCRIÇÃO	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida Pública Mobiliária Federal	-	1.813	19.664
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	-	1.813	19.664
TOTAL	-	1.813	19.664

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2016			
DESCRIÇÃO	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida Pública Mobiliária Federal	1.110	2.375	31.598
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	1.110	2.375	29.856
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-F	-	-	1.742
TOTAL	1.110	2.375	31.598

c) Fundos de Investimentos:
TABELA 31. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

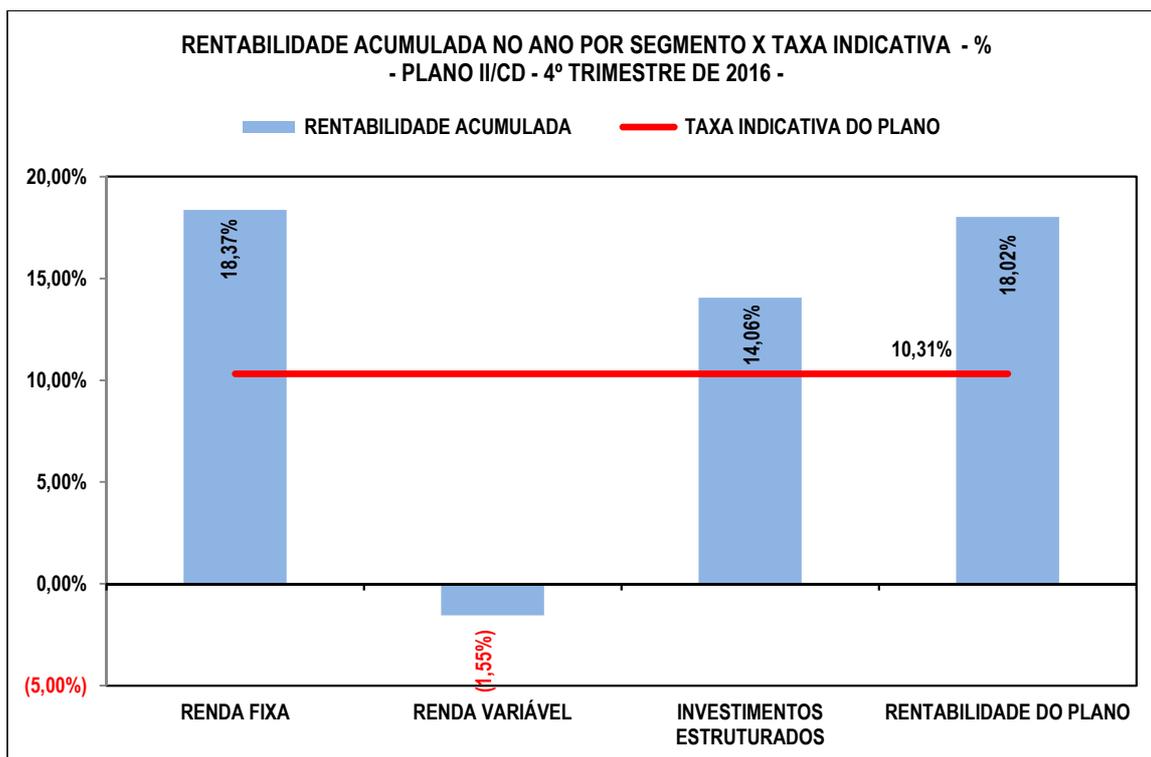
Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	SEM VENCIMENTO	SEM VENCIMENTO
	2016	2015
Multimercado	217	119
FIM - SAGA SNAKE - Gestor: SAGA	217	119
Fundos de Investimentos em Ações	1.482	-
FIA SAGA SF (SAGA)	1.482	-
TOTAL	1.699	119

d) Rentabilidade:

A Rentabilidade Nominal anual acumulada do Plano II-Codeprev de 2016, tendo por base o Fluxo dos Investimentos, atingiu o patamar de 18,02%, contra 16,42% alcançada em 2015. **A Taxa Indicativa do Plano estabelecida em INPC + 3,50% a.a.** para o exercício de 2016 ficou em 10,31%, contra 15,17% em 2015. Em comparação ao resultado dos Investimentos frente à Taxa Indicativa, evidencia um ganho de 7,71%, ou seja, uma rentabilidade 7,71% acima do mínimo necessário em relação à Taxa Indicativa do plano para o exercício.

GRÁFICO 55. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO



▪ **Composição do Passivo**

3.3.1.4 *Gestão Previdencial*

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, estando composta dos seguintes registros:

- a) Contribuição para custeio do PGA – R\$ 33 mil;

As contribuições p/Custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 3% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de janeiro/2017.

3.3.1.5 *Gestão dos Investimentos*

- a) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 38 mil;

O montante de R\$ 38 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefícios. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês dezembro/2016 e liquidado em janeiro/2017.

3.3.1.6 *Patrimônio Social*

- a) Provisões Atuariais;

As reservas constituídas, diferentemente do Plano de Benefícios I (BD), não são apuradas por atuário independente, são na realidade apuradas segundo a quantidade adquirida de cotas ao longo de toda a vida

laboral dos participantes. O valor resultante do total de cotas existente no plano multiplicada pelo valor da cota do plano define o montante das reservas.

3.3.1.7 Fundos

a. Previdencial:

O Fundo Previdencial é constituído pelo saldo, devidamente rentabilizado, das contribuições realizadas pelo participante e pelo patrocinador para cobertura dos benefícios de risco. O saldo atual perfaz R\$ 3.524 mil.

Diferem os dois planos na existência dos Fundos, uma vez que existe no CODEPREV e não no Plano de Benefícios I. Assim, no CODEPREV pode-se identificar o Fundo Coletivo de Risco, formado pelas contribuições de participantes e patrocinadores e rendimentos gerados pelo investimento do plano, o qual se destina a cobrir sinistros que impeçam aos participantes, na forma disciplinada pelo regulamento do plano, verterem suas contribuições até completarem 58 anos; o Fundo Patronal não Comprometido o qual é formado somente pelas contribuições não resgatadas pelos participantes, depositadas pelo patrocinador, quando da perda do vínculo empregatício com sua patrocinadora.

b. Administrativo:

Neste exercício encerrado o CODEPREV ainda não acumulou recursos, oriundo dos custeios menos os seus gastos. Dito de outra forma, todo o valor de custeio, pelo plano transferido ao PGA, foi empregado na cobertura dos gastos administrativos com a gestão do plano, apurados por critérios de rateio definidos anualmente por oportunidade da elaboração dos orçamentos.

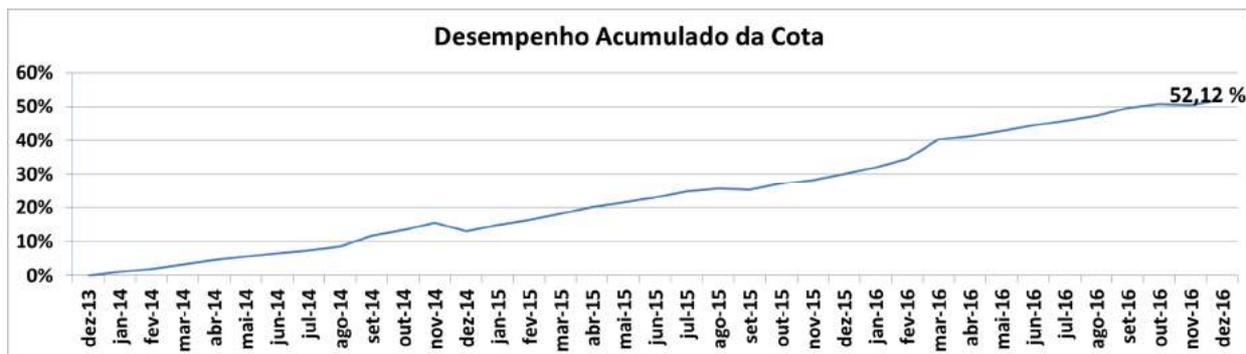
c. Investimento:

Neste plano não há contribuição para a formação desse Fundo, tendo em vista o fato de que não há ainda a constituição da carteira de empréstimo a participantes desse plano.

TABELA 32. EVOLUÇÃO DA COTA

EVOLUÇÃO DA COTA			
MÊS	VALOR	VARIAÇÃO % MENSAL	VARIAÇÃO % ACUMULADA
dez/13	1,01	1,12	0,00%
dez/14	1,14	-2,14	13,05%
dez/15	1,32	1,48	30,11%
jan/16	1,34	1,52	32,08%
fev/16	1,36	1,85	34,52%
mar/16	1,42	4,32	40,33%
abr/16	1,43	0,71	41,32%
mai/16	1,44	1,09	42,86%
jun/16	1,46	1,06	44,38%
jul/16	1,47	0,98	45,80%
ago/16	1,49	1,00	47,25%
set/16	1,51	1,63	49,65%
out/16	1,52	0,77	50,80%
nov/16	1,52	-0,22	50,46%
dez/16	1,54	1,11	52,12%

GRÁFICO 56. DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA



A variação da cota no período de 01/12/2013 à 31/12/2016 apresentou uma variação de 52,12%.

4 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

4.1 ADMINISTRAÇÃO

O Plano de Gestão Administrativa - PGA da São Francisco tem por finalidade a gestão de planos de benefícios previdenciais, com a prestação de serviços na gestão administrativa previdencial e administrativa de investimento.

GRÁFICO 57. RECURSOS RECEBIDOS

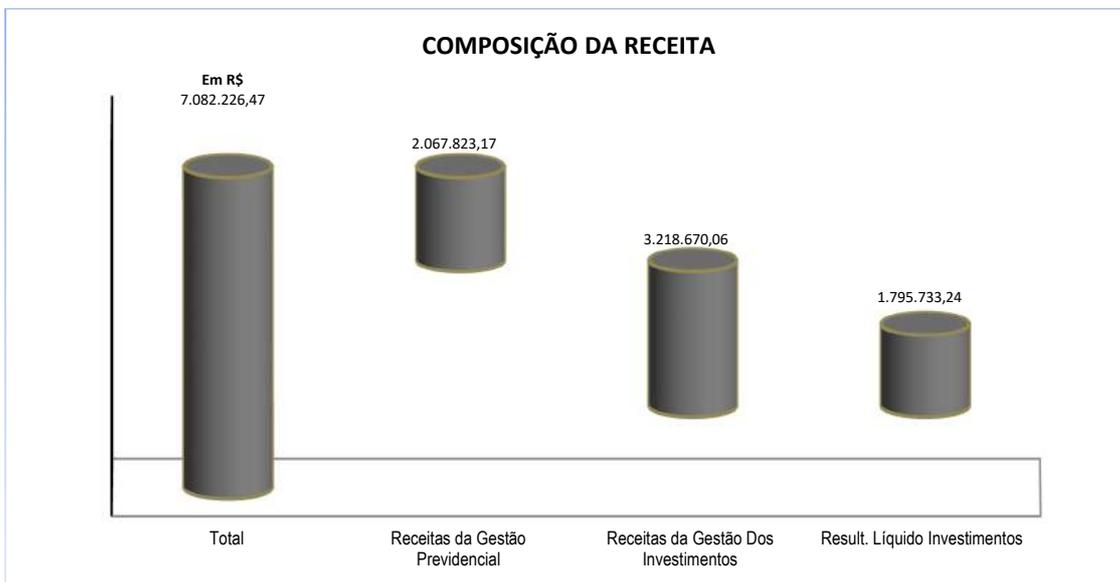
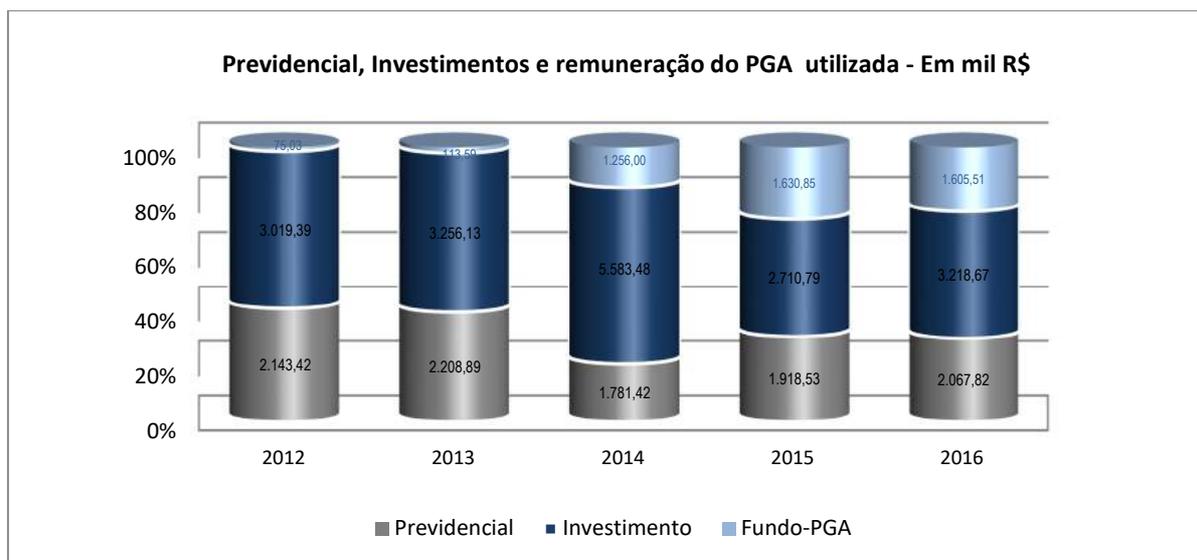


GRÁFICO 58. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS



As receitas do PGA são compostas exclusivamente por recursos procedentes das fontes definidas em seu Regulamento: taxas de carregamento incidente sobre as contribuições aos Planos I e II, conforme definidas nos respectivos Planos de Custeio; reembolso das despesas com a gestão dos investimentos; taxa de administração de empréstimos a Participantes e remuneração dos recursos do próprio PGA.

As despesas com a gestão administrativa dos investimentos, objeto de reembolsos ao PGA pelos planos, encontram-se registradas na conta contábil 4.2.2. A sua formação advém da sistemática de rateio dos gastos administrativos apropriados conforme definido na Diretriz Orçamentária, com base no funcionograma da entidade, entre gestão administrativa previdencial e a gestão administrativa de investimentos.

A remuneração dos investimentos é proveniente dos recursos próprios do PGA. Até o fim do exercício de 2016, os recursos nele existente foram constituídos integralmente pelo Plano I. O Plano II encontra-se em fase inicial de acumulação de reservas e não houve sobras que permitisse a formação de fundos específicos inerentes a esse plano.

GRÁFICO 59. DESPESAS REALIZADAS

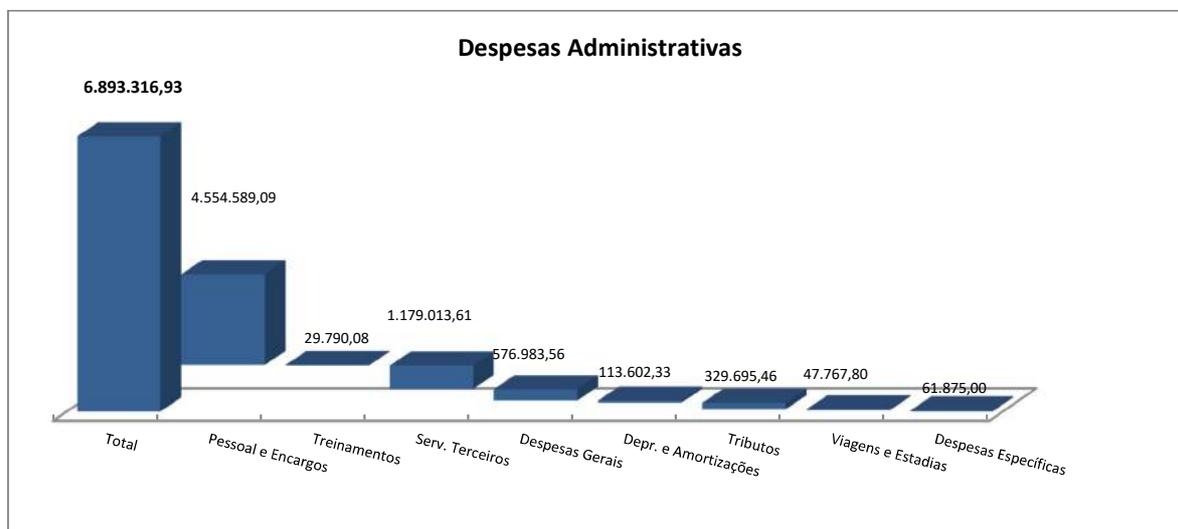
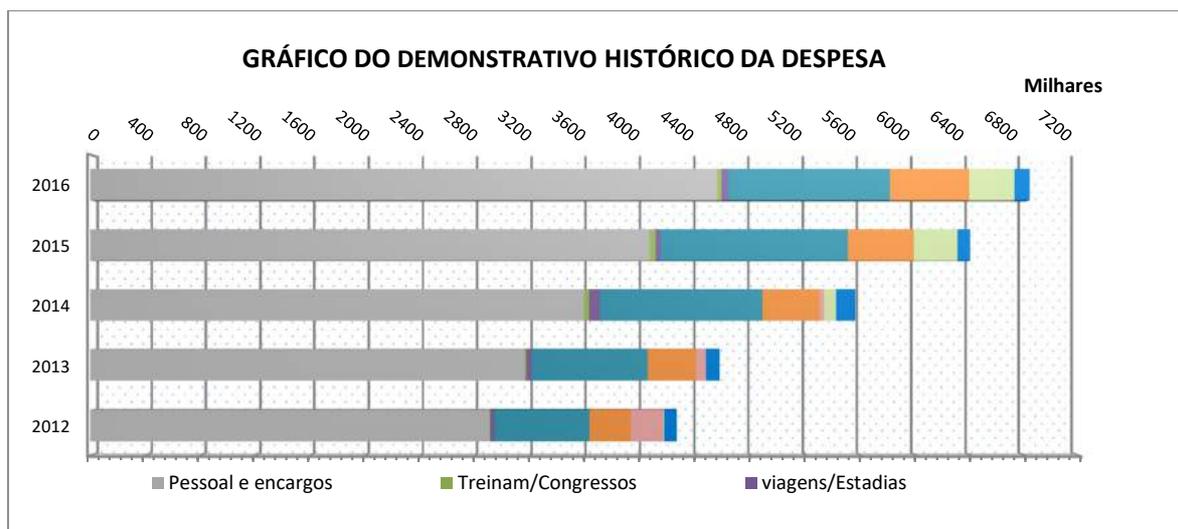


GRÁFICO 60. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA



QUADRO 24. ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO

DESCRIÇÃO	ADM PREVIDENCIAL	%	ADM INVESTIMENTOS	%	RESULTADO APLICAÇÃO	%	TOTAL	%
Receita	2.100.830,73	29,63	3.193.602,91	45,04	1.795.733,24	25,33	7.090.166,88	100
Despesa	3.699.714,02	53,67	3.193.602,91	46,33			6.893.316,93	100
Diferença	-1.598.883,29	(23,19)	0,00	0,00	1.795.733,24		196.849,95	2,78

A soma da receita arrecadada mais os rendimentos obtidos das aplicações financeiras do Fundo Administrativo cobriram todos os gastos e geraram uma sobra equivalente a 2,78%, os quais foram destinados à constituição do Fundo Administrativo do plano BD.

O IDG II – Indicadores de Desempenho de Gestão

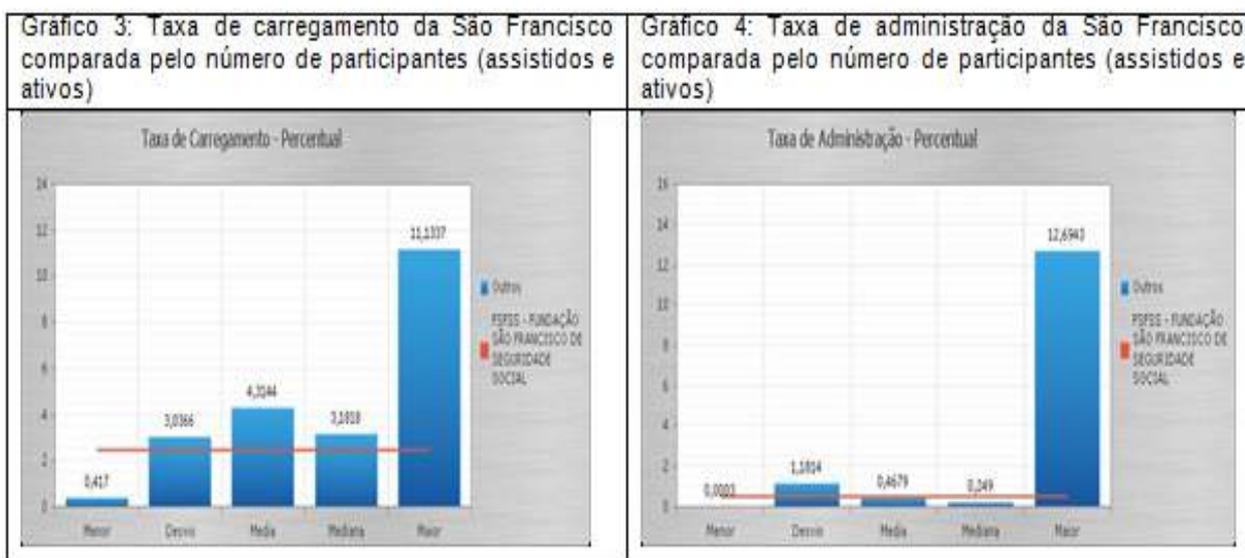
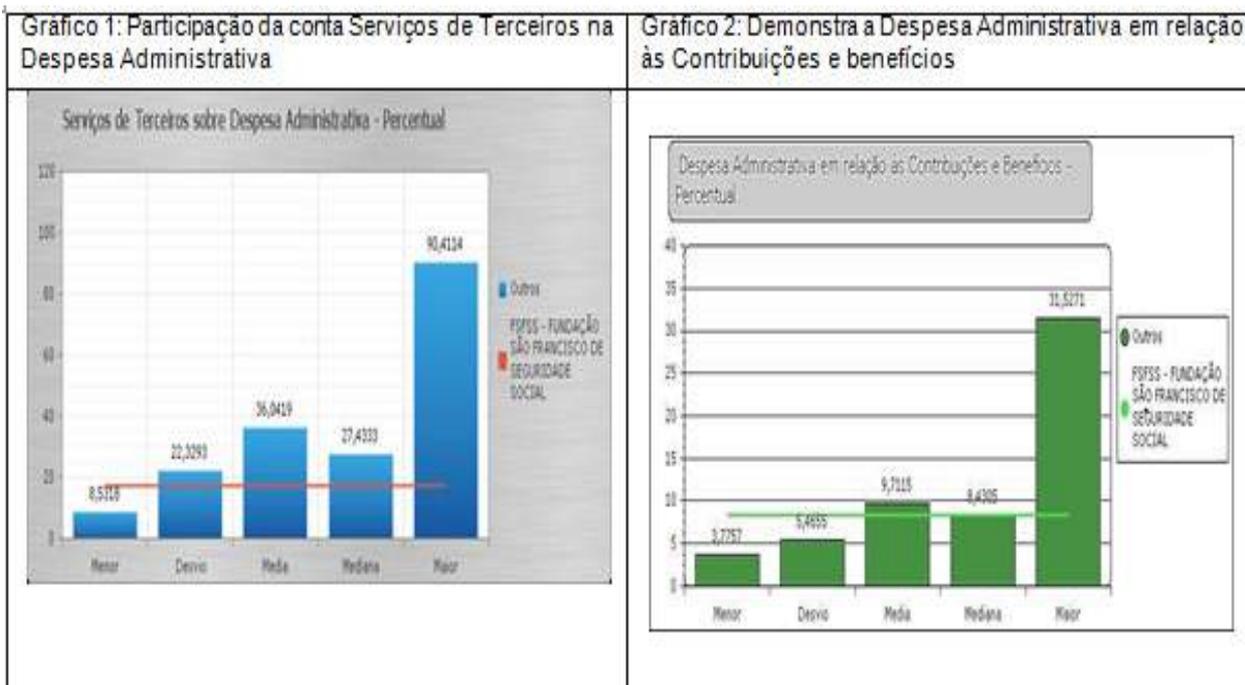
Abrimos esse parágrafo para apresentar os resultados do IDG II, são indicadores relevantes na avaliação do desempenho das entidades do segmento de previdência complementar fechada.

Essa ferramenta disponibilizada pela Abrapp se constitui em um sistema de informações comparativas que permite a análise da posição de cada entidade no mercado de fundos de pensão.

Os resultados coletados entre as entidades filiadas a Abrapp no ano de 2016 foram divulgados neste mês de março. A análise dessas informações permite comparar o desempenho da São Francisco com outras entidades e proporciona uma visão geral do comportamento das fundações por região ou de acordo com seu porte.

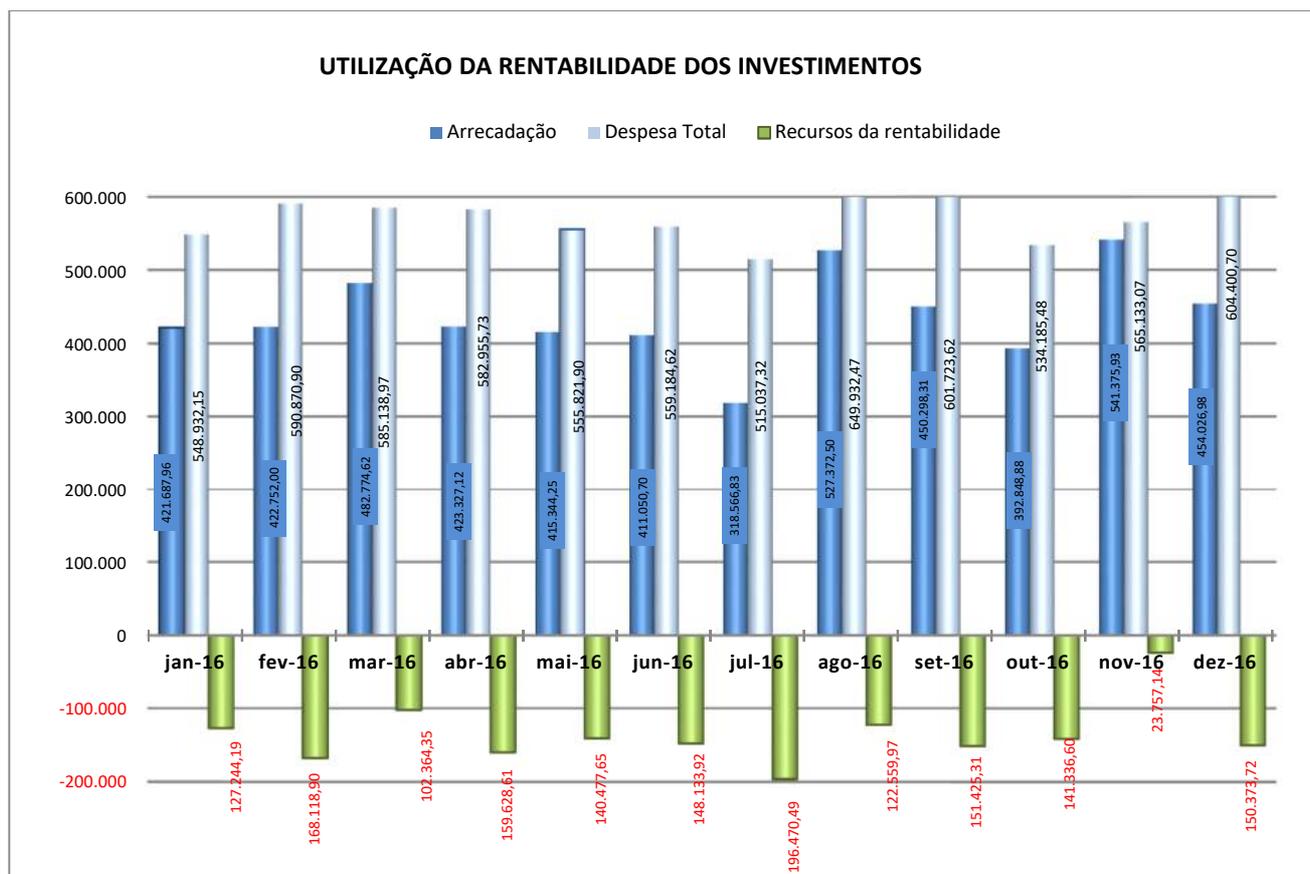
Objetivando mostrar a posição da Fundação entre as demais entidades do sistema, apresentamos abaixo os resultados obtidos nas comparações realizadas.

GRÁFICO 61. INDICADORES DE DESEMPENHO COMPARADO



Fonte: IDGII - ABRAPP

GRÁFICO 62. PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS



Conforme demonstrado no gráfico, houve necessidade de utilização de recursos provenientes dos rendimentos das aplicações para fazer face à cobertura do total dos gastos. Esses valores estão representados pelas colunas situadas abaixo de zero.

No exercício de 2016, o total dos gastos administrativos foi executado dentro das estimativas orçamentárias, registrando alterações relevantes em duas ocasiões, a saber;

- i) Em agosto, as despesas com Honorários advocatícios referentes ao processo da M. Brasil no valor de R\$ 114.732,66 e estudos relativos ao saldamento do Plano de Benefícios I -BD no valor de R\$ 27.694,66, superaram a estimativa orçamentária que era de R\$ 23.897,00. Contudo, o bom resultado das aplicações do PGA no mercado financeiro, suportaram os gastos ocorridos.
- ii) Em setembro ocorreu um bom resultado nas aplicações do fundo administrativo no mercado financeiro, com ganhos acima de 100% da média dos meses anteriores, gerando mais recursos para fazer face às despesas do exercício. Porém no mês seguinte se constatou o inverso, a arrecadação foi menor, exigindo maior utilização dos rendimentos das aplicações do fundo administrativo.
- iii) No mês de novembro o gráfico registra uma elevação da arrecadação. Esse acréscimo foi ocasionado pela aplicação do reajuste de salários na folha de pagamento da Codevasf.

QUADRO 25. CUSTEIO – BASE DE CÁLCULO E LIMITES LEGAIS

DADOS DOS PLANOS PARA O CUSTEIO ADMINISTRATIVO		LIMITE DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO (RES/CGPC 29/2009)	VALOR LIMITE
Soma das contribuições e dos benefícios	R\$ 108.659.399	9%	R\$ 9.779.345,91
Montante dos recursos garantidores	R\$ 638.828.829	1%	R\$ 6.388.288,29
		TRANSFERÊNCIA P/O CUSTEIO 1º SEMESTRE	
Valor transferido para o custeio administrativo p/fins de controle do limite			4,84
(Soma das receitas previdenciais e de investimentos)		5.261.426,08	0,82

O limite para o custeio administrativo, previsto na Resolução CGPC/Nº 29/2009, corresponde a 9% do somatório das despesas e receitas previdenciárias (taxa de carregamento) ou 1% do ativo total (taxa de administração). Assim, em 2016, como demonstrado no quadro acima, o custeio atendeu a ambos os limites.

Com relação aos indicadores de gestão, os mesmos constam do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, sendo que seus valores limites para 2016 foram estabelecidos pelo Conselho Deliberativo quando da aprovação do orçamento. Esses indicadores comportaram-se da seguinte forma:

- Custeio administrativo total em relação ao ativo total – limite estabelecido de 1,2%, sendo que esse percentual atingiu 1,09%.
- Despesa administrativa previdencial por número de participantes – limite de R\$ 2.000,00/participante/ano, sendo que esse valor ficou em R\$ 1.980,57/participante/ano.
- Despesa administrativa de investimentos em relação aos recursos garantidores – limite de 0,60%, sendo que percentual redundou em 0,50%.

Assim, os três indicadores de gestão administrativa adotados para 2016, tiveram seus valores no exercício situados dentro dos limites fixados pelo Conselho Deliberativo.

QUADRO 26. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	ORÇADO		REALIZADO		DIFERENÇA	
	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%
4º Trimestre DE 2016						
PESSOAL E ENCARGOS	3.955.856,79	65,53	3.969.329,09	63,41	(13.472,30)	-0,34
DIRIGENTES	1.095.403,80	18,15	1.220.466,14	19,50	(125.062,34)	-10,25
PESSOAL PRÓPRIO	2.860.452,99	47,39	2.748.862,95	43,91	111.590,04	4,06
TREINAMENTOS/CONGRESSOS	47.280,17	0,78	42.943,89	0,69	4.336,28	10,10
VIAGENS E ESTADIAS	55.886,65	0,93	33.807,99	0,54	22.078,66	65,31
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.082.129,30	17,93	1.282.067,01	20,48	(199.937,71)	-15,59
DESPESAS GERAIS	463.558,08	7,68	512.652,68	8,19	(49.094,60)	-9,6
TAFIC - PLANO I	81.112,56	1,34	44.000,00	0,70	37.112,56	84
TAFIC - PLANO II	9.012,48	0,15	1.075,00	0,02	7.937,48	738
TRIBUTOS	280.740,37	4,65	315.780,82	5,04	(35.040,45)	-11
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	150.815,28	2,50	103.591,03	1,65	47.224,25	45,59
TOTAL	6.036.266,64	100	6.260.172,51	100	(223.905,87)	-3,71



O orçamento de 2016 foi projetado com base nos gastos incorridos até o mês de outubro de 2015, último mês fechado contabilmente antes da elaboração do orçamento.

A execução orçamentária demonstrada no quando acima. Mostra que neste exercício, o total da despesa situou-se acima da previsão orçamentária em 3,71%. As contas orçamentárias que tiveram maior participação nesse resultado estão explanadas no parágrafo que esclarece a utilização dos recursos oriundos dos rendimentos das aplicações do PGA, ilustradas no Gráfico 5-Participação Do Rendimento Dos Investimentos.

Conclui-se que a projeção orçamentária se manteve aderente à despesa realizada e mesmo encerrando o exercício um pouco abaixo do realizado, devido aos fluxos eventuais como já informado, Fundação cumpriu todo o exercício de 2016 sem eventos que prejudicassem sua operação.

4.2 INVESTIMENTO

4.2.1 Enquadramento

O Plano de Gestão Administrativa - PGA objetiva a cobertura dos gastos com a administração da **Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO**, necessários às gestões dos Planos de Benefícios.

TABELA 33. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLÍTICA		DURATION	RATING	RENTABILIDADE								
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL	ALVO	CONCENTRAÇÃO EMISSÃO			out/16	nov/16	dez/16	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
															S/CDI	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 18	RENDA FIXA	10.768.176,62	100,00%	92,77%	100%		13,03		0,57%	0,71%	0,79%	2,08%	16,84%	16,84%	2,85%	4,40%	6,53%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	10.768.176,62	100,00%	92,77%	100,00%	100,00%	13,03		0,57%	0,71%	0,79%	2,08%	16,84%	16,84%	2,85%	4,40%	6,53%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	10.768.176,62	100,00%	92,77%	-	100,00%	13,03	Soberano	0,57%	0,71%	0,79%	2,08%	16,84%	16,84%	2,85%	4,40%	6,53%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	839.774,07	100,00%	7,23%	20%		-		1,07%	1,10%	1,14%	3,35%	14,08%	14,08%	0,09%	1,64%	3,77%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	839.774,07	100,00%	7,23%	10,00%		-		1,07%	1,10%	1,14%	3,35%	14,08%	14,08%	0,09%	1,64%	3,77%
	SAGA SNAKE FIM	839.774,07	100,00%	7,23%			-		1,07%	1,10%	1,14%	3,35%	14,08%	14,08%	0,09%	1,64%	3,77%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		11.607.950,69		100,00%			13,03		0,57%	0,74%	0,81%	2,13%	16,90%	16,90%	2,91%	4,46%	6,59%

O Enquadramento corresponde diretamente às decisões estratégicas e táticas de investimentos, as quais objetivaram alcançar rentabilidade compatível com a “Taxa de Referência do Plano” (INPC+5,50%), assim como os riscos compatíveis com os compromissos de cobertura dos gastos administrativos. A estrutura de investimento está concentrada nos **“Segmentos de Renda Fixa”** e **“Investimentos Estruturados”**, encontrando-se no encerramento do 4º Trimestre de 2016, em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2016/2020, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos acumularam no 4º Trimestre 2016 o valor total de R\$ 11.607.950,69 contra R\$ 11.270.162,21 em dezembro de 2015, registrando um crescimento nominal no período de 3,00%.

GRÁFICO 63. ENQUADRAMENTO LEGAL

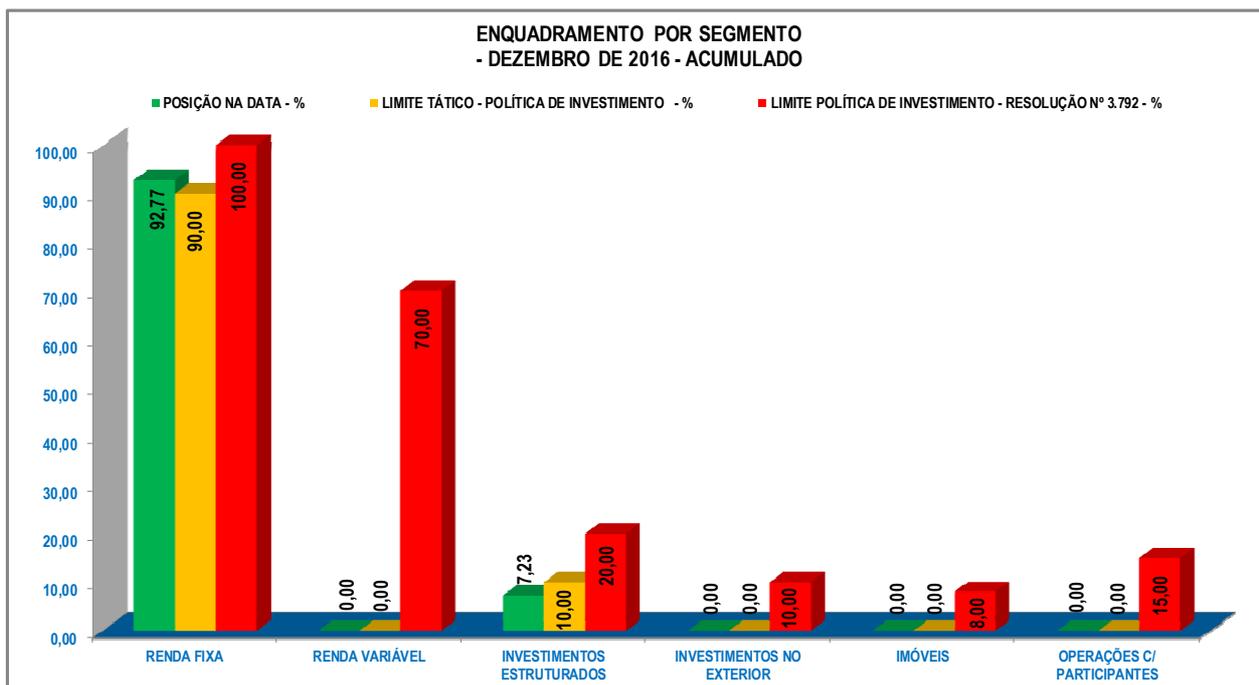


TABELA 34. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2015 x 2016 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31.12.2015		31.12.2016		LIMITES TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN MÁXIMO - %	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %
	VALOR	% DE ALOCAÇÃO	VALOR	% DE ALOCAÇÃO			
	- R\$ -		- R\$ -				
RENDA FIXA	11.185.691,96	99,25	10.768.176,62	92,77	90,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	0,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	84.470,25	0,75	839.774,07	7,23	10,00	20,00	10,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	11.270.162,21	100,00	11.607.950,69	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	10.258,23	↑ 3,00%	14.200,79				
(-) Exigível de Investimentos	0,00		0,00				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	11.280.420,44		11.622.151,48				

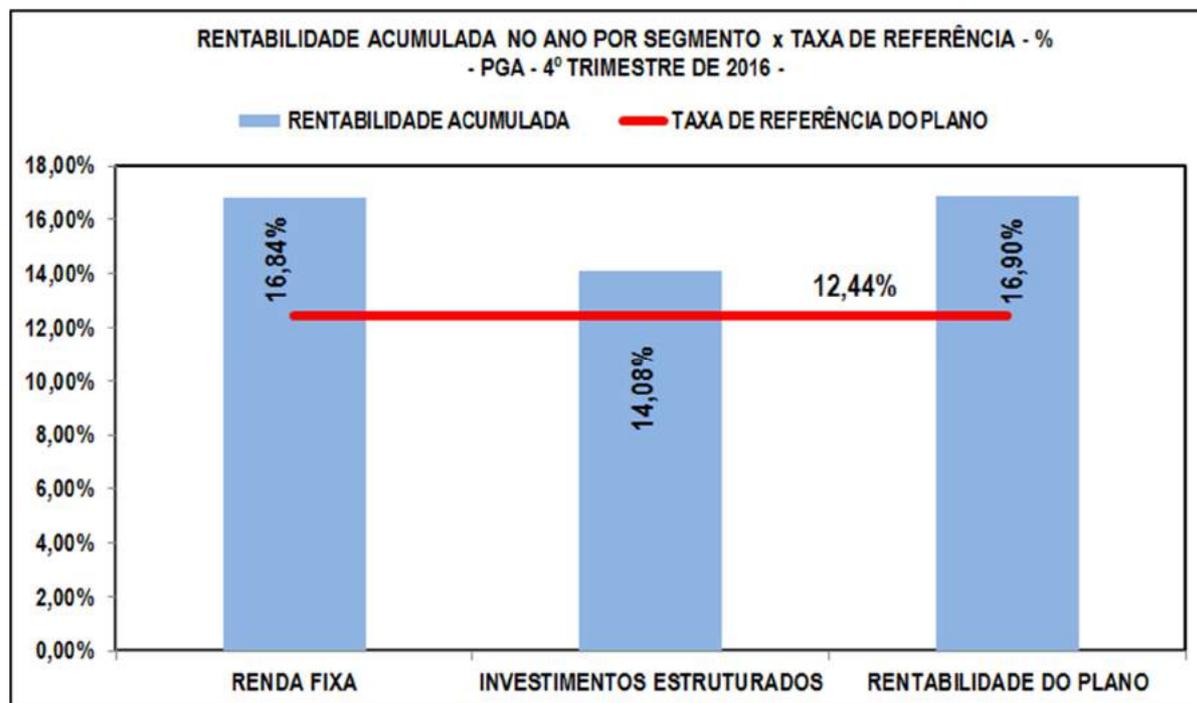
Comentários:

Destaca-se por oportuno a elevada concentração no Segmento de Renda Fixa, alocado em Títulos Públicos Federais - NTN/B, com 92,77% dos ativos de investimentos e a baixa concentração no Segmento de Investimentos Estruturados, este último, com 7,21% dos ativos de investimentos alocados em Fundo Multimercado, cuja finalidade é tão somente dar liquidez para pagamento das “Despesas Administrativas”. Dessa forma, é desprezível o desempenho obtido por esse veículo.

4.2.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do Plano de Gestão Administrativa - PGA, no 4º trimestre de 2016 foi de 2,13%, contra 5,49% registrada no 3º trimestre de 2016, acumulando no ano um desempenho positivo de 16,90%. Descontada a Taxa de Referência (INPC sem defasagem + 5,50% a.a.), que atingiu 12,44%, o desempenho dos investimentos do Plano ficou acima da Taxa de Referência em 4,46%.

Destaca-se por oportuno a elevada concentração no Segmento de Renda Fixa, alocado em Títulos Públicos Federais - NTN/B, com 92,77% dos ativos de investimentos e a baixa concentração no Segmento de Investimentos Estruturados, este último, com 7,21% dos ativos de investimentos alocados em Fundo Multimercado, cuja finalidade é tão somente dar liquidez para pagamento das “Despesas Administrativas”. Dessa forma, é desprezível o desempenho obtido por esse veículo.

GRÁFICO 64. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

TABELA 35. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

RENTABILIDADE DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA - ACUMULADA - % -				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2016			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,79%	2,08%	16,84%	16,84%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,14%	3,35%	14,08%	14,08%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,81%	2,13%	16,90%	16,90%
TAXA DE REFERÊNCIA	0,59%	1,73%	12,44%	12,44%
DIVERGÊNCIA S/TAXA DE REFERÊNCIA	0,22%	0,40%	4,46%	4,46%
(*) - TAXA DE REFERÊNCIA : INPC + 5,50% a.a.				

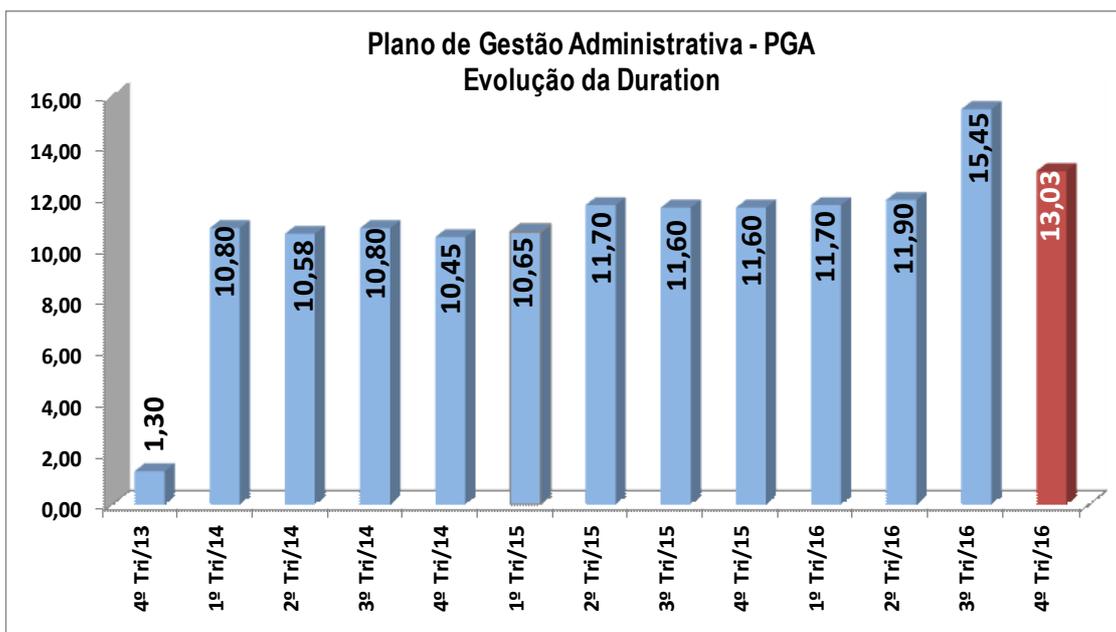
4.2.3 Operações Coursadas

TABELA 36. OPERAÇÕES CURSADAS

OPERAÇÕES CURSADAS - TÍTULOS PÚBLICOS - EXERCÍCIO DE 2016						
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
13/04/2016	NTN-B 2019	5,9655	6,2400	6,6975	6,3400	435.253,04
28/09/2016	NTN-B 2050	5,3965	5,7900	6,0849	5,8700	3.021.315,32
24/10/2016	NTN-B 2019	5,6100	6,0200	6,3900	6,0800	994.508,87
TOTAL.....						3.456.568,36
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
28/09/2016	NTN-B 2055	5,3824	5,7500	6,0708	5,6800	3.019.129,02

4.2.4 Duration

GRÁFICO 65. EVOLUÇÃO DA DURATION



No encerramento do 4º trimestre de 2016 o “Duration” alcançou 13,03 anos contra 11,60 anos alcançados no 4º trimestre de 2015, apresentando aumento de 1,43 anos no decorrer do período, motivado pelo do vencimento final de títulos públicos existentes na carteira e alocação em títulos mais longos.

4.2.5 Rentabilidade Bruta X Rentabilidade Líquida do Plano – Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013:

Em atendimento a **Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013**, que “*dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos e dá outras providências*”, apresentamos a seguir a **Rentabilidade Bruta X Rentabilidade Líquida do Plano de Gestão Administrativa - PGA** administrado pela São Francisco, conforme descrito no Inciso III, do art. 6º da referida Instrução:

Art. 6º- As informações referentes à política de investimentos e o demonstrativo de investimento dos recursos garantidores do plano de benefícios administrado pela EFPC, bem como as informações referentes às revisões da política devem conter, no mínimo:

III - tabela contendo a rentabilidade bruta e líquida de cada um dos segmentos de aplicação dos planos de benefícios da EFPC e do PGA, comparados à taxa atuarial estipulada, se existir, e índices de referência estabelecidos na política de investimentos.

QUADRO 27. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - ACUMULADA 2016

RENTABILIDADE BRUTA x LÍQUIDA - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA - ACUMULADA - %		
EXERCÍCIO DE 2016		
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	RENTABILIDADE BRUTA	RENTABILIDADE LÍQUIDA
	NO ANO	NO ANO
RENDA FIXA	16,84%	16,84%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	14,08%	14,08%
RENTABILIDADE DO PLANO	16,90%	16,90%
TAXA DE REFERÊNCIA (*)	12,44%	12,44%
DIVERGÊNCIA S/TAXA DE REFERÊNCIA	4,46%	4,46%

(*) - TAXA DE REFERÊNCIA : INPC + 5,50% a.a.

- Rentabilidade Bruta:** Trata-se da rentabilidade produzida pelos ativos de investimentos, entretanto a PREVIC determinou a incorporação das Despesas registradas na Contabilidade dos Fundos de Investimentos no período considerado.
- Rentabilidade Líquida:** Trata-se da rentabilidade dos ativos de investimentos, deduzidos os custos da gestão interna.

4.2.6 Acompanhamento Orçamentário

O Fluxo dos Investimentos no encerramento do 4º trimestre de 2016 possui valor realizado de R\$ 1.795.733,24 contra o valor orçado de R\$ 1.703.190,16 ou seja, 105,43% - maior que o projetado. O pequeno desvio foi provocado devido à queda dos juros das NTN's de longo prazo marcadas a mercado existentes na carteira do Plano.

TABELA 37. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	83.908,47	140.726,32	59,63%	1.759.567,22	1.672.839,28	105,18%	1.759.567,22	1.672.839,28	105,18%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	83.908,47	140.726,32	59,63%	1.759.567,22	1.672.839,28	105,18%	1.759.567,22	1.672.839,28	105,18%
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	83.908,47	140.726,32	59,63%	1.759.567,22	1.672.839,28	105,18%	1.759.567,22	1.672.839,28	105,18%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	9.689,56	1.001,02	967,97%	36.166,02	30.350,88	119,16%	36.166,02	30.350,88	119,16%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	9.689,56	1.001,02	967,97%	36.166,02	30.350,88	119,16%	36.166,02	30.350,88	119,16%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	93.598,03	141.727,34	66,04%	1.795.733,24	1.703.190,16	105,43%	1.795.733,24	1.703.190,16	105,43%

(i) **NO MÊS:** é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS:** é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

4.3 CONTÁBIL
4.3.1 Enquadramento
QUADRO 28. ENQUADRAMENTO

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercício 2016	Exercício 2015	PASSIVO	Exercício 2016	Exercício 2015
DISPONÍVEL	14	10	EXIGÍVEL OPERACIONAL	597	504
			Gestão Administrativa	597	504
REALIZÁVEL	15.800	15.157			
Gestão Administrativa	4.192	3.887			
Investimentos	11.608	11.270	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.057	4.774
Títulos Públicos	10.768	11.186	Gestão Administrativa	5.057	4.774
Fundos de Investimento	840	84			
PERMANENTE	3.104	3.179	PATRIMÔNIO SOCIAL	13.264	13.067
Imobilizado	3.080	3.146	FUNDOS	13.264	13.067
Diferido	25	33	Fundos Administrativos	13.264	13.067
TOTAL DO ATIVO	18.919	18.346	TOTAL DO PASSIVO	18.919	18.346

QUADRO 29. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.067	12.941	0,98
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.090	6.387	11,01
1.1. Receitas	7.090	6.387	11,01
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.068	1.919	7,78
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.194	2.680	19,17
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	33	31	6,43
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.796	1.758	2,17
2. Despesas Administrativas	6.893	6.260	10,11
2.1. Administração Previdencial	3.700	3.580	3,33
Pessoal e encargos	2.595	2.363	9,80
Treinamentos/congressos e seminários	19	31	(37,92)
Viagens e estadias	31	21	44,26
Serviços de terceiros	534	683	(21,82)
Despesas gerais	275	246	11,83
Depreciações e amortizações	57	52	10,09
Tributos	187	183	2,14
Despesas Específicas	2	1	74,42
2.2. Administração dos Investimentos	3.194	2.680	19,17
Pessoal e encargos	1.960	1.606	22,02
Treinamentos/congressos e seminários	10	12	(11,14)
Viagens e estadias	17	12	36,19
Serviços de terceiros	645	599	7,66
Despesas gerais	302	197	53,49
Depreciações e amortizações	56	52	9,24
Tributos	142	132	7,54
Despesas Específicas	60	69	(13,04)
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	197	127	55,40
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	197	127	55,40
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	13.264	13.067	1,51

QUADRO 30. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO I - BD

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.067	12.941	0,98
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.292	6.052	3,95
1.1. Receitas	6.292	6.052	3,95
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.718	1.619	6,15
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.745	2.645	3,76
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	33	31	6,43
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.796	1.758	2,17
2. Despesas Administrativas	6.095	5.926	2,85
2.1. Administração Previdencial	3.055	3.281	(6,87)
Pessoal e encargos	2.098	2.083	0,74
Treinamentos/congressos e seminários	18	31	(42,65)
Viagens e estadias	28	21	32,78
Serviços de terceiros	424	672	(36,92)
Despesas gerais	258	242	6,72
Depreciações e amortizações	55	51	7,38
Tributos	174	181	(3,57)
2.2. Administração dos Investimentos	3.040	2.645	14,91
Pessoal e encargos	1.856	1.584	17,14
Treinamentos/congressos e seminários	10	12	(14,16)
Viagens e estadias	16	12	29,91
Serviços de terceiros	620	593	4,68
Despesas gerais	291	194	49,77
Depreciações e amortizações	55	51	7,65
Tributos	132	130	1,12
Despesas Específicas - TAFIC	60	69	(13,04)
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4)	197	127	55,40
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	197	127	55,40
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	13.264	13.067	1,51

QUADRO 31. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO II – CODEPREV

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	799	334	138,81
1.1. Receitas	799	334	138,81
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	350	300	16,61
Custeio Administrativo dos Investimentos	449	35	1.200,53
2. Despesas Administrativas	799	334	138,81
2.1. Administração Previdencial	645	300	114,94
Pessoal e encargos	496	280	77,09
Treinamentos/congressos e seminários	2	0	272,95
Viagens e estadias	3	0	738,81
Serviços de terceiros	110	10	952,29
Despesas gerais	16	4	349,04
Depreciações e amortizações	2	1	187,71
Tributos	13	3	377,64
Despesas Específicas - TAFIC	2	1	74,42
2.2. Administração dos Investimentos	154	35	346,21
Pessoal e encargos	104	22	374,91
Treinamentos/congressos e seminários	0	0	210,48
Viagens e estadias	1	0	448,37
Serviços de terceiros	25	7	269,47
Despesas gerais	12	3	311,63
Depreciações e amortizações	2	1	114,13
Tributos	10	2	431,35

4.3.2 Custeio

O quadro abaixo mostra os valores de receitas e despesas do PGA e seu enquadramento legal.

QUADRO 32. AVALIAÇÃO DO CUSTEIO TOTAL

<i>Custeio Total</i>				
<i>Descrição</i>		<i>Valor</i>	<i>Despesas / Receitas em %</i>	<i>%DESPESA EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL</i>
<i>Receita</i>	<i>Custeio de Carregamento</i>	2.068	29%	
	<i>Custeio dos Investimentos</i>	3.227	46%	
	<i>Fluxo dos Investimentos - PGA</i>	1.796	25%	
	Total	7.090	100%	
<i>Despesa</i>	<i>Previdencial</i>	3.700	52%	52%
	<i>Investimentos</i>	3.194	45%	45%
	<i>Provisão PIS/CONFINS/CSLL</i>	274	4%	4%
	Total	7.168	100%	100%

QUADRO 33. VALORES APURADOS DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO	VALORES APROPRIADOS R\$ mil	LIMITES LEGAIS R\$ mil	
		TAXA CARREGAMENTO 9%	TAXA ADMINISTRATIVA 1%
Recursos Garantidores	638.046		6.380
Recursos Previdenciais (Receita+Despesa)	108.659	9.779	
		LIMITES APURADOS %	
Custeio Total	7.090	6,53	1,11
Custeio Arrecadado do Exercício	5.294	4,87	0,83
Custeio Previdencial	2.068		
Custeio Investimento	3.227		
Fluxo dos Investimentos - PGA	1.796		

O total do custeio transferido dos planos para o PGA foi de R\$ 5.294 mil correspondendo a 4,87% do total dos Recursos Previdenciais (taxa de carregamento), quando seu limite legal é de no máximo 9%. A taxa de carregamento foi estabelecida pelo Conselho Deliberativo como limite para o custeio administrativo, em atendimento ao Parágrafo único do art 6º da Resolução/CGPC/ nº 29, de 31 de agosto de 2009.

Os fundamentos destas notas encontram-se detalhadas nos arts. 22 e 23 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, no art. 2º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, nos arts. 11, inciso VIII, e 25, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e no art. 3º da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006.

4.3.3 Notas Explicativas

4.3.3.1 Ativo Realizável

4.3.3.1.1 Gestão Administrativa

- a) Contribuição p/ Custeio do PGA – R\$ 150 mil;
- b) Adiantamentos a Empregados/Férias – R\$ 56 mil;
- c) Cobertura c/ Custeio dos Investimentos – R\$ 270 mil;
- d) Depósitos Judiciais e Recursais – R\$ 3.689 mil.

Na letra “a” os registros correspondem ao repasse da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições realizadas no mês de dezembro/2016, as quais serão liquidas no mês de janeiro/2017.

A letra “b” refere-se à provisão de adiantamento de férias paga aos empregados da Fundação. Os valores são ressarcidos em até 10 prestações, descontadas mensalmente na folha dos empregados.

A letra “c” refere-se à apropriação do repasse oriunda dos Planos de Benefícios a ser realizado no mês de janeiro/2017. Os valores foram provisionados em dezembro/2016 nos Planos de Benefícios como custeio a pagar e, no PGA, como receita a receber.

A letra “d” corresponde aos depósitos de PIS, COFINS e IR, depositados em juízo. Destaque para o PIS e COFINS com os valores de R\$ 462 mil e R\$ 3.171 mil, respectivamente, conforme extrato judicial encaminhado pelo **JCMB Advogados e Consultores**.

4.3.3.1.2 Gestão de Investimentos

Os investimentos do Programa de Gestão Administrativa - PGA estão distribuídos da seguinte forma:

QUADRO 34. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Valores em R\$ mil

Plano de Gestão Administrativa	2016	2015
Investimentos	11.608	11.270
Títulos Públicos	10.768	11.186
A vencimento	9.483	8.726
A mercado	1.285	2.459
Fundos de Investimento	840	84
Multimercado	840	84

Do quadro acima, destaca-se em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais - NTN/B que correspondem a 92,76% e o Fundo de Investimento Multimercado, com 7,24%.

No decorrer do exercício de 2016, a Carteira de Títulos Públicos Federais - NTN/B existentes no Plano de Gestão Administrativa - PGA, a gestão praticada pela Diretoria de Finanças e aprovada pelo Comitê Estratégico de Investimentos - CEI, também sofreu sensível processo de modificação, tendo em vista a continuidade do alongamento de seus vencimentos e a adequação ao comportamento da Taxa Básica de Juros - Selic administrada pelo Comitê de Política Monetária-COPOM, com objetivo de rentabilizar o Plano: **(i)** - Devidamente atestada pelo AETQ e **(ii)** - Processo precedido de avaliação do Comitê Estratégico de Investimento - CEI.

a) Aspectos Gerais:

Os valores contábeis dos títulos e valores mobiliários e fundos de investimentos foram apurados segundo os critérios abaixo especificados:

✓ Títulos Públicos Federais - NTN/B: A Fundação São Francisco precificou-os pela curva de compra. Seus preços refletem o valor pago, acrescido do rendimento produzido pela aplicação da taxa de juros obtida na compra, deduzidos os valores eventualmente já recebidos;

✓ Fundos de investimentos: seguem as regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, segundo suas classificações, porém, como regra geral, os ativos integrantes da carteira do fundo estão precificados a “Mercado”. Os preços dos títulos que compõem a carteira do fundo estão contabilizados pelo preço praticado nas transações cursadas no dia da apuração da cota.

b) Distribuição dos Investimentos:
QUADRO 35. DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2015			
DESCRIÇÃO	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida Pública Mobiliária Federal	-	2.459	8.726
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	-	2.459	8.726
TOTAL	-	2.459	8.726

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2016			
DESCRIÇÃO	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida Pública Mobiliária Federal	-	1.285	9.483
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	-	1.285	9.483
TOTAL	-	1.285	9.483

c) Fundos de Investimentos:
QUADRO 36. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	SEM VENCIMENTO 2016	SEM VENCIMENTO 2015
Multimercado	840	84
FIM - SAGA SNAKE - Gestor: SAGA	840	84
TOTAL	840	84

Observações:

Diante da inadimplência dos emissores estão constituídas provisões para perda em estrita observação à legislação vigente, conforme demonstrado no quadro a seguir. Esclarece-se por oportuno que, o resultado produzido pelos investimentos e consignados como patrimônio social estão líquidos das referidas provisões, portanto, seu impacto já está consignado como resultado do exercício em que ocorreram.

d) Investimentos Imobiliários:

O quadro abaixo evidencia a distribuição dos investimentos no Segmento de Imóveis existentes na carteira:

QUADRO 37. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

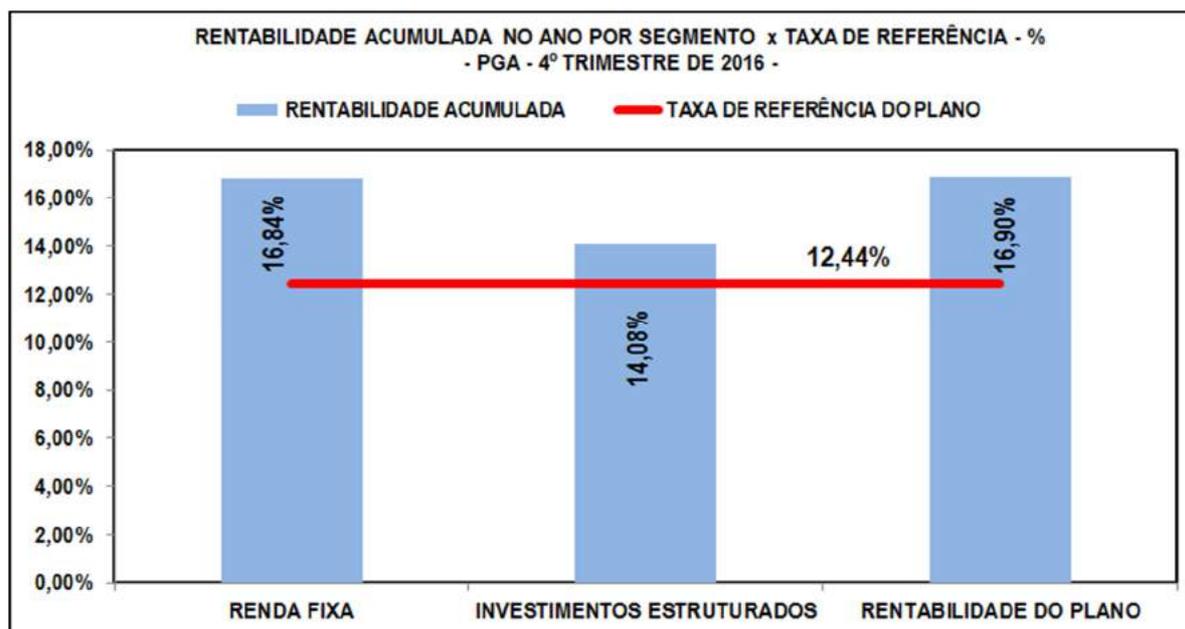
Valores em R\$ mil

ITENS	DESCRIÇÃO DO BEM	2016	2015
1	SBN QUADRA 02 - BLOCO "H" - EDIFÍCIO CENTRAL BRASÍLIA - BRASÍLIA-DF - 10 (DEZ) SALAS.	2.982	3.042
TOTAL		2.982	3.042

e) Rentabilidade do Plano:

A Rentabilidade Nominal anual acumulada do Plano de Gestão Administrativa - PGA de 2016, tendo por base o Fluxo dos Investimentos, atingiu o patamar de 16,90%, contra uma Taxa Referencial (INPC + 5,50 % a.a.) que atingiu no exercício 12,44%, proporcionando ao Plano no período considerado uma variação acima da Taxa de Referência de 4,46%.

GRÁFICO 66. RENTABILIDADE ACUMULADA NO ANO



QUADRO 38. RENTABILIDADE – PGA - ACUMULADA

RENTABILIDADE DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA - ACUMULADA - % -				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2016			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,79%	2,08%	16,84%	16,84%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,14%	3,35%	14,08%	14,08%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,81%	2,13%	16,90%	16,90%
TAXA DE REFERÊNCIA	0,59%	1,73%	12,44%	12,44%
DIVERGÊNCIA S/TAXA DE REFERÊNCIA	0,22%	0,40%	4,46%	4,46%
(*) - TAXA DE REFERÊNCIA : INPC + 5,50% a.a.				

f) Provisão para Perda
QUADRO 39. PROVISÃO PARA PERDA

Valores em R\$ mil

ITENS	DATA	ATIVOS	INSTITUIÇÕES	VALOR PROVISIONADO 2016	VALOR PROVISIONADO 2015
1	30/06/2011	CDB's / PÓS-FIXADOS	BANCO MORADA S/A	59	59
TOTAL				59	59

4.3.3.2 Passivo Realizável
4.3.3.2.1 Gestão Administrativa

- a) Contas a Pagar/ Fornecedores/ Serviços de Terceiros/ Taxas – R\$ 524 mil. No entanto, as mais representativas correspondem a R\$ 153 mil relativo à Serviço de Terceiros e R\$ 256 mil referente às Provisões Salariais;
- b) Retenções a Recolher (valores de IR retidos sobre salários e de IR, PIS e COFINS de fornecedores e prestadores de serviço a serem repassados fundamentalmente ao governo) – R\$ 47 mil. Nessa conta o mais representativo corresponde ao IR retido sobre salários R\$ 42 mil;

Os valores correspondem a provisões na competência relativamente ao mês de dezembro/2016, as quais serão liquidadas em janeiro/2017.

4.3.3.3 Exigível Contingencial
4.3.3.3.1 Gestão Administrativa

- a) Provisão de PIS – R\$ 462 mil;
- b) Provisão de COFINS – R\$ 3.171 mil;
- c) Provisão de IR – R\$ 56 mil;
- d) Provisão de CSLL – R\$ 1.368 mil.

Os valores especificados nas letras “a”, “b” e “c”, correspondem a depósitos judiciais. A Entidade, em 06 de março de 2006, moveu contra a Delegacia da Receita Federal de Brasília, mandado de segurança preventivo com pedido de medida liminar no processo nº 2009.34.00.008213-4, transitando na 4ª Vara Federal de Brasília/DF. O objetivo da ação é buscar o entendimento adequado ao tratamento tributário a vigorar sobre os recursos dos planos de previdência, uma vez que a entidade entende que as contribuições sociais - PIS e COFINS não têm por base de cálculo valores aportados por participantes e patrocinadora.

Com fulcro na Lei Complementar nº 109/2001, principalmente, se insurge a fundação contra a exigência de proceder ao pagamento das contribuições citadas, ante o fato de ela não possuir faturamento. A Lei 9.718/1998, que criou as contribuições sociais, fala de faturamento, logo, não havendo o pressuposto, a obrigatoriedade da exigência, por parte da Receita Federal, se configura como ato inconstitucional, na opinião da Fundação.

É vital apresentar o “*modus operandis*” para a constituição das provisões: **(I)** na competência o registro é realizado como despesa da competência, tendo em vista que o pagamento é procedido até o dia 20 do mês subsequente, a contrapartida vai registrada como obrigações operacionais a pagar; **(II)** não se verificando o trânsito da sentença, a entidade reclassifica a despesa para a formação de contingência e o valor desembolsado como garantidor da ação, tendo em vista que é realizado o depósito judicial correspondente.

A partir de janeiro de 2015 com a publicação da Lei nº 12.973/14 no diz respeito à tese jurídica do PIS e da COFINS, a entidade passará a recolher as contribuições normalmente, e não mais deposita-las judicialmente. A nova legislação prevê a cobrança desses tributos sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, tendo sido publicada sob a égide da EC no. 20/1998, que autoriza o legislador a cobrar o PIS e a COFINS sobre essa base (diferentemente do que ocorria com a Lei 9.718/98, publicada anteriormente à EC no. 20/1998, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços).

Com relação à Provisão de CSLL, o registro foi realizado em função da reclassificação deste, antes existente no Plano de Benefícios em 2012.

QUADRO 40. RECEITAS X DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015
Custeios Totais Oriundos	7.090	6.387
CONTRIBUIÇÃO DOS PLANOS	2.068	1.919
INVESTIMENTO DOS PLANOS	3.227	2.711
RESULTADO DOS INVEST. DO PGA	1.796	1.758
Despesas Totais com a Gestão	6.893	6.260
PREVIDENCIAL	3.700	3.580
INVESTIMENTO	3.194	2.680

As receitas do PGA são compostas pela Taxa de Carregamento e Taxa de Administração dos Investimentos, elas totalizaram R\$ 5.295 mil enquanto os recursos existentes no próprio plano produziram receita de R\$ 1.796 mil, perfazendo assim a cifra total de R\$ 7.090 mil.

Na apuração dos gastos, registrados em centros de responsabilidades, por meio de critério de rateio, estabelecido pela Diretoria Executiva com aprovação do Conselho Deliberativo, por ocasião da

formulação do orçamento previsto para o exercício findo, os valores foram distribuídos entre a Gestão Administrativa Previdencial R\$ 3.700 mil e Gestão Administrativa dos Investimentos R\$ 3.194 mil totalizando R\$ 6.893 mil.

A taxa de carregamento corresponde à aplicação de percentual definido pelo Atuário sobre as contribuições vertidas ao plano, e tem por finalidade custear as despesas administrativas da instituição São Francisco, vinculadas a atividade de previdência. Já a Taxa de Administração dos Investimentos corresponde das despesas relacionadas à Gestão Administrativa dos Investimentos, apuradas segundo a adoção de rateios para cada área de responsabilidade, além, da taxa de administração cobrada por ocasião da concessão dos empréstimos. Com relação a essa última, vem se notando sua redução devido ao menor número de contratos firmados a cada exercício.

Os critérios de rateio, citado preteritamente, estabelecido em função dos centros de custos (departamentalização organizacional) e de custeio, seguiram as tabelas abaixo:

QUADRO 41. GESTÃO ADMINISTRATIVA POR CENTRO DE CUSTO

UNIDADE	SIGLA	CONTA 4.2.1 Programa Previdenciário	CONTA 4.2.2 Programa de Investimento
Conselhos	DEL./FIS.	50	50
Diretor Superintendente	SUPER	65	35
Secretaria	SECDI	65	35
Assessor de Diretoria	ASSDI	90	10
Gerente de contabilidade	GECON	65	35
Contabilidade e Orçamento	STCOR	65	35
Diretor de Benefícios	DIBEN	80	20
Gerente de Benefícios	GEBEN	100	0
Setor de Cadastro	STCAD	100	0
Setor de Benefícios	STBEN	100	0
Diretor de Finanças	DIFIN	30	70
Gerente de Finanças	GEFIN	0	100
Setor Mercado financeiro de Capitais	STMFC	0	100
Imóveis	STIMO	0	100
Empréstimos	STEMP	0	100
Gerente de Administração	GERAD	50	50
Gerais	STGER	50	50
Tesouraria	STTES	35	65
TI	STIIN	40	60

QUADRO 42. RATEIO DO CUSTEIO POR PLANO DE BENEFÍCIO

UNIDADE	SIGLA	PLANO DE BENEFÍCIO I %	PLANO DE BENEFICIO II %
Conselhos	DEL./FIS	50	50
Diretor Superintendente	SUPER	90	10
Secretaria	SECDI	90	10
Assessor de Diretoria	ASSDI	97	3
Gerente de contabilidade	GECON	85	15
Contabilidade e Orçamento	STCOR	85	15
Diretor de Benefícios	DIBEN	70	30
Gerente de Benefícios	GEBEN	70	30
Setor de Cadastro	STCAD	45	55
Setor de Benefícios	STBEN	100	0
Diretoria de Finanças	DIFIN	90	10
Gerente de Finanças	GEFIN	90	10
Setor Mercado financeiro de Capitais	STMFC	95	5
Imóveis	STIMO	100	0
Empréstimos	STEMP	100	0
Gerente de Administração	GERAD	70	30
Gerais	STGER	70	30
Tesouraria	STTES	70	30
TI	STTIN	95	5

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2016.

Manoel Geraldo Dayrell
Diretor Superintendente
CPF: 249.313.496-68

Marcos Moreira
Diretor de Benefícios
CPF: 402.955.407-53

Marcos André Prandi
Diretor de Finanças
CPF: 152.433.621-15

Sérgio Luiz Salles
Contador CRC DF – 024117/0-8
CPF: 602.707.721-20